



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas**  
*Especialização Economia e Gestão para Negócios*

**Dissertação**

**PERCEÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO  
DE ANGOLA PÓS-INDEPENDÊNCIA**

**Autor:**

César João Baptista

**Orientadora:**

Prof. <sup>a</sup> Doutora Maria Raquel Lucas

**Co-Orientador:**

Doutor André Ventura

Évora  
2013



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas**  
*Especialização Economia e Gestão para Negócios*

**Dissertação**

**PERCEÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO  
DE ANGOLA PÓS-INDEPENDÊNCIA**

**Autor:**

César João Baptista

**Orientadora:**

Prof. <sup>a</sup> Doutora Maria Raquel Lucas

**Co-Orientador:**

Doutor André Ventura

Évora  
2013

***Dedico este Trabalho,***

Ao nosso amoroso Pai Celestial, Jeová Deus, Dador, Sustentador da vida e fonte de toda a inspiração;

Aos queridos pais, João Baptista e Marcelina Teká, pelo amor e carinho;

À querida esposa, Ester Baptista, pelo amor, ternura, motivação, fidelidade...

Aos amados filhos, Nayma, Aécio e Layane, pelos sacrifícios que consentiram.

## Agradecimentos

Os meus profundos agradecimentos pessoais:

À Professora Doutora, Maria Raquel Lucas, pela abnegada orientação científica e apoio incondicionais do presente trabalho;

Ao Doutor André Ventura, pelo apoio desinteressado no fornecimento de alguns materiais bibliográficos empregues;

Aos professores do Mestrado em Economia, da Universidade de Évora de Portugal, pelos ensinamentos e acompanhamento;

Ao meu amigo, Linguista, Isaac Paulo Mendes, pelo acompanhamento e incentivo;

Aos prestimosos funcionários do Instituto Nacional de Estatística de Angola, do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, pelo fornecimento de alguns dados para o presente trabalho;

Aos colegas do Mestrado, pelo incentivo e espírito de equipa.

Finalmente, a todos quantos dum forma ou de outra, contribuíram para que esse trabalho se tornasse realidade.

**\*Esta dissertação, por vontade do autor, não observa às regras do Novo Acordo Ortográfico ractificado entre Brasil e Portugal.**



## **Resumo**

O presente trabalho, cujo tema reflecte uma pesquisa sobre a percepção do crescimento económico de Angola Pós-Independência, teve como objectivo geral identificar e avaliar os factores considerados explicativos desse crescimento económico, nomeadamente, o contributo do petróleo e dos diamantes. Para a sua realização foi adoptada uma metodologia de investigação de tipo qualitativo, com recurso pesquisa documental e à entrevista a especialistas como técnica de recolha de dados primários. A análise da informação foi realizada em função do objectivo de estudo por meio de análise dos conteúdos. Os resultados demonstram que embora os sectores petrolífero e diamantífero sejam de capital importância para o crescimento económico, há que ter em conta o modelo e qualidade de governação do estado e das instituições e as políticas adoptadas para garantir a provisão de serviços públicos para os mais carenciados e para orientar o processo de desenvolvimento económico e social, garantindo a observância das normas e princípios fundamentais e a melhoria dos indicadores. Apesar das dificuldades e limitações da pesquisa, seja pela qualidade da informação estatística e documental recolhida, muitas vezes contraditória em função da fonte considerada, seja pela falta de experiência de investigação e falta de disponibilidade dos entrevistados, os resultados encontrados permitem retirar algumas conclusões assim como sugerir orientações e pistas de pesquisa futura.

**Palavras-chaves:** Percepção, Crescimento, Economia, Angola, Pós-Independência

## ***Abstract***

This study, exploring the perception of the economic growth in Angola, post-independency, aimed identifying and assessing the factors considered to explain such economic growth, in particular, the contribution of oil and diamonds. For it's, a qualitative research methodology was adopted, using documentary research and interviews with experts to collecting primary data. The data analysis was performed according to the purpose of the study by analyzing the contents. Results show that although the oil and diamond sectors are of crucial importance for economic growth. But it must take into account the style and quality of state governance and public institutions governance and the policies adopted to ensure the provision of public services to the poorest and to guide the process of economic and social development, ensuring compliance with standards and fundamental principles and indicators improved. Despite the difficulties and limitations of the research, related with the statistical information quality and the documentation accessed and collected, the results allow some conclusions as suggest guidelines for future research and clues.

***Key-Words:*** Perception, Growth, Economy, Angola, Post-Independence



# Índice

AGRADECIMENTOS .....	III
RESUMO.....	V
ABSTRACT .....	VI
ÍNDICE.....	VII
LISTA DE FIGURAS .....	IX
LISTA DE QUADROS .....	X
ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS.....	XI
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO .....	1
1.1 Enquadramento Geral .....	1
1.2 Justificação do Tema e Motivação .....	4
1.3 Objectivos de Investigação .....	5
1.4 Procedimento Metodológico .....	6
1.5 Estrutura e Organização do Trabalho .....	7
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	9
2.1 Crescimento Económico: Breves Considerações Históricas.....	9
2.2 Conceito de Crescimento Económico .....	12
2.3 Modelos de Crescimento Económico.....	14
2.3.1. Modelo de Harrod-Domar .....	15
2.3.2. Modelo Neoclássico .....	15
2.3.3. Modelo de Solow e Convergência.....	16
2.3.4. Modelo de Aghion e a Teoria do Crescimento Schumpeteriano .....	17
2.3.5. Modelo de Howitt e Mayer-Foulkes .....	18
CAPÍTULO III – DIAGNÓSTICO PÓS-INDEPENDÊNCIA .....	21
3.1 Síntese do Panorama Actual .....	23
3.2. Sistema Político .....	26
3.3. População e Padrões Sociais.....	29
3.4. Economia .....	40
3.5. Comércio.....	50
3.6. Relações Internacionais.....	54
3.7. Clima Empresarial .....	57
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA APLICADA.....	61
4.1 Desenvolvimento da Pesquisa: Opção Escolhida.....	61
4.2 Desenho da Investigação .....	65
4.3 População e Amostra .....	70
4.4 Recolha de Informação .....	71
4.4.1 Entrevista.....	74
4.5 Análise da Informação .....	77
CAPÍTULO V – RESULTADOS.....	81
5.1 Caracterização dos Entrevistados.....	81
5.2 Percepção do Crescimento Económico Pós Independência.....	82
5.2.1. Caracterização da Situação Económica .....	83
5.2.2. Principais Políticas Macroeconómicas.....	85
5.2.3. Contributos Sectoriais para a Economia.....	86
5.2.4. Relação entre Crescimento e Desenvolvimento .....	87
5.2.5. Principais Entraves ao Crescimento Económico.....	90
5.2.6 Futuro.....	92

5.3	Factores Potenciadores e Entraves ao Crescimento Económico .....	94
CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		97
6.1	Conclusões do Estudo .....	97
6.2	Limitações .....	101
6.3	Sugestões de Pesquisa Futura .....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		105
APÊNDICES.....		113
APÊNDICE A: GUIÃO DE ENTREVISTA .....		115
APÊNDICE B: TEXTO DA MENSAGEM A SOLICITAR A ENTREVISTA .....		119
APÊNDICE C: INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA COMPLEMENTAR .....		120

## Lista de Figuras

FIGURA 1 – MODELOS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO .....	15
FIGURA 2 – MODELO DE AGHION: CRESCIMENTO ECONÓMICO E DESIGUALDADE DE RENDIMENTO .....	18
FIGURA 3 – REGIONALIZAÇÃO DE ANGOLA .....	28
FIGURA 4 – POPULAÇÃO DE ANGOLA 2000-2015 (MILHARES DE PESSOAS) .....	30
FIGURA 5 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO URBANA DE ANGOLA RESIDENTE EM LUANDA E HUAMBO .....	31
FIGURA 6 – REPARTIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR GRANDES REGIÕES .....	31
FIGURA 7 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB 2002-2011 (VARIAÇÃO % ANUAL) .....	45
FIGURA 8 – TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB REAL (%) .....	46
FIGURA 9 – PIB <i>PER CAPITA</i> POR GRANDES REGIÕES (USD) .....	46
FIGURA 10 – ESTRUTURA REGIONAL DO EMPREGO PÚBLICO E EMPRESARIAL (% DO EMPREGO TOTAL) .....	46
FIGURA 11 – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRECTO EM ANGOLA 1993-2010 (MILHÕES DE DÓLARES) .....	49
FIGURA 12 – PRINCIPAIS PARCEIROS DE IMPORTAÇÃO EM 2010 (MILHÕES DE DÓLARES) .....	51
FIGURA 13 – PRINCIPAIS PARCEIROS DE EXPORTAÇÃO EM 2010 (MILHÕES DE DÓLARES) .....	51
FIGURA 14 – CLASSIFICAÇÃO DE ANGOLA E DE OUTRAS ECONOMIAS PELA FACILIDADE EM FAZER NEGÓCIOS .....	58
FIGURA 15 – ETAPAS DA PESQUISA QUALITATIVA .....	66
FIGURA 16 – VALOR ATRIBUÍDO À SITUAÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA, POR PERÍODO .....	83
FIGURA 17 – VALOR ATRIBUÍDO ÀS PRINCIPAIS POLÍTICAS MACROECONÓMICAS .....	86
FIGURA 18 – VALOR ATRIBUÍDO AOS CONTRIBUTOS SECTORIAIS PARA A ECONOMIA .....	86
FIGURA 19 – VALOR ATRIBUÍDO À RELAÇÃO CRESCIMENTO/DESENVOLVIMENTO .....	88
FIGURA 20 – VALOR ATRIBUÍDO À AGRICULTURA, INDÚSTRIA, TURISMO, COMÉRCIO E SERVIÇOS .....	88
FIGURA 21 – VALOR ATRIBUÍDO AOS FACTORES EXPLICATIVOS DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO .....	89
FIGURA 22 – VALOR ATRIBUÍDO AOS FACTORES JUSTIFICATIVOS DO NÃO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL .....	90
FIGURA 23 – VALOR ATRIBUÍDO AOS PRINCIPAIS ENTRAVES AO CRESCIMENTO ECONÓMICO .....	91
FIGURA 24 – VALOR ATRIBUÍDO ÀS RAZÕES DE PREFERÊNCIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO EXTERIOR .....	91
FIGURA 25 – VALOR ATRIBUÍDO ÀS RAZÕES DE INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR .....	92
FIGURA 26 – VALOR ATRIBUÍDO AOS INDICADORES BÁSICOS DA SITUAÇÃO SOCIAL DE ANGOLA .....	93

## Lista de Quadros

QUADRO 1 – CRITÉRIOS DE DISTINÇÃO ENTRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO .....	11
QUADRO 2 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) .....	34
QUADRO 3 – TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO E DE MATRÍCULA .....	35
QUADRO 4 – PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS 2009-2013 .....	44
QUADRO 5 – INDICADORES ECONÓMICOS CHAVE .....	44
QUADRO 6 – PIB POR SECTOR EM 2006 E 2012 (%).....	48
QUADRO 7 – COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES (MILHÕES DE DÓLARES) .....	52
QUADRO 8 – BALANÇA COMERCIAL (MIL MILHÕES DE DÓLARES).....	53
QUADRO 9 – PRINCIPAIS RELAÇÕES BILATERAIS DE ANGOLA.....	55
QUADRO 10 – POSIÇÃO DE ANGOLA NO ÍNDICE <i>DOING BUSINESS</i> 211-2013 .....	58
QUADRO 11 – TIPOS DE PESQUISA CIENTÍFICA .....	62
QUADRO 12 – DIFERENÇAS ENTRE PESQUISAS QUALITATIVA E QUANTITATIVA .....	64
QUADRO 13 – FONTES DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO: VANTAGENS E INCONVENIENTES.....	69
QUADRO 14 – AMOSTRA SELECIONADA PARA A EXECUÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	71
QUADRO 15 – UNIDADES DE DESCRIÇÃO E UNIDADES DE REGISTO .....	94

# Abreviaturas e Acrónimos

**ACP:** ÁFRICA CARAÍBAS E PACÍFICO

**AKZ:** KWANZA (MOEDA NACIONAL DE ANGOLA)

**ANIP:** AGÊNCIA NACIONAL DE INVESTIMENTO PRIVADO

**APD:** AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO

**BAD:** BANCO AFRICANO DO DESENVOLVIMENTO

**BCC:** BANCO DE CONSTRUÇÃO DA CHINA

**BIRD:** BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**BNA:** BANCO NACIONAL DE ANGOLA

**CAME** – CONSELHO DE AJUDA MUTUA ECONÓMICA

**SEF:** PROGRAMA DE SANEAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

**PIB:** PRODUTO INTERNO BRUTO

**DNI:** DIRECÇÃO NACIONAL DE IMPOSTOS

**FMI:** FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

**FED:** FUNDO DE EMERGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO

**PEA:** POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA

**UNITA:** UNIÃO NACIONAL PARA A INDEPENDÊNCIA TOTAL DE ANGOLA

**EUA:** ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA

**MPLA:** MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

**USD:** UNITED STATES DOLAR (DÓLAR AMERICANO)

**SADC:** COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA AUSTRAL

**SADCC:** CONFERÊNCIA DE COORDENAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL

**SH:** SISTEMA HARMONIZADO DE DESIGNAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE MERCADORIAS

**SIGFE:** SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO FINANCEIRA DO ESTADO

**SEF:** SANEAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

**PEG:** PROGRAMA DE EMERGÊNCIA DO GOVERNO

**CEE:** COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA

**JA:** JORNAL DE ANGOLA

**MINFIN:** MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**PAG:** PROGRAMA DA ACÇÃO DO GOVERNO

**PIB:** PRODUTO INTERNO BRUTO

**PRE:** PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

**PREA:** PROGRAMA DE REFORMA ADMINISTRATIVA

**OGE:** ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

**PN:** PLANO NACIONAL

**CPP:** CONTRACTOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

**MINPET:** MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS

**MIND:** MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA

**EP:** EMPRESA PÚBLICA

**CUT:** CONTA ÚNICA DO TESOURO

**GIE:** GABINETE DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

**IIE:** INSTITUTO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

**IDPE:** INVESTIMENTO DIRECTO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

**COMESA:** MERCADO COMUM PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL

**CPLP:** COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

**UA:** UNIÃO AFRICANA

**RPC:** REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

**ONU:** ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

**IDE:** INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO

**OMS:** ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

**CIF:** CUSTO, FRETE E SEGURO (*COST INSURANCE AND FREIGHT*)

**EU:** UNIÃO EUROPEIA

**PIR:** PROGRAMAS INDICATIVOS REGIONAIS

**PNR:** PROGRAMA NACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO

**NESSA:** NÚCLEO EUROPEU DE SEGURANÇA ALIMENTAR

**ECHO:** GABINETE DE AJUDA HUMANITÁRIA DA COMISSÃO EUROPEIA

**PAM:** PROGRAMA ALIMENTAR MUNDIAL (DAS NAÇÕES UNIDAS)

**UNICEF:** FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

**GRN:** GOVERNO DE RECONCILIAÇÃO NACIONAL

**INE:** INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

**IDPE:** INVESTIMENTO DIRECTO PRIVADO ESTRANGEIRO

**PTT:** IMPOSTO SOBRE AS TRANSACÇÕES PETROLÍFERAS

**PSA:** ACORDO DE PRODUÇÃO PARTILHADA

**CIF:** CHINA INTERNATIONAL FUND, LTD

**OPEP:** ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DO PETRÓLEO

**OMC:** ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO

**UNCTAD:** CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

**FAS:** FUNDO DE APOIO SOCIAL

**AIDI:** ATENDIMENTO INTEGRADO DAS DOENÇAS INFANTIS

# Capítulo I – Introdução

## 1.1 Enquadramento Geral

Amplamente debatidos na literatura, os conceitos de crescimento e de desenvolvimento económico, apresentam consideráveis diferenças de conteúdo (Murteira, 1984, Silva Filho e Carvalho, 2001) e critérios de distinção (Guillaumont, 1985, 1989 e 1999, Guillaumont et al, 1999, Sachs, 1992, Sachs e Warner, 1997), embora estejam ligados entre si (Capul e Garnier, 1998).

Crescimento económico, com uma posição de maior supremacia na última década do século passado, é um conceito essencialmente quantitativo, associado ao aumento regular do produto nacional a preços constantes ou a preços reais enquanto desenvolvimento é um conceito mais complexo e qualitativo (Proença, 2003). Ou seja, o crescimento é o elemento mensurável e a condição necessária para a manutenção do processo de desenvolvimento, enquanto o desenvolvimento é o fenómeno qualitativo ininterrupto associado a um conjunto de transformações técnicas, sociais e culturais que propiciam e dão continuidade ao crescimento económico mas que apenas se podem observar no longo prazo. Apresentado de uma outra forma, desenvolvimento traduz-se no bem-estar e qualidade de vida que os estados oferecem às suas populações enquanto o crescimento económico é um meio para o atingir.

Ainda que Riggs (1984) sustente ter encontrado 72 definições de desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento, como desenvolvimento humano é, hoje, a definição dominante na literatura (Proença, 2003). Assenta sempre num processo de mudança que tem evoluído a partir da articulação entre crescimento económico e do reconhecimento generalizado da articulação entre crescimento económico e os aspectos sociais, ou seja, a personalização do desenvolvimento, conforme patente no PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU, 1990-2002 e 2010).

Silva Filho e Carvalho (2001) destacam que a teoria do desenvolvimento centra a sua análise mais incidentemente sobre factores não-económicos e falhas de mercado, a partir da presença de externalidades no processo de crescimento e desenvolvimento económico de países menos

desenvolvidos. Assinalam ainda, estes autores, outros dois aspectos. Por um lado, que as teorias de crescimento económico tratam de avaliar as razões e factores determinantes do crescimento do produto e do rendimento numa economia fechada, ou seja, sem levar em conta os efeitos positivos ou negativos do comportamento da economia de outros países. Pelo contrário, as teorias de desenvolvimento estudam as possibilidades de crescimento de países mais pobres em modelos de economia aberta, mais complexos, num contexto onde já existem países ricos e poderosos e onde as variáveis e factores influenciadores do processo de transformação social e económico são muitas. Em síntese, crescimento económico tem em conta a variação do produto e da riqueza sem atender à sua distribuição ou efeitos na qualidade de vida da sociedade enquanto o desenvolvimento atende a essa dimensão (Silva Filho e Carvalho, 2001).

O tema do crescimento económico é um desafio central não apenas nas economias desenvolvidas onde os seus índices têm vindo a diminuir, mas também nas economias em desenvolvimento. Nalgumas destas últimas, índices de crescimento económico elevados não chegam para atingir patamares superiores nos indicadores de desenvolvimento humano, nos níveis de bem-estar das populações e na melhoria da qualidade de vida. Krugman e Wells (2007) defendem que crescimento de longo prazo é fundamental para muitas das questões mais urgentes de hoje. Particularmente, o crescimento per capita de longo prazo, pode ser a chave para melhorar a qualidade de vida e alcançar salários mais altos. Estas questões são decisivas para muitos países em desenvolvimento que têm como objectivo central da política económica o atingir padrões superiores de nível de vida através do aumento das taxas de crescimento económico. Para outros, como Angola, taxas de crescimento económico elevadas não se traduzem em consideráveis melhorias dos indicadores de desenvolvimento humano. Em 2010, o país ocupava o 146º lugar no ranking publicado no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU, 2010), com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,40, bastante inferior ao primeiro lugar (0,94) da Noruega.

O posicionamento de Angola resulta do facto de todas as variáveis consideradas na construção do indicador de Desenvolvimento Humano revelarem uma situação social e económica, média, débil. Enquanto o rendimento nacional bruto *per capita* (em pps) em 2008 era de 4.941 \$, a esperança média de vida não ultrapassava os 48 anos e a média de anos de escolaridade bem como o número de anos de escolaridade esperada era de apenas 4,4. Esta realidade é



confirmada e reconhecida pelas entidades oficiais angolanas, no “Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola” (MUA, 2006) que, assumem, por exemplo, a educação como um pré-requisito para o desenvolvimento individual dos cidadãos e das sociedades em geral, com consequências directas na melhoria global da qualidade de vida, na erradicação da pobreza e no desenvolvimento sustentável e reconhecem uma taxa de analfabetismo para a população com idade superior a 15 anos muito superior (58%) à média de 38% de toda a África Subariana, região onde se encontram os países mais pobres do mundo. Assim, apesar de Angola nos últimos anos, ter registado taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) assinaláveis, os benefícios deste crescimento económico continuam, em muitos casos, a estar irregularmente distribuídos, o que se traduz em profundas desigualdades e dificuldades de uma parte muito significativa da população no acesso à educação, à saúde e a outros direitos essenciais.

O processo de desenvolvimento que supõe a redução significativa do atraso económico e social de um país em relação a outros depende, essencialmente, das estratégias domésticas adoptadas pelo estado, em articulação com capitais públicos e privados. Face às assimetrias existentes em termos globais – de controlo sobre a moeda e as finanças, de criação e difusão do progresso técnico e do poder militar – o crescimento económico pode ainda ser condicionado pelas condições dominantes na geopolítica e na geoeconomia internacional (IPEA, 2010). Abordagens ao tema do crescimento e desenvolvimento económico podem ser encontradas em Sousa (2008) sobre a situação da Venezuela e por Resende e Figueiredo (2005) e Godoy (2006) para o contexto Brasileiro. Segundo Bresser-Pereira (2007), o crescimento de um país com petróleo que fica limitado a essa produção, não é nem crescimento nem desenvolvimento económico, porque não muda estruturas, culturas e instituições – as três instâncias a partir das quais é possível analisar uma sociedade.

Diferentemente das décadas de sessenta e setenta, marcadas pela guerra colonial e, posteriormente, por restrições associadas à guerra civil após, a sua Independência Nacional (1975 – 2002) e à desestruturação das principais instituições (políticas, sociais e humanas), actualmente, Angola parece estar em condições mais favoráveis para empreender um processo de crescimento sustentado e com maior equidade na adaptação do rendimento e da riqueza. No sentido restrito, o que se pretende perceber, são as principais linhas que nortearam a evolução do sistema económico do país, neste último período e a respectiva estratégia de gestão e contribuição das políticas macroeconómicas adoptadas.

Segundo a teoria económica, as economias crescem em torno de uma base exportadora, com efeitos de encadeamento sobre o mercado interno (Sousa, 2008). Embora, no caso Angolano, se aceite que a exportação de petróleo e de diamantes tem permitido adquirir factores de produção e geração de rendimento, também se discute se esse rendimento não terá acomodado a classe dirigente e inibido a criação e desenvolvimento do tecido empresarial. Por outro lado, alterações nos preços mundiais destes recursos, em particular do petróleo, evasão de divisas, inflação e aumento da dívida pública, entre outros problemas, têm dificultado o crescimento económico sustentado de Angola.

No presente trabalho, pretende-se estudar a situação económica de e em Angola no período Pós-Independência. A importância do estudo reside na análise da percepção dos principais resultados económicos do período, em referência, procurando entender os domínios envolvidos, dos principais indicadores-base, das prioridades definidas em termos de políticas e de variáveis como o PIB, importações e exportações (destacando-se as de petróleo e diamantes), nível de emprego e indicadores sociais, através da auscultação de especialistas. Para além do contributo académico, espera-se que o estudo concorra também para uma melhor percepção do crescimento económico ocorrido em Angola e as condições para que este seja consequente para com o desenvolvimento humano.

## **1.2 Justificação do Tema e Motivação**

A economia de Angola tem conhecido momentos conturbados, desde o período Pós-Independência até 2010. Estão na sua base factores diversos, entre os quais, o modelo centralizado ou de Economia Planificada, onde o Estado foi o único agente dinamizador. Esta centralização retraiu o investimento e, conseqüentemente levou a que não tivesse capacidade de responder à procura com a oferta do mercado; a dependência do petróleo e dos diamantes, em detrimento da diversificação; o facto de o estado ser o maior consumidor, o maior empregador, o maior importador e exportador e, desta forma, condicionar sobremaneira o desenvolvimento sustentável da economia, e, ainda, o factor guerra que não permitiu o acesso a certas áreas de exploração que poderiam contribuir para o PIB.

Pelas razões supracitadas, julga-se importante analisar a economia angolana no período entre 1975 a 2010, tentando compreender as razões associadas ou impeditivas do seu crescimento.

As questões centrais de investigação são as seguintes:

- a) Angola tem aproveitado os seus recursos naturais de grande valia (petróleo e diamantes) para alavancar crescimento económico?
- b) As políticas macroeconómicas adoptadas pelo governo angolano têm potenciado ou inibido o crescimento económico do país?
- c) O crescimento económico traduziu-se efectivamente numa melhoria dos principais indicadores sociais do país?

Quanto à motivação, três foram as razões que levaram a optar pelo tema: por um lado, a necessidade de realizar a dissertação para conclusão do mestrado e a preferência pela realização de investigação aplicada. Por outro lado, este tema assume particular importância na conjuntura económica actual angolana. Finalmente, pela possibilidade de dar um contributo, no sentido de entender as razões que levam Angola – um país considerado rico - a não se desenvolver em consonância.

### **1.3 Objectivos de Investigação**

O presente trabalho tem como objectivo geral, conhecer a percepção do crescimento económico de Angola Pós-Independência, ou seja, no período que vai desde 1975 a 2010, nomeadamente, os factores considerados explicativos desse crescimento económico e o contributo do petróleo e dos diamantes.

Decorrentes do objectivo principal, constituem ainda objectivos específicos da investigação os seguintes:

- Efectuar uma ampla revisão da literatura sobre a componente teórica e estudos empíricos relacionados ao crescimento económico;
- Analisar, através de dados secundários, a situação da economia angolana, no período 1975-2010 e as políticas macroeconómicas adoptadas pelo governo angolano;
- Perceber o contributo do petróleo e dos diamantes no desenvolvimento económico;

- Conhecer a percepção de um conjunto de especialistas das razões que levam um país rico em petróleo a não conseguir, verdadeiramente, industrializar-se, desenvolver-se e diversificar em termos produtivos, dotando-se de infra-estruturas e outras estruturas essenciais; e
- Identificar os factores potenciadores e os entraves ao crescimento económico do país, no período considerado.

## 1.4 Procedimento Metodológico

Definido o tema e objectivos do estudo, deve decidir-se a metodologia que melhor se ajusta e orienta a recolha e análise de dados (Mattar,1992), existindo grande diversidade de procedimentos metodológicos disponíveis para a realização de um processo de pesquisa.

A opção escolhida foi a pesquisa aplicada e a criação de conhecimentos direccionados para a solução de problemas específicos (Cervo e Bervian, 1983) e pela pesquisa exploratória e descritiva (Cervo e Bervian, 1983, Vergara, 2004), com corte transversal. A pesquisa é exploratória porque o propósito do estudo é descrever e clarificar conceitos em cujo domínio existe pouco material bibliográfico. Embora seja um tema actual, não existe muita informação desagregada sobre o problema em estudo, sobretudo em Angola. São igualmente escassos ou nulos os estudos e as informações cientificamente produzidas que atendam às necessidades da investigação em causa.

Trata-se de uma investigação teórica e documental, a complementar com um estudo empírico e recolha de dados, de corte transversal, uma vez que a recolha de dados ocorreu num determinado momento (prevalência) e não ao longo do tempo (incidência). Não houve a intenção de avaliar as variações com o decorrer do tempo.

Para a realização deste estudo foi adoptada uma metodologia de investigação de tipo qualitativo, pois as suas características apontaram-na como particularmente adequada para a investigação que se pretendeu realizar.

O instrumento de medida utilizado ou técnica de recolha de dados primários foi a entrevista a especialistas, mas também de outros responsáveis e decisores, políticos, académicos e

privados. A análise da informação foi realizada em função do objectivo de estudo por meio de análise dos conteúdos. Os resultados da análise das entrevistas são apresentados através de figuras e quadros e de explicações no contexto do estudo e as principais conclusões retiradas.

## **1.5 Estrutura e Organização do Trabalho**

A dissertação está organizada em capítulos e subcapítulos, encontrando-se estruturada do seguinte modo:

*Capítulo I – Introdução*, onde se faz o enquadramento do tema, se definem os objetivos a atingir e, se apresentam resumidamente a metodologia utilizada e a estrutura e organização do trabalho.

*Capítulo II – Enquadramento Teórico*, corresponde à revisão da literatura do conceito e das principais abordagens teóricas ao crescimento económico.

*Capítulo III – Diagnóstico Pós-Independência*, de caracterização da evolução económica de Angola pós-independência, ou seja, durante o período e pós período do sistema de planificação económica centralizado e da relação de Angola com outros países.

*Capítulo IV – Metodologia Aplicada*: neste capítulo descrevem-se as diversas fases que constituem o desenho da investigação, de modo a alcançar os objectivos propostos. Referenciam-se e caracterizam-se os processos de recolha de informação, secundária e primária e respectivo instrumento aplicado, assim como o tratamento e análise dos dados realizados.

*Capítulo V – Resultados*: neste capítulo são apresentados, analisados e interpretados, atendendo à revisão da literatura, os principais resultados obtidos na investigação empírica realizada. Estes resultados extraem fundamentalmente os principais elementos da percepção dos distintos especialistas entrevistados relativamente às principais questões a que foram confrontados.

*Capítulo VI – Considerações Finais:* neste capítulo são apresentadas as principais conclusões sobre a percepção do crescimento económico pós-independência em Angola, assim como as limitações e as recomendações de pesquisa futura resultantes do trabalho realizado.

## Capítulo II – Enquadramento Teórico

Este capítulo contém o enquadramento teórico da temática em estudo, apresentando quer os diferentes conceitos e correntes teóricas do crescimento económico, quer os factores e modelos teóricos, assim como um breve histórico da contextualização dos factores e modelos que lhe estão associados e das abordagens teóricas ao desenvolvimento económico. No final, faz-se a caracterização da situação económica de Angola e sua evolução, pós-independência.

### 2.1 Crescimento Económico: Breves Considerações Históricas

Ao longo da história muitos autores dedicaram os seus estudos ao tema do crescimento, nomeadamente, à sua natureza e à explicação das causas ou fontes. Justificado até então por objectivos mercantilistas, o crescimento económico, foi entendido numa nova abordagem a partir do século XVIII com o surgimento das escolas fisiocratas em França e clássica em Inglaterra (Souza, 2005). Até então, na visão mercantilista, a riqueza nacional decorria apenas da expansão do comércio exterior (Souza, 2005).

A escola fisiocrata e o seu principal representante, François Quesnay defendiam a produção como fonte do crescimento recomendando ao Estado uma conduta liberal enquanto os mentores da escola clássica (Adam Smith, Malthus, David Ricardo e Stuart Mill) sustentavam o crescimento e riqueza das nações, em transformações no processo produtivo, decorrentes da Revolução Industrial (Souza, 2005). As teorias clássicas do crescimento defendidas pelos pensadores anteriormente mencionados que deixaram obra notável, são a base das ideologias modernas. São exemplo disso, o livro de Adam Smith “A Riqueza das Nações” de 1776, uma referência inquestionável nesta temática ou o uso na actualidade da palavra “malthusiano”, para definir determinadas situações concretas baseadas em crescimento sustentado numa base agrária (Souza, 2005).

Para David Ricardo, 1817 (citado por Sousa, 2009) o problema do crescimento económico centrava-se na incapacidade da agricultura produzir alimentos baratos para consumo o que implicava aumentos nos salários nominais dos trabalhadores e, conseqüentemente quebra de lucros. Propunha como solução a importação de produtos agrícolas, como forma de impedir

subidas nos preços dos produtos e aumentos de produtividade, via mecanização, considerando o comércio, embora necessário, com pouca relevância no crescimento económico.

Posteriormente, Stuart Mill em 1848 (citado por Sousa, 2009), estudando os progressos técnicos na agricultura, defendia as inovações como essenciais ao crescimento económico, alegando que as quebras de lucro poderiam ser compensadas por alternativas de produção em solos mais férteis ou regiões mais adequadas.

Em termos cronológicos, Joseph Lois Schumpeter (1883-1950), citado por Sousa (2009), defendeu a teoria de desenvolvimento capitalista, dando grande contribuição para os estudos dos ciclos económicos, ao associar o dinamismo da economia ao empresário empreendedor e inovador em termos de produtos, processos ou mercados. Este autor distinguiu ainda crescimento de desenvolvimento económico, afirmando ser este último impulsionado por progresso técnico não uniforme ao longo do tempo e, conseqüentemente, pela ocorrência de correspondentes períodos de depressão e de expansão económica. Para Sen (1998 e 2000) no desenvolvimento económico deve estar incluído o conceito de liberdade, não apenas de empreender e produzir, mas de liberdades políticas, oportunidades económicas, de boa educação ou saúde.

Finalmente, na continuação dos economistas como, para Karl Marx (1985, citado por Sousa, 2009), o crescimento e os lucros podem ser conseguidos com desemprego crescente e com concentração de riqueza, estando todo o sistema orientado para a ampliação do valor. A questão era a de saber como a mais valia (termo usado pelo autor para explicar o processo pelo qual o trabalhador auferiu um salário menor do que o valor que gera para a empresa) é criada. Considerando a evolução e o crescimento como fenómenos de desequilíbrio, este economista defendia uma revolução que conduzisse a um novo sistema, que designou de “socialismo”.

Para muitos autores continua a não haver uma clara distinção entre os conceitos de crescimento e de desenvolvimento económico, usando indiferentemente ambos os termos. Inclusivamente, as mesmas obras das décadas de 50 e 60, são classificadas por uns como abordando o crescimento e por outros, como relacionadas ao desenvolvimento económico (Guilhaumont, 1985, Meier et al, 1988 citados por Proença 2003). Outros, como Lewis, (1954), reconhecem o processo de desenvolvimento como um “alargar o leque de escolhas humanas”,



optando pela noção de crescimento económico quando não consideram a distribuição de rendimento. Coexistem com estas posições outros autores que defendem a necessidade de desenvolvimento por oposição ao crescimento, como Singer (1965), considerando que não só os aspectos quantitativos importam mas juntamente os qualitativos, nomeadamente, a melhoria da qualidade de vida da população. Nessa mesma década, Chenery (1974) e Chenery e Srinivasan (1988) associam o conceito de crescimento ao de distribuição, visto este último como potenciador do crescimento.

Também Perroux (1967), tentando estabelecer a diferença entre crescimento e desenvolvimento, apresentava o primeiro em função da evolução de variáveis económicas num contexto de alterações estáveis (de estruturas e de sistemas) e, o segundo, numa combinação de mudanças mentais e sociais da população que contribuíam cumulativamente e de forma sustentável para o crescimento do seu produto real global. Segundo Proença (2003), na década de 70 a distinção entre os conceitos vai ganhando contornos mais definidos com posições como a de Morse (director da OIT em 1970) ou das conclusões da Conferência Mundial sobre o Emprego da mesma organização (1976) numa visão do desenvolvimento fundada no conceito de necessidades básicas e no trabalho de Organizações Não Governamentais como a Fundação Ford, a Fundação Dag Hammarskjold e do relatório “What Now Another Development”, da Oxfam ou da Christian Aid (Proença, 2003). Em 1985 Guilhaumont apresenta um conjunto de critérios para distinguir crescimento e desenvolvimento (Quadro 1).

**Quadro 1 – Critérios de Distinção entre Crescimento e Desenvolvimento**

<b>Critérios</b>	<b>Crescimento</b>	<b>Desenvolvimento</b>
Indicadores	Produto ou Produto <i>per capita</i>	Produto <i>per capita</i> Outros Indicadores
Variáveis	Só Quantitativas e sobretudo Económicas	Variáveis Económicas, Sociológicas e Outras
Método	Modelos Matemáticos	Menos Formalização mas sem Exclusão
Aplicação	Países Desenvolvidos	Países Subdesenvolvidos mas Tendência a Generalizar-se

Fonte: Adaptado de Guilhaumont, 1985 e Proença, 2003

Para o economista Ignacy Sachs (1996), o crescimento não traz, automaticamente, o desenvolvimento, chamando a atenção para o facto de existirem quer situações de

*crescimento pela desigualdade*, com efeitos sociais perversos, com acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria, quer de *crescimento com desdesenvolvimento*, com produção de pobreza maciça e deterioração das condições de vida. Uma conclusão óbvia é a de que crescimento económico, por si só, não induz automaticamente desenvolvimento (Vecchiatti, 2004) e, na prática, a equação que relaciona crescimento e desenvolvimento, ainda não tem as suas variáveis equilibradas (desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável).

O desenvolvimento económico de um país pressupõe um processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários e do padrão médio de vida da população (Bresser-Pereira, 1986 e 2007). A medida mais geral de desenvolvimento económico é a do aumento do rendimento por habitante porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade. Segundo o mesmo autor, os níveis comparativos de desenvolvimento económico podem medir-se pelo rendimento em termos de PPC (*paridade do poder de compra*) por habitante. Contudo, há casos, especialmente nos países produtores de petróleo como Angola, em que o rendimento *per capita* não reflecte de todo o nível de produtividade e de desenvolvimento económico do país pelo que uma alternativa é usar o índice de desenvolvimento humano, do PNUD (ONU, 2010).

## 2.2 Conceito de Crescimento Económico

Como já referido, quer a clarificação do conceito em si, quer a procura das razões do crescimento económico, são desafios antigos que autores de diversas escolas e correntes de pensamento têm vindo a estudar e a explicar, através de modelos e várias teorias. A existência de grande contraste entre padrões de crescimento de países, regiões e povos, é um dos aspectos para os quais, economistas como Adam Smith, Keynes, Max, Schumpeter, entre outros, deram importantes contribuições e que a ciência económica tem procurado entender.

O crescimento é a expansão do Produto Real ao longo do tempo (Moura *et al*, 2011). Se, no curto prazo, agregados tais como o consumo e gastos do governo são importantes para a expansão do produto, no longo prazo, o crescimento pode ser dado, por exemplo, pela acumulação de capital, pelas inovações tecnológicas ou pela elevação da eficiência do trabalho

(Moura *et al*, 2011). Este crescimento económico, é geralmente calculado através da explicitação de índices como o Produto Interno Bruto - PIB, o Produto Nacional Bruto – PNB, ou o Rendimento *per capita*, entre outros.

O conceito de crescimento económico não depende apenas da existência de vantagens como terra, recursos naturais abundantes, clima favorável e baixos salários, mas da existência de fontes como o capital físico, o capital humano e a tecnologia e de políticas capazes de elevar a taxa de crescimento centralizadas nessas fontes (Moura *et al*, 2011). Estes factores que determinam o crescimento no produto em longo prazo, são analisados através de modelos económicos como o Modelo de Solow (ou Modelo Neoclássico de Crescimento), o Modelo de Harrod-Domar (inspiração keynesiana) e, mais recentemente, os Modelos de Romer e Lucas, que serão objecto de apresentação posterior. Aida assim, podem-se sintetizar os seguintes factores identificados como responsáveis pelo crescimento económico (Moura *et al*, 2011):

- Capital físico ou seja, os activos não humanos utilizados na produção (máquinas, prédios, infra-estrutura, transportes, energia, comunicações e tecnologia). Para Souza (2005), este é um dos elementos mais essenciais na criação da riqueza, na medida em que reforça a qualidade e produtividade decorrente do uso de recursos naturais e da capacidade do capital humano;
- Capital humano, ou seja, todas as características adquiridas pelo trabalhador que o tornam mais produtivo (Filer *et. al*, 1996) que tendo um custo no período corrente implicam aumentos de produtividade no futuro (Becker, 1962) e cuja contribuição para a criação da riqueza nacional é directa (Souza, 2005). Quanto mais alto o nível médio de habilidade e conhecimento, mais fácil será colher os frutos do progresso técnico e, portanto, mais alto será o padrão de vida do país (Souza, 2005);
- Tecnologia e avanços tecnológicos, factores que desde os primórdios foram identificados como força motora do crescimento económico (Smith, 1776; Marx, 1867 e Schumpeter, 1911, citados por Kim e Nelson, 2005), sobretudo responsável pelo aumento da produtividade do trabalho. Exemplos desta situação são as economias pobres do início dos anos de 1960 de países como Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong que se transformaram em economias afluentes e relativamente modernas em resultado dos avanços tecnológicos alcançados (Moura *et al*, 2011). O termo

tecnologia refere-se quer ao conjunto de processos físicos que transformam factores de produção em produtos quer o conhecimento e as competências que estruturam as actividades que promoverão tal transformação (Kim e Nelson, 2005).

Os principais modelos de crescimento económico são seguidamente apresentados.

## 2.3 Modelos de Crescimento Económico

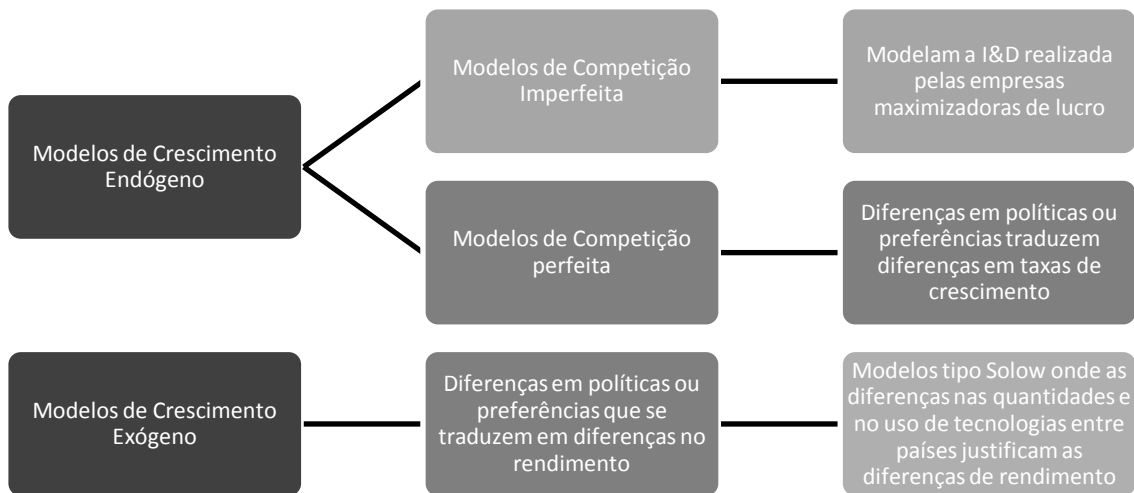
O crescimento económico assenta em duas correntes ou paradigmas principais: o de crescimento exógeno e o de crescimento endógeno (Cavalcanti, 2007). O primeiro, é um crescimento de longo prazo a uma taxa determinada por forças que promovem as variáveis explicativas e são externas ao sistema económico. O segundo, embora também de longo-prazo, resulta de uma taxa determinada por forças que são internas ao sistema económico, particularmente as forças governamentais e as oportunidades e incentivos para a criação de conhecimento tecnológico.

A Teoria do Crescimento Exógeno divulgada em 1956, resultante do trabalho que valeu o prémio Nobel de Economia ao Professor Robert Solow em 1987, é conhecida como Modelo de Solow (Solow, 1956). Mais recente, surgindo nos anos 80, em consequência dos estudos dos Professores Paul Romer e Robert Lucas, a Teoria do Crescimento Endógeno levantou questões importantes sobre as diferenças do rendimento internacional e da sua evolução ao longo do tempo (Cavalcanti, 2007). Este modelo de crescimento, designado por moderno e justificado por Romer, considera que as melhorias tecnológicas e o próprio processo de crescimento são entendidos como um resultado endógeno da economia e que o progresso tecnológico obtido é movido pela pesquisa e pelo desenvolvimento no mundo avançado.

Parente e Prescott (2000) dividem os modelos de crescimento endógeno em dois tipos. Os de competição imperfeita modelam explicitamente a investigação e o desenvolvimento (I&D) realizado pelas empresas maximizadoras de lucro, melhorando o entendimento do aumento de conhecimento e dos crescimentos daí decorrentes em países industrializados. Contudo, não explicam as razões da existência de países pobres nem o porquê da adopção mais produtiva por estes países das tecnologias disponíveis. Os de competição perfeita consideram que, embora os agentes não desenvolvam I&D, ocorre desenvolvimento sustentável e que são as diferenças em políticas ou preferências que traduzem as permanentes diferenças nas taxas de

crescimento. São modelos de adaptação tecnológica onde o foco é o acumular capital. Esta situação contrasta com os modelos de crescimento exógeno, onde diferenças em políticas ou preferências se traduzem em permanentes diferenças em níveis de rendimento, mas não em taxas de crescimento. A Figura 2 sintetiza o anteriormente referido.

**Figura 1 – Modelos de Crescimento Económico**



Fonte: Adaptado de Parente e Prescott, 2000 e Cavalcanti, 2007

### 2.3.1. Modelo de Harrod-Domar

Segundo Harrod-Domar, citado por Garcia (2012), este paradigma de crescimento estabelece que o desenvolvimento económico é um processo paulatino e equitativo, não obstante configurar uma visão demasiado mecânica, destacando a pertinência de três variáveis elementares para o crescimento, tais como: *a taxa de investimento, a taxa de poupança e a relação produto-capital*. Nesta vertente, importa considerar (Garcia, 2012):

- A – **Efeito procura:** pressupõe aumento do investimento em função do aumento na procura pelo produto;
- B – **Efeito capacidade:** Os investimentos aumentam a capacidade da economia em elaborar o produto.

### 2.3.2. Modelo Neoclássico

O modelo neoclássico suporta o crescimento no capital, modelando a acumulação do capital físico e humano e destacando o progresso tecnológico como motor de crescimento económico

de forma exógena, ou seja, decorrente de melhorias tecnológicas automáticas e não modeladas.

Assim, contrariamente à teoria do crescimento endógeno centrada nos determinantes do progresso técnico, a teoria neoclássica do crescimento baseia-se na acumulação do capital e sua relação com as decisões de poupança e similares. Na perspectiva de Solow, (1956), o crescimento económico tem a ver com a acumulação de capital ao crescimento da força de trabalho e às alterações tecnológicas.

Segundo este modelo, a função de produção é obtida pela equação  $Y=F(K, N, T)$  onde,  $Y$ = produto,  $K$ = mão-de-obra e  $T$ = tecnologia.

Isto significa que as mudanças tecnológicas ( $T$ ) derivam igual ao aumento no produto marginal de  $K$  e  $N$ , podendo-se reescrever a função de produção da seguinte forma:  $Y= T.F(K, N)$ . Onde  $f(K, N)$  representa a função de produção neoclássica. A participação dos custos com mão-de-obra no produto total; permitem aferir que a taxa de crescimento da produção total depende de factores, tais como: 1) da taxa de desenvolvimento tecnológico; 2) da taxa de crescimento da mão-de-obra na produção, ponderada pela participação da mão-de-obra na produção; e, 3) da taxa do crescimento do capital, ponderada pela participação do capital na produção (Figueiredo *et al*, 2008).

A teoria neoclássica do crescimento parte de um pressuposto simplificado e começa por analisar e supor a inexistência de progresso tecnológico. Tal pressupõe que, a economia alcança, no longo prazo, um nível de produto e capital denominado equilíbrio do estado estacionário<sup>1</sup>. Ou seja, a economia é a combinação PIB *per capita* e do capital *per capita* em que a economia permanece constante. Isto é, as variáveis económicas *per capita já não se alteram*. A maior parte da teoria de crescimento diz respeito ao estado de transição da posição actual da economia para este estado estacionário. A esta etapa final, acrescenta-se o progresso técnico, conforme o presente modelo (Figueiredo *et al*, 2008).

### 2.3.3. Modelo de Solow e Convergência

Se todos os países partilham da mesma função de produção, então diferirão, eventualmente, na quantidade de capital e, nas taxas de poupança, crescimento populacional e de depreciação

---

<sup>1</sup> Uma economia encontra-se no estado estacionário quando o rendimento e o capital *per capita* são constantes (Figueiredo *et al*, 2008).

do capital. A longo prazo, a economia de qualquer país crescerá à taxa de progresso técnico. Considerando o carácter exógeno deste último pressuposto acessível a todas as economias, tal significa que o modelo de Solow pressupõe convergência relativa (Figueiredo *et al*, 2008).

Solow demonstrou que o produto *per capita* é uma função crescente da razão entre capital e trabalho. A força de trabalho cresce a uma taxa natural (exógena ao modelo), razão por que é necessária uma quantidade de poupança *per capita*, que deve ser utilizada para equipar os novos trabalhadores com uma quantidade de capital *per capita*  $K$ , igual a dos outros trabalhadores. Outra parte da poupança deve ser usada para garantir a não depreciação do capital. A primeira parte da poupança citada acima, para equipar os novos trabalhadores, é chamada “alargamento do capital” (expansão da força de trabalho) e a poupança utilizada para aumentar a razão capital-trabalho é denominada “aprofundamento do capital”. Segundo Robert Solow (1956), para alcançar a situação de *steady state* (estado estacionário) é necessário que a poupança *per capita* seja igual ao alargamento do capital. O capital por trabalhador  $K$  tem um rendimento decrescente e quando atinge esse ponto de equilíbrio não adianta investir mais no trabalhador, cuja situação é a da poupança *per capita* igual ao alargamento do capital, porque não se estará maximizando a produtividade desse trabalhador. Assim, o condicionante do crescimento económico é a taxa de crescimento da força de trabalho (Figueiredo *et al*, 2008).

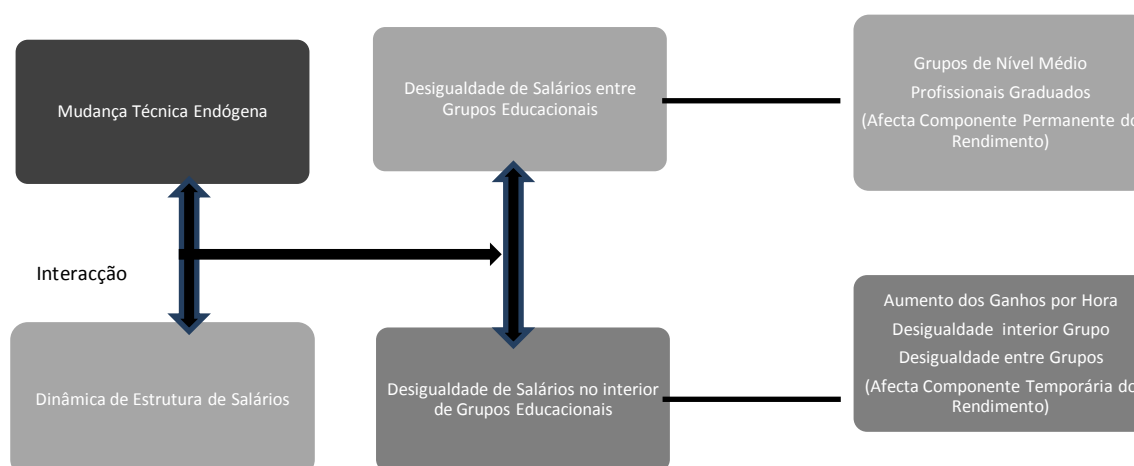
#### **2.3.4. Modelo de Aghion e a Teoria do Crescimento Schumpeteriano**

O modelo de crescimento económico desenhado por Prof. Philippe Aghion em 2001 (Aghion, 2002) no seguimento da sua linha de pesquisa “Endogenous Growth Theory”, defende que, as teorias de crescimento ao estarem sobretudo preocupadas com a análise da mudança técnica e com o crescimento agregado nas economias com agentes idênticos, impedem qualquer análise da relação entre crescimento e desigualdade. Propõe assim, a Teoria do Crescimento Schumpeteriano onde o crescimento é primariamente dirigido por uma sequência de inovações melhoradoras da qualidade, em que cada uma destrói rendimentos resultantes de inovações prévias.

Tendo como principal foco a interação entre alterações técnicas endógenas consequentes de inovações indutoras de qualidade e as dinâmicas na estrutura salarial, segundo Cavalcanti (2007), esta teoria vem esclarecer dois enigmas. Por um lado, a das desigualdades na evolução

dos salários nos países desenvolvidos e, por outro, as desigualdades entre grupos educacionais e idades com efeitos nas duas componentes do rendimento, a temporária e a permanente. Uma versão visual do modelo de Aghion de 2001 e da relação entre crescimento económico e dinâmica da desigualdade de rendimento apresenta-se na Figura 2.

**Figura 2 – Modelo de Aghion: Crescimento Económico e Desigualdade de Rendimento**



Fonte: Adaptado de Aghion, 2002

Apesar do aumento da desigualdade salarial no interior dos grupos educacionais e idade e de serem poucos os estudos sobre o assunto, Aghion (2002) afirma existirem várias razões para tal situação ocorrer, desde a liberalização do comércio, à menor taxa de sindicalização, passando pela mudança técnica de competências (*skill-based technical change*), sobretudo após o final dos anos 70. Fazendo a distinção entre mudança tecnológica e difusão tecnológica, sustenta que a aceleração da difusão tecnológica e consequentes melhorias de qualidade em equipamentos de capital, associadas à complementaridade de competências e adaptabilidade a novas tecnologias são as razões explicativas de tal situação.

### 2.3.5. Modelo de Howitt e Mayer-Foulkes

Um outro modelo, relacionado com o investimento tecnológico e os padrões de riqueza obtidos, foi desenvolvido por Peter Howitt e David Mayer-Foulkes (Howitt e Mayer-Foulkes, 2002). Evidenciando o aumento ocorrido na distribuição de rendimento *per capita* entre os países desde o século 19, mais do que as desigualdades de escolaridade e acumulação de capitais evidenciados pela teoria neoclássica, os autores atribuem os desníveis encontrados a diferenças na produtividade, onde o factor tecnologia é determinante e a convergência um



problema importante. Assim, propõem um modelo baseado na mudança tecnológica e nas diferentes estratégias dos países para se ligarem à *Fronteira Tecnológica Global-FTG*.

De acordo com Howitt e Mayer-Foulkes (2002), embora um país pobre possa vir a obter uma taxa de crescimento de longo-prazo positiva quando realiza investimentos em mudança tecnológica, essa taxa será sempre estritamente menor do que aquela conseguida pelos países desenvolvidos. Isto é verdade apesar do factor transferência exercer constantemente uma força na direcção da convergência paralela. O modelo atende assim a dois aspectos fundamentais da mudança tecnológica, a distinção entre tipos de investimento tecnológico e as capacidades do país adquirir e usar essa tecnologia. Os tipos de investimento resultam das diferentes estratégias dos países para se aproximarem da fronteira tecnológica global. A capacidade de um país adquirir e usar intensivamente as competências em investimento tecnológico estão associadas ao seu nível de desenvolvimento e distanciamento da fronteira tecnológica global.



## Capítulo III – Diagnóstico Pós-Independência

Em termos de enquadramento da caracterização da evolução da economia de Angola, pós-independência, não deve ser negligenciado o facto de o país ser detentor de um elevado potencial agrícola, com clima, solo e topografia propícios à agricultura moderna, mecanizada, diversificada e, em larga escala, assim como de um subsolo rico em recursos minerais, tais como o petróleo, os diamantes e os minérios de ouro e ferro, entre outros. Aliado a isso, está o enorme potencial hidroeléctrico, florestal e pesqueiro (Rocha, 2009).

### Diagnóstico Pós-Independência

No período precedente à Independência Nacional, o desenvolvimento económico consistiu, basicamente, no sector agrícola e na produção de café. No período compreendido, entre 1960 e 1973, o Produto Interno Bruto (PIB) real cresceu a uma taxa anual aproximada de 7% e, ao longo do referido período, a produção de café passou de cerca de 100 000 para 210 000 toneladas ao ano, fazendo com que Angola se tornasse o quarto produtor mundial de café. O país foi, até 1975, um exportador líquido de bens alimentares, especialmente milho, detendo uma indústria pesqueira estável. No início da década de 70, Angola era também o quarto produtor mundial de diamantes, alcançando uma cifra de cerca de 2 milhões de quilates, por ano, e um exportador importante de minério de ferro. O petróleo converteu-se no factor-chave do crescimento económico, desde 1968, com o aumento vertiginoso da produção, daí que, em 1973, esta indústria representava cerca de 30% das receitas de exportação (Dilowa, 2000).

Em 1975, Angola tinha uma economia diversificada e um dos sectores industriais mais desenvolvidos de África. Contudo, ao longo e após a Guerra de Libertação Nacional, a economia sofreu uma grave desestabilização, fruto da combinação de conflitos armados e da descolonização, o que provocou o êxodo de Angola de cerca de 300 000 colonos portugueses, assim como de milhares de quadros superiores angolanos, causando, por consequência, instabilidade e rompimento dos mecanismos mais recomendados a nível daquilo que é a gestão da economia. Nos primórdios da Independência Nacional, a estrutura administrativa da economia resvalou para o colapso e abandono de muitas empresas do sector privado, devido à rotura do sistema de transportes e por insuficiência de mão-de-obra especializada. A este declínio registado, imediatamente, após a independência, seguiu-se um efémero período de

recuperação económica, sem que para tal, se alcançassem os altos patamares de 1973 (Dilowa, 2000).

A independência de Angola, após um período de 14 anos de guerra anticolonial com Portugal e antes da guerra civil que assolou posteriormente o país, deu lugar a uma nova visão económica, assente em princípios de doutrina socialista, com um partido único (MPLA-Movimento Popular de Libertação de Angola), marxista-leninista, e uma economia planificada e regulada administrativamente pelo Estado (Dilowa, 2000), em especial no reforço do controlo estatal sobre a actividade das companhias estrangeiras, através da publicação da Lei das Actividades Petrolíferas (1978) e das Leis do Investimento Estrangeiro e, em 1979, da Lei das Minas. Nesse período, as empresas, especialmente nos recursos naturais, foram alvo de medidas de confisco e nacionalização ou de delimitação da sua actuação, o que afectou a economia, as matérias-primas, a agricultura (café, algodão, sisal, entre outros) e, os minerais, em particular o sector diamantífero e petrolífero (Dilowa, 2000). Foi também neste período (em 1982) que, para fazer face à deterioração da situação económica e militar do país, associada à queda do preço do petróleo e dos diamantes no mercado mundial, o Estado Angolano adoptou diversas medidas, entre as quais, a de criação de «empresas prioritárias», com destaque para a Sonangol e a Diamang.

Segundo Rocha (2008), a decisão estratégica de, faseadamente, se modificar o sistema económico de direcção centralizada, foi tomada em meados da década de 1980 estando a sua tradução política contida no Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF). Entretanto, problemas de vária ordem impediram a sua implementação prática que foi retomada posteriormente e, da sua existência ficou apenas a produção legislativa de base e a elaboração de determinados estudos económicos e financeiros fundamentais.

Segundo Pacheco (2010), a guerra não justifica todo o declínio económico havido pós-independência, considerando quer os montantes incipientes atribuídos a sector estratégicos em termos sociais, como o da educação, ou o nível das assimetrias e do seu potencial para a emergência de conflitos sociais. Para este autor, a reconstrução do país devia ter sido uma segunda oportunidade para o delineamento de políticas de correcção das assimetrias, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Contudo, o desejo generalizado de modernização acelerada, não sustentada na investigação científica, pode não ter sido a melhor opção e vir a ter efeitos adversos. Algumas estratégias políticas, como a da criação das universidades

públicas para mitigar a migração de quadros do interior para Luanda mas onde falta qualidade o ensino, ou os investimentos tecnológicos elevados mas muito centralizados, são consideradas erráticas, pouco ousados e com falta de coerência (Pacheco, 2010).

### 3.1 Síntese do Panorama Actual

Após a instauração da paz o país iniciou uma época de reestruturação, reconstrução e renovação suportada por uma economia com uma taxa de crescimento anual do PIB elevada (11,6% ao ano). Tal crescimento económico tem possibilitado alterações positivas na procura interna que dinamizaram outros sectores da economia assim como uma expansão orçamental. Ao longo da última década o país foi mesmo considerado como uma das economias com crescimento mais rápido do mundo (Jover *et al*, 2012). O crescimento económico está fortemente associado, estruturado e dependente do desenvolvimento da indústria extractiva mineral dos sectores petrolífero, gás e minério (é o quinto produtor mundial de diamantes e possui reservas de minério de ferro, cobre, feldspato, ouro, bauxite e urânio) e, também, embora em menor grau, dos serviços e da agricultura. Energia hidroeléctrica, pesca, silvicultura e agricultura são alguns dos sectores sub-explorados que apresentam um enorme potencial económico de desenvolvimento (BAD *et al*, 2012).

As descobertas recentes decorrentes da prospecção realizada por companhias petrolíferas estrangeiras, nas costas de Angola e as reservas, ainda não licenciadas mas promissoras, de crude em águas profundas da Bacia do Kwanza, mantêm optimista o potencial do sector dos petróleos assim como as possibilidades de aumento considerável da capacidade de produção. Angola é actualmente o segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana, logo a seguir à Nigéria, produzindo em 2011, cerca de 1,7 milhões de barris por dia (Jover *et al*, 2012). Para Walter (2007) tem sido a indústria petrolífera o principal meio de financiamento do Estado e das políticas governamentais.

As segundas maiores reservas de gás natural de África (297 mil milhões de metros cúbicos) localizam-se em Angola, sobretudo no Norte, no Soyo, onde se situa a fábrica de Gás Natural Liquefeito (LNG), que constitui a principal fonte de desenvolvimento e comercialização dos recursos de gás natural do país (Jover *et al*, 2012).

Embora com menor grau de importância do que as indústrias, petrolífera e do gás e Angola seja o quinto produtor mundial, a diamantífera é outra importante fonte de riqueza e a segunda maior matéria-prima de exportação, logo a seguir ao petróleo. Outros minerais como o ouro, a baritina, o ferro, o cobre, o cobalto, o granito e o mármore são igualmente importantes para a diversificação da base de mineração de Angola que têm vindo a ganhar relevância devido, quer às alterações na legislação do sector mineiro e à maior protecção aos investidores, quer à reabilitação das redes rodoviárias e ferroviárias do país (Jover *et al*, 2012).

Dinâmicas decorrentes do crescimento económico de Angola são relevantes no sector segurador (especialmente no segmento Não Vida), actualmente o sexto maior em África (Jover *et al*, 2012) e sobretudo no aprofundamento e alargamento do sistema financeiro, embora a inexistência de mercados de valores e de capitais limite a expansão destes dois sectores. Ainda assim, Jover *et al* (2012), consideram que o crédito ao sector privado tem aumentado e o índice de penetração bancária tem assinalado progressos (o rácio padrão de crédito total sobre o PIB de 5% em 2003 passou para 22% em 2011). Os autores sugerem contudo, que os avanços futuros devem impulsionar o crescimento não-petrolífero no sector privado, nomeadamente, melhoria no contexto do crédito e no incentivo à expansão das instituições bancárias e não-bancárias no financiamento ao sector privado e desenvolvimento da capacidade do sector financeiro intermediar fundos para investimentos produtivos.

O sector da construção representa um contributo assinalável na economia, que tem subido de forma estável na sua quota no PIB de 3,5% em 2003 para 8,9% em 2012. Foi bastante lesado pelo atraso nos pagamentos públicos em 2009/10, situação posteriormente regularizada no final de 2011 graças ao financiamento obtido com o Acordo de Crédito Contingente do FMI combinado com a recuperação dos preços do petróleo (Jover *et al*, 2012). Os investimentos em construção, alguns dos quais realizados em programas de cooperação internacional, acompanhados de outros de reabilitação e desenvolvimento de redes rodoviárias e ferroviárias, de portos e de aeroportos estão a transformar as infra-estruturas do país e a exercer um efeito positivo na produtividade do sector privado (Jover *et al*, 2012, BAD *et al*, 2012). Um problema que dificulta o progresso da actividade económica privada é ainda o abastecimento de energia eléctrica, quer para as famílias quer para as empresas, que apresenta lacunas na capacidade produtiva e de fornecimento face às necessidades. Os autores estimam uma dependência de geradores em cerca de dois terços das empresas

angolanas o que, em consequência se traduz em aumento nos custos de produção, perda de competitividade e fraco desenvolvimento da indústria local.

Angola tem o terceiro maior mercado doméstico para bebidas alcoólicas na África subsaariana, depois da África do Sul e da Nigéria (Jover *et al*, 2012). A Cuca, o maior fabricante angolano de cervejas (em parceria com o Grupo francês BGI-Castel) tem vindo a expandir as suas operações no mercado, nos últimos anos. Contudo, sendo a procura superior à oferta, obriga à realização de importações. Outra empresa de bebidas nacional criada em 2005, a Refriango tem desenvolvido um conjunto de marcas reconhecidas e aceites pelo mercado e objectiva expandir-se quer em termos regionais quer internacionais (Jover *et al*, 2012).

Não obstante, o país ser um importador líquido de alimentos, a agricultura sempre foi considerada um dos sectores mais promissores para Angola, com boas condições edafoclimáticas, rica e diversificada em termos de recursos e, contrariamente à maioria dos países na África subsaariana, com abundantes recursos hídricos (Jover *et al*, 2012). Assim, a revitalização da produção e comercialização agrícolas são prioridades para ambos os sectores, público e privado, existindo várias iniciativas em desenvolvimento e a contribuir para o seu rápido crescimento. O sector tem igualmente induzido procura no mercado de factores e de matérias-primas e beneficiado do crescimento sustentado dos rendimentos *per capita* da população, da melhoria nas infra-estruturas, do aparecimento de centros de distribuição e da presença crescente de grupos agro-industriais e do crescimento do sector retalhista. Como prioridade estratégica do governo, é expectável que o sector venha a resgatar as dispendiosas importações alimentares e seja fonte de criação de emprego nos próximos anos (BAD *et. al*, 2012).

Para Rocha (2008), a actividade económica nos mercados informais sendo bastante activa, é ainda caracterizada por uma situação de relativa concorrência, em que os preços se apresentam, basicamente determinados pelas forças da oferta e da procura, ao passo que os preços no mercado paralelo são superiores aos do mercado oficial. Sem uma estimativa real do valor que representa o comércio informal embora se encontre espalhado pelo país de uma forma gradual, o sector retalhista formal tem registado um crescimento considerável. Na última década surgiram distintos retalhistas organizados e a correspondente oferta em superfícies de grande dimensão (supermercados e hipermercados). Justificam tais desenvolvimentos, mudanças demográficas e no padrão de consumo e perfil dos

consumidores, a taxa de urbanização elevada, as melhorias na infra-estrutura e a disseminação de grande número de marcas internacionais no mercado (Jover *et al*, 2012).

Um outro sector que aparenta vir a ter boas perspectivas é o de Hotelaria e Turismo, demonstrando melhorias na oferta de hotéis, sobretudo em Luanda. O serviço está fundamentalmente concentrado no segmento do turismo de negócios, sendo o turismo de lazer internacional ainda restrito, devido aos controlos de imigração e aos preços elevados e vindo a crescer o turismo interno e o de expatriados residentes. A reduzida oferta de serviços fora de Luanda é a principal dificuldade que, no entanto, pode ser entendida como uma boa oportunidade de investimento.

O desempenho económico de Angola dos últimos anos é tanto o reflexo da melhoria da estabilidade política e macroeconómica do país, como consequência de preços de petróleo favoráveis e dos investimentos realizados na promoção do crescimento em outras áreas da economia. Sendo uma das sociedades com mais desigualdades e ainda baixos padrões sociais, Angola necessita dinamizar o sector privado, diversificar a actividade económica e criar oportunidades de emprego. Para tal necessita criar também um ambiente empresarial onde não seja difícil operar e evoluir para uma economia menos fortemente dependente do investimento público (Jover *et. al*,2012).

### **3.2. Sistema Político**

Independente desde 1975, após 14 anos de guerra anticolonial com Portugal, Angola comemorou em Abril de 2013 o décimo primeiro ano do acordo de paz, terminando com uma guerra civil violenta e intermitente de 27 anos que causou um milhão de mortos e mais de 4 milhões de deslocados, destruiu ou levou ao abandono de grande parte das infra-estruturas, criou obstáculos ao desenvolvimento da actividade agrícola pela disseminação de minas em zonas rurais e conduziu ao êxodo da população rural para as zonas urbanas (Walter, 2007, Jover *et al*, 2012).

A guerra civil assumiu várias dimensões, política, étnica e interesses de potências externas (Jover *et al*, 2012). Por um lado, após a independência, o primeiro Presidente do país e líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), lutou pela supremacia contra os outros



dois movimentos de libertação: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Por outro, os confrontos entre as elites urbanas do MPLA e os camponeses rurais da UNITA justificados em linhas étnicas distintas e em grupos geográficos. De referir ainda, o apoio das potências estrangeiras, como a União Soviética e Cuba ao movimento pró-Marxista MPLA e, os Estados Unidos, a África do Sul do Apartheid e a China que patrocinavam a UNITA (Jover *et al*, 2012).

A primeira tentativa de paz, embora fracassada, ocorreu no ano de 1992 com a realização de eleições legislativas. Consideradas livres e justas pelos observadores internacionais e vencidas pelo MPLA, estas foram alvo de fortes protestos e contestações por parte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, o que levou à retoma de novo período de conflitos armados. A segunda tentativa, também não bem-sucedida, aconteceu dois anos depois com a assinatura do Protocolo de Lusaka, em 1994 e o propósito de edificar a reconciliação nacional integrando e desarmando a UNITA. O conflito terminou em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, o assumir a UNITA como um partido político não-armado e a celebração do Memorando de Entendimento do Luena (Jover *et al*, 2012). Após a guerra, as eleições legislativas tiveram lugar em 2008, com a reeleição do Presidente José Eduardo dos Santos, através da vitória do MPLA por 82% dos votos e, em 31 de Agosto de 2012, novamente com a reeleição do Presidente José Eduardo dos Santos e vitória do MPLA por 72% dos votos. Este partido perdeu 16 deputados, detendo actualmente 175 dos 220 lugares da Assembleia Nacional. A idade legal para votar são os 18 anos.

Em termos de sistema político, a República de Angola é um Estado unitário com um regime presidencialista multipartidário, sustentado por uma Constituição assente em três ramos (executivo, legislativo e judicial) e aprovada em 5 de Fevereiro de 2010 (Jover *et al*, 2012). Após, uma revisão, a Constituição instituiu um sistema presidencialista-parlamentar onde o Presidente é eleito indirectamente pela Assembleia Nacional e não directamente pelo povo e definiu um limite de dois mandatos presidenciais de cinco anos.

Desde sua independência, em 1975, Angola orientou-se economicamente por um modelo socialista. Assim, tanto o petróleo como a produção de diamantes mantiveram-se nas mãos de empresas estatais, que controlavam o acesso aos recursos minerais, dos quais o crescimento económico do país ainda depende largamente (Apex-Brasil, 2012). Segundo o mesmo estudo, apesar do progresso desde o fim da guerra civil em 2002, como a estabilização

macroeconómica, a limpeza de minas terrestres e a restauração da infra-estrutura económica, as minas terrestres continuam a representar perigo, sectores como a agricultura e a indústria persistem na necessidade de reestruturação profunda e de uma estratégia de actuação, os recursos humanos necessitam de melhorar a qualificação, os subsídios, os controlos de preços e a extensiva participação paraestatal devem ser reduzidos e, muitas infra-estruturas carecem de recuperação. Tal implica a realização de diversas reformas estruturais que possibilitem segurança e estabilidade macroeconómica de Angola.

Angola é considerado um Estado com um sistema presidencialista forte e com amplos poderes onde o Presidente não só acumula as funções de Chefe de Estado e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas (Jover *et al*, 2012) como ainda nomeia e exonera o Vice-Presidente da República, os Ministros, os Vice-Ministros, os Secretários de Estado, os Governadores Provinciais, o Governador do Banco Nacional (Banco Central), os juizes do Tribunal Supremo (consultado o Conselho Superior da Magistratura Judicial), o Procurador-Geral e o Vice-Procurador-Geral da República, os membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial e os embaixadores e acredita os representantes diplomáticos estrangeiros. O sistema legal é baseado no direito civil e direito consuetudinário português sendo todos os Decretos Presidenciais e Despachos publicados no Diário Oficial (conhecido como Diário da República).

Existem 18 governos provinciais em Angola, correspondentes a igual número de províncias (Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Kwando-Kubango, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge, Zaire), 163 municipalidades e 532 comunas (Portal Oficial do Governo de Angola, 2013). A Figura 3 resume a regionalização do país.

**Figura 3 – Regionalização de Angola**



Fonte: Rocha, 2010

Salvo algumas exceções e reformas que se vêm aplicando, o planeamento seguido por Angola em todas as suas componentes, sejam de política económica e social, seja de atribuição/repartição dos fundos financeiros, é descendente, ou seja, do topo para a base. A filosofia essencial é a da centralização, reforçada substancialmente com os preceitos da nova Constituição da República (Rocha, 2010). Ainda segundo este autor, embora este tipo de planeamento descendente sendo o que melhor se ajusta a sistemas administrativos centralizados e concentrados regionalmente, politicamente e financeiramente (receitas fiscais), não atende, contudo, nem integra ou modela as assimetrias territoriais existentes no país.

### **3.3. População e Padrões Sociais**

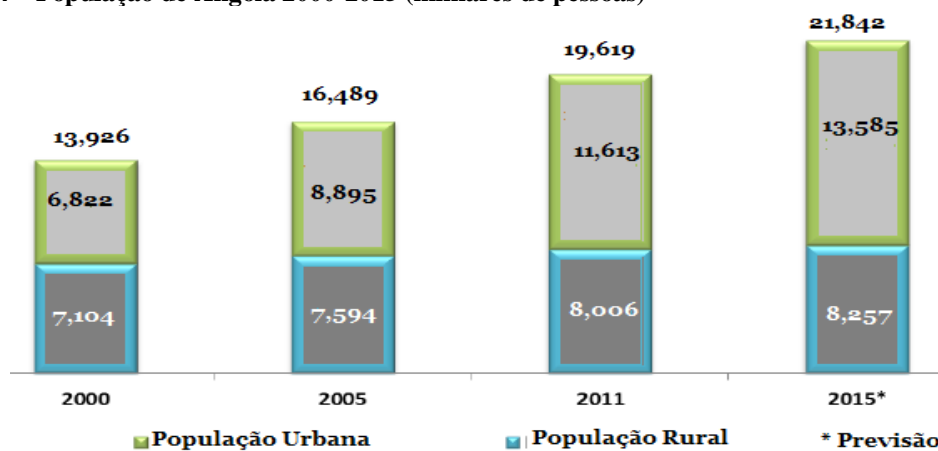
O conflito armado em Angola teve consequências graves em todos os domínios da vida da sociedade angolana e profundas mudanças sociais, incluindo a moral das populações que entrou em declínio, culminando com vagas de deslocados das zonas rurais em consequência da guerra e uma elevada taxa urbanização (Walter, 2007). Para Hodges (2002) existe mesmo um paradoxo entre a coexistência de grande riqueza em recursos naturais e o colapso económico e a dissolução social do país.

O estado débil renascido após 27 anos de guerra civil mostrava profundas disparidades sociais. Pelo menos uma geração fora lesada e privada do acesso aos serviços básicos (ensino, saúde) essenciais ao desenvolvimento social e humano e ao crescimento económico. Por outro lado, as convulsões populacionais relacionadas com a guerra e a transição do tipo de economia inviabilizaram, segundo o próprio director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE), a produção de informação estatística no país (Couto, 2006), pelo que, a informação mais fidedigna é relativamente recente. A população de Angola está estimada em 19,6 milhões (SADC, 2011) com uma taxa de crescimento anual da população de 2,7%. Embora este valor já seja superior à média do subcontinente africano, estima a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral a sua ampliação para 21,8 milhões de pessoas em 2015 (SADC, 2011). O país não realizou um censo nos últimos 40 anos (um novo recenseamento vai realizar-se 2013) e os dados sobre a população são praticamente inexistentes ou imprecisos.

Dentro da população existem três grupos etnolinguísticos principais: Ovimbundu (37%), Kimbundu (25%) e Bakongo (13%). Outros grupos incluem Chokwe, Lunda, Ganguela, Nhaneca-Humbe, Ambo, Herero e Xindunga. Além destes, existe uma população mestiça (europeia e africana) que representa cerca de 2% e uma pequena população branca (1%) (Jover *et al*, 2012). O português é a língua oficial, sendo falada por mais de 80% dos angolanos embora existam mais de vinte línguas nacionais e dialectos. Umbundu é a segunda língua mais falada e está presente na região centro-sul do país. No que diz respeito à religião, mais de 50% da população é Cristã (Católicos Romanos 38% e Protestantes 15%) estimando-se que as crenças locais concentrem cerca de 47% da população (SADC, 2011).

Verifica-se na Figura 4, que 59,1% a população total em 2011 (11,6 milhões de habitantes), se concentra em zona urbana, percentual que era de 58,5% no ano 2000 mas que se prevê vir a aumentar para 62,17%, em 2015 (SADC, 2011). Segundo a mesma fonte, esta proporção é similar à da África do Sul (61,70%) e do Botsuana (61,1%), embora se verifique grande heterogeneidade entre os restantes parceiros de Comunidade para o Desenvolvimento da África, função do seu grau de ruralização (SADC, 2011): Maláui (19,8%), Suazilândia (21,4%), Tanzânia (26,4%), Lesoto (26,9%), Madagáscar (30,2%), República Democrática do Congo (35,2%), Zâmbia (35,7%), Namíbia (38%), Zimbábue (38,3%) e Maurício (41,8%). Em termos de estratificação, a população angolana é extremamente jovem (48% tem menos de 15 anos e apenas 2% tem 65 anos ou mais anos). A idade média é de 18 anos e a esperança de vida de 51 anos (SADC, 2011).

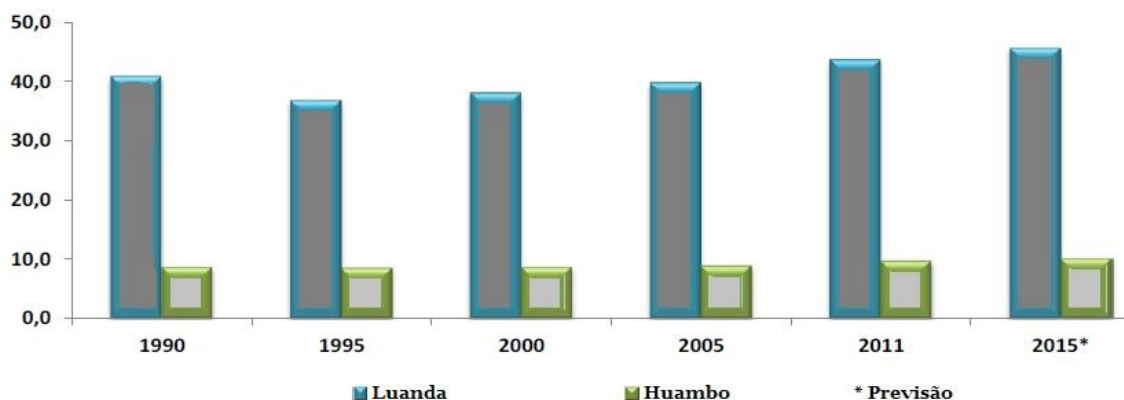
**Figura 4 – População de Angola 2000-2015 (milhares de pessoas)**



Fonte: SADC, 2011, Jover *et al*, 2012

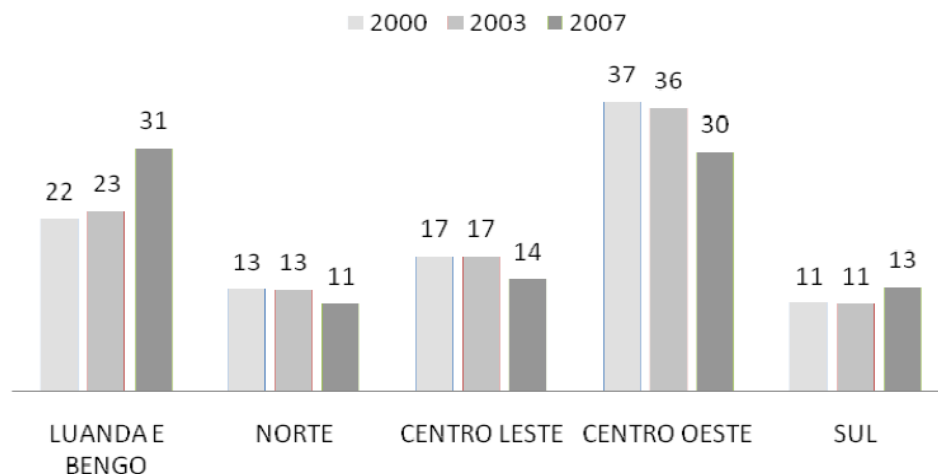
A província de Luanda, com a capital e principal cidade do país, concentra em 0,18% de território cerca de 30% da população total, com uma densidade média de 162 habitantes por quilómetro quadrado (Rocha, 2010). A população de Luanda está estimada em 5,8 milhões pelo Instituto Nacional de Estatística angolano, e está em rápida expansão. Durante a guerra, um influxo de população que fugia do conflito nas zonas rurais deslocou-se em busca de protecção para os centros urbanos. A atractividade demográfica de Luanda comprova-se por indicadores como a taxa média anual de crescimento populacional (10,5%), o índice de concentração demográfica (29,2% actualmente e 19% em 2000) e a mais baixa taxa de desemprego do país (Rocha, 2010). Actualmente a taxa de urbanização em Angola é de 59%. Outras cidades importantes são: Lubango, Huambo, Lobito, Benguela, Kuito-Bié e Cabinda (SADC, 2011). A Figura 5 resume a informação da população urbana de Angola residente nas duas principais aglomerações urbanas, Luanda e Huambo, ambas com mais de 750 mil habitantes. A Figura 6 expõe a repartição percentual da população por grandes regiões.

**Figura 5 – Percentagem da População Urbana de Angola Residente em Luanda e Huambo**



Fonte: SADC, 2011, Jover et al, 2012

**Figura 6 – Repartição Percentual da População por Grandes Regiões**



Fonte: Rocha, 2010

A Figura 6 evidencia a existência de regiões perdedoras e ganhadoras de população, tendo ocorrido, de forma contínua, uma desertificação humana do interior do país, sobretudo das regiões do Centro-Leste e do Centro-Oeste e um incremento da densidade demográfica na região Luanda/Bengo (Rocha, 2010).

A literacia da população adulta é de 70%, os anos de escolaridade esperados são 9,1 e a média de anos de escolaridade para a população adulta é de 4,4 (SADC, 2011), razões que justificam um forte investimento público em educação, com a reforma do programa curricular, a ampliação da duração do ensino primário obrigatório e gratuito para 6 anos e, um grande investimento em infra-estruturas da rede escolar e da construção de pelo menos uma escola secundária por Província.

A educação primária, obrigatória para crianças entre os seis e os nove anos, estende-se por seis anos. O sistema de ensino secundário divide-se em dois ciclos de três anos cada, existindo também em paralelo, um sistema educativo técnico dividido em três anos de ensino vocacional (após a instrução primária) e quatro anos de ensino médio técnico (após a nona classe). Contudo, segundo o estudo de BAD *et al* (2012), apenas cerca de 75% dos professores receberam a formação necessária e apenas 54% dos alunos matriculados na escola primária completaram o ciclo. Regista-se ainda uma grave falta de escolas para o ensino secundário, especialmente considerando o aumento da procura, com um crescimento médio de 18,6% ao ano, nos últimos dez anos, do número de alunos matriculados neste nível.

Segundo a SADC (2011), existem 16 colégios e universidades públicas e um aumento considerável das universidades privadas que, das quais, actualmente 22 são oficialmente reconhecidas. Existe uma universidade estatal, a Universidade Agostinho Neto, com sede em Luanda e cobertura da província do Bengo, tendo sido criadas em Fevereiro de 2009, no quadro de um programa de redimensionamento da universidade Agostinho Neto e de reorganização da rede de instituições do ensino superior público as seguintes seis novas universidades e regiões académicas: Universidade 11 de Novembro com sede em Cabinda mas cobrindo igualmente a província do Zaire, a Universidade José Eduardo dos Santos, com sede no Huambo, com extensão no Bié e Moxico, a Universidade Mandume, com sede na Huíla, cobrindo as províncias do Namibe, Kwando-Kubango e Cunene, Universidade Kimpa Vita, com

sede no Uíge e extensão no Kwanza-Norte, Universidade Lwegi, com sede na Lunda-Norte, estendendo-se a Lunda-Sul e Malanje e, a Universidade de Katiavala, com sede em Benguela, cobrindo igualmente o Kwanza-Sul (Portal do Governo de Angola, 2013).

Apesar do acesso à educação ter melhorado nos últimos anos, a qualidade permanece uma preocupação em resultado de fracas estruturas reguladoras para supervisionar essas instituições. Em 2010 havia 107000 alunos matriculados em faculdades e universidades em todo o país (número que cresceu para 140000 em 2011) e um número de diplomados de aproximadamente 6000, contra 304 em 2003. Deste número, quase 50% são formados em áreas das Ciências Sociais, eventualmente pela deficiente base de conhecimentos adquirida no ensino secundário que dificulta os alunos que chegam ao nível superior de prosseguir estudos em áreas técnicas como a engenharia, a medicina, a matemática ou outras áreas disciplinares científicas (BAD *et al*, 2012). Ainda assim, segundo os autores, a população jovem de Angola está motivada por aprender e ansiosa por uma vida melhor num mercado de trabalho com necessidade de técnicos qualificados.

O desenvolvimento de Angola depende fortemente de investimentos no sector da educação na medida em que, países e regiões com níveis mais elevados de bem-estar e qualidade de vida são, em simultâneo, os territórios onde os níveis de qualificação escolar são mais elevados (Lucas *et al*, 2013). Veja-se, a este respeito, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010), construído com base em indicadores de longevidade (ou esperança de vida), escolaridade e nível de vida. Em primeiro lugar surge a Noruega, ocupando Angola o 146º lugar, com um IDH de 0,403 (Quadro 2), situação que melhorou relativamente ao ano de 2004, onde figurava no 166º lugar (ONU, 2004). Ainda assim o país permanece na categoria de baixo desenvolvimento humano com um valor de 0,486 em 2011 (SADC, 2011) e 54,3% da população a viver abaixo da linha de pobreza de US\$ 1,25 por dia. A taxa de incidência de pobreza da população tem-se mantido em valor igual ao do ano 2008 (36,6%). Tal posicionamento resulta dos baixos indicadores sociais e padrões de vida em Angola, apesar de um PIB *per capita* de US\$ 5.146 em 2011. O rendimento nacional bruto *per capita* (em pps) era, em 2008 de 4,9 \$, a esperança média de vida não ultrapassava os 51 anos (SADC, 2011).

A realidade presente no Quadro 2 é confirmada e reconhecida pelas entidades oficiais angolanas, por exemplo no “Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola” (MUA, 2006)

que, no capítulo relativo à Educação assume: “A educação é, de facto, um pré-requisito para o desenvolvimento individual dos cidadãos e das sociedades em geral, com consequências directas na melhoria global da qualidade de vida, promovendo a erradicação da pobreza e um desenvolvimento sustentável.” (idem: cap.2, pág. 21). O relatório acrescenta que “Segundo o indicador das Nações Unidas, a taxa de analfabetismo para a população com idade superior a 15 anos era, em 2000, de 58%, contrastando com uma média de 38% para toda a África Subsariana.

**Quadro 2 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

Posição IDH 2010	IDH	Esperança Vida Nascimento	Média Anos Escolaridade	Anos Escolaridade Esperados	RNB (PPP \$<USD 2008) per capita	Índice Desigualdade Género (posição 2008)	Índice Pobreza	População Limiar Pobreza <\$1,25/dia
Noruega (1)	0,938	81	12,6	17,3	58,810	5	.	.
Austrália (2)	0,937	81,9	12	20,5	38.692	18	-	-
Portugal(40)	0,795	79,1	8	15,5	22.105	21	-	-
Angola (146)	0,403	48,1	4,4	4,4	4.941	ND	0,45	54,3%

Fonte: Adaptado de ONU, 2010

A taxa de analfabetismo da população feminina é mais elevada (46%) do que a masculina, chegando a atingir valores acima dos 70% [...]. As elevadas taxas de analfabetismo nas mulheres são uma situação muito preocupante, uma vez que o nível educacional da mãe tem uma forte influência na educação das crianças e no bem-estar do agregado familiar.” (Ibidem). Estes valores são contudo divergentes dos apresentados no Relatório de Desenvolvimento Humano (2010) que indicam uma taxa de alfabetização inferior a 10%, em adultos (Quadro 3).

Apesar da Constituição Angolana prever igualdade de direitos a todos os níveis (onde naturalmente se inscrevem o emprego e a educação), a verdade é que continua a existir grande disparidade de oportunidades entre homens e mulheres, sendo a promoção da educação da mulher um factor chave para minimizar esta questão.



**Quadro 3 – Taxas de Alfabetização e de Matrícula**

<b>POSIÇÃO IDH (2005-2009)</b>	<b>TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS</b>	<b>TAXA DE MATRÍCULA NO ENSINO SECUNDÁRIO</b>	<b>TAXA DE MATRÍCULA NO ENSINO SUPERIOR</b>
Noruega (1)	ND	96,6%	75,9%
Austrália (2)	ND	87,5%	75,0%
Portugal(40)	94,6%	87,9%	56,9%
Angola (146)	69,8%	17,3%	2,8%

Fonte: Adaptado de ONU, 2010

Este problema é particularmente pertinente nas áreas rurais, onde as mulheres rurais são um dos grupos marginalizados pelo sistema de educação, sendo cerca de 90% analfabetas. Esta questão reflecte outra, relativa às desigualdades geográficas e sociais, estando as áreas urbanas melhor servidas que a área rural. Na região da capital 78% das crianças atinge a sétima classe, situando-se esse número em 65% e 64%, para as outras áreas urbanas e áreas rurais, respectivamente (MUA, 2006). Existe uma ligação evidente entre o estado de pobreza e o nível de instrução alcançado. Do total da população sem nenhum nível de instrução, estima-se que 41% sejam pobres extremos. A população com um nível de instrução acima do ensino primário é essencialmente “não pobre”: cerca de 72% dos indivíduos com um nível de instrução superior situam-se acima da linha da pobreza.” (MUA, 2006). O acesso ao abastecimento de água melhorada era de 50% em 2010, desagregado em 38% no meio rural e 60% no meio urbano (SADC, 2011).

O levantamento Sócio-Económico de 2008/09 mostra que a taxa média da população que vive abaixo da linha de pobreza de 1,5 USD/dia (36,6%) sobe para 58,3% na população rural, em comparação com 18,7% em áreas urbanas. Outras disparidades entre as populações urbanas e rurais incluem: (i) acesso à energia eléctrica (66,3% contra 8,6%), (ii) acesso regular ao abastecimento de água (59,7% contra 22,8%), e (iii) saneamento básico (84,6% contra 31,1%) (BAD *et al*, 2012).

Angola permanece sendo uma das sociedades com maiores desigualdades, com um coeficiente de Gini<sup>2</sup> de 58,6 (Pacheco, 2010, Jover *et al*, 2012). Segundo estes autores, as despesas sociais representam e continuarão a representar o principal gasto do governo com 32,9% da despesa total de 2011, valor superior ao limite de 30% imposto pelo Acordo de Crédito Contingente (ou Acordo de Stand-by, SBA) do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A desigualdade de género continua a ser um desafio-chave do desenvolvimento. De acordo com o Índice Global de Paridade do Género, do *World Economic Forum*, Angola ocupou a 106ª posição em 2009 (BAD *et al*, 2012). Aproximadamente um quarto das famílias (24%) é chefiado por mulheres, as quais são maioritárias (52%) na população e, em média, são mães pela primeira vez aos 18 anos e têm 2,7 filhos. Apenas metade das mulheres (51,9%) com idade igual ou superior a 15 anos são alfabetizadas (contra uma média nacional de 65,6%), embora a estimativa é que este indicador melhore para 75,4% considerando as crianças entre os 6 e os 11 anos actualmente matriculadas na escola primária (a média nacional é contudo de 76,3%). Os alunos do sexo feminino representam, respectivamente, 50,5% e 50% do total de estudantes dos ensinos primário e secundário. Quanto aos homens, o estudo do BAD *et al* (2012) estima que 9.8% dos homens angolanos (com 12 anos ou mais) vivem com mais de uma mulher. Embora o recente sistema de quotas tenha permitido elevar a proporção das mulheres em altos cargos políticos do Governo (30%) e como deputados na Assembleia Nacional (44%), apenas 1,2% desempenha cargos a nível local, o indicador mais baixo em toda a África Subsariana. Também ainda não foram aprovadas directivas ou medidas de política nacional com vista a integrar o género e ainda existem disposições legislativas que discriminam as mulheres, bem como lacunas legislativas em determinadas áreas, incluindo a violência contra as mulheres (BAD *et al*, 2012).

O facto do crescimento económico estar principalmente concentrado em Luanda, que produz cerca de 75% do PIB e tem um terço da população, traduz-se em riscos e dificuldades de habitação e alojamento das populações, razão pela qual o Estado está a construir habitações sociais em Luanda ainda que em número insuficiente na medida em que se estima que aproximadamente 1 milhão de pessoas vivem na região (BAD *et al*, 2012). Para Rocha (2010), a prioridade política do desenvolvimento regional em Angola, é inferior à de outros temas, como

---

<sup>2</sup> O coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade da distribuição dos rendimentos num dado país ou sociedade, variando de 0 a 1, onde 0 significa igualdade perfeita e 1 representa uma situação de desigualdade extrema (Pacheco, 2010).

a estabilização macroeconómica, o controlo do valor cambial externo da moeda nacional, ou restrição monetária, entre outros.

À excepção da ajuda humanitária facultada pelos doadores de organizações não-governamentais (ONG) internacionais e nacionais, não existe em Angola apoio social formal aos pobres e carenciados. Assim, fruto das dificuldades das famílias pobres em meio urbano, tem surgido problemas sociais novos, não existentes no país antes da década de 1990, como seja o fenómeno crescente de crianças a viver nas ruas. (Walter, 2007). Contudo, o Governo tem vindo a introduzir algumas medidas como a segurança social e o regime de reforma e protecção para os trabalhadores assalariados do sector formal e um salário mínimo, que é revisto anualmente por uma comissão tripartida (governo, sindicatos e empregadores), reconhecendo também a importância da sociedade civil, com espaços diferentes na rede de coordenação e discussão de questões sociais e com as comissões de coordenação sociais organizadas, tanto a nível regional, como a nível nacional (BAD *et al*, 2012).

Definida em termos de rendimento familiar, a pobreza implica também a negação de direitos sociais e económicos básicos que, noutras circunstâncias, seriam garantidos por serviços públicos, se não fossem acessíveis através do mercado (INE, 1996). Uma dimensão fundamental da pobreza em Angola é o estado de degradação de alguns serviços públicos, embora melhorias tenham sido conseguidas. Estes serviços começaram a deteriorar-se desde o início da década de 1980, em termos quer de cobertura, quer de qualidade, devido à falta de orçamentos adequados, ao decréscimo da capacidade institucional, aos efeitos devastadores da guerra na prestação de serviços nas zonas rurais e a uma cada vez maior pressão populacional, sobretudo nas cidades. Esta concentração da população em zonas urbanas foi ainda agravada pela falta de habitações e, conseqüentemente pela alternativa de construção anárquica e desordenada (MINPLAN, 2004). Para Lucas *et al*, 2013, seja do ponto de vista da coesão social, seja dos territórios, importa melhorar os padrões de vida e assegurar a igualdade de oportunidades a todas as populações de Angola nas diferentes áreas – rurais e urbanas.

Em termos de saúde da população, com 3,68 milhões de casos registados em 2010 (Jover *et al*, 2012), a malária é o principal problema e também a principal causa de morte, doença e absentismo, particularmente entre a população com menos de cinco anos. Também a taxa de doença diarreica é a mais elevada do mundo. Já o predomínio de HIV/SIDA em Angola é baixo,

comparando com os restantes países da África subsaariana, embora tenha crescido com a instauração da paz, em consequência da maior e mais livre circulação de pessoas, sobretudo do regresso dos refugiados, da abertura das fronteiras e do aumento do comércio e dos serviços. Ainda em termos de saúde, de evidenciar o esforço do Governo de Angola (GA) na eliminação da transmissão da poliomielite após o aparecimento recente de novos focos da doença (Jover *et al*, 2012).

Apesar do rendimento satisfatório auferido pelo fundo do petróleo e dos progressos na melhoria das condições sociais desde 2002, o país ainda enfrenta enormes desafios no que se refere à redução da pobreza, ao desemprego (26% desde 2007) e ao aumento do desenvolvimento humano (BAD *et al*, 2012). Muito índice do desemprego regista-se sobretudo em jovens sem qualificações embora, actualmente, haja um número crescente de graduados, cujos diplomas não estão adaptados às necessidades do país pelo que, o empreendedorismo é cada vez mais entendido como uma forma de criar emprego na classe jovem. Um centro de formação para a prestação de formação e apoio aos empresários foi criado em Luanda, com o apoio do PNUD e está a ser replicado noutras províncias e um gabinete e equipamento são disponibilizados aos participantes no programa, durante o período de instalação inicial do negócio (seis meses).

Para Walter (2007) em alguns indicadores mantêm-se um quadro social negativo idêntico ao apresentado pela sociedade angolana nos anos que se seguiram à independência, sobretudo pelo empobrecimento de uma grande parte da população à qual o nível de receitas do petróleo não chega (Walter, 2007). Se, nas zonas rurais, os anos de guerra reduziram os camponeses a um nível de mera subsistência, vivendo muitos deles com os apoios humanitários, já nas zonas urbanas, onde a população aumentou com o êxodo rural e a elevada taxa de crescimento populacional, a estagnação da economia desde o período de transição para a independência em 1975, não ajudou e, aparentemente o crescimento económico elevado verificado na última década, também não. Corrobora esta situação, o desemprego, que embora surgindo muitas vezes disfarçado de subemprego, é generalizado (Portal Oficial do Governo de Angola, 2013 e ONU, 2004 e 2010). Ainda assim, o Governo angolano continua a destinar mais de 30% do seu orçamento para gastos sociais, onde o crescimento de 1,6%, para 33, 3% em 2012, corresponde ao dobro das despesas com a segurança, defesa e ordem pública (BAD *et al*, 2012).

Com o declínio do sector formal da economia e dos baixos salários na Administração Pública dos anos noventa, a maior parte da população urbana dependia, para sobreviver, de empregos e rendimentos no sector informal (Adauta, 1997). Não tendo o país realizado um censo nos últimos 40 anos (deve ser realizado em 2013), os dados sobre o emprego são praticamente inexistentes ou imprecisos, especialmente tendo em conta o peso da economia informal. Espera-se que o Programa de Reconversão da Economia Informal ajude a esclarecer a definição de emprego e melhorar o significado dos dados do emprego. Os números de emprego dos jovens também não estão disponíveis (BAD *et al*, 2012). O sector da economia informal, que começou por se desenvolver em meados da década de 1980 sob a forma de uma economia clandestina no tempo do planeamento centralizado, proliferou nos anos 90, tendo-se tornado na principal fonte de emprego para a força de trabalho urbana em rápida expansão (Walter, 2007). Segundo este mesmo autor (Walter, 2007), embora ainda pouco desenvolvido e diversificado por ramos de actividade, tamanho das microempresas e níveis de capital investido, o sector informal tem uma imagem de grande dinamismo. Integra sobretudo actividades e negócios por conta própria, de natureza comercial de muito reduzida dimensão onde a criação de emprego é uma importante fonte adicional de rendimento, complementar aos baixos salários do sector público, numa estratégia de sobrevivência baseada na diversificação de rendimentos (Walter, 2007). A importância da economia informal, sem qualquer regulamentação ou benefícios é tanto maior quanto a forte dependência do petróleo para o crescimento do PIB não tem conseguido criar oportunidades de emprego, mantendo-se o desemprego com uma média estimada de 26% desde 2007, o que é elevado (BAD *et al*, 2012).

Em 2012 uma lei ambiciosa foi criada para apoiar os empresários de micro, pequenas e médias empresas (MPME), esperando-se que crie dinâmicas e incentive a criação de novas empresas assim como possa reduzir o desemprego para cerca de 20% (BAD, *et al*, 2012). Segundo este mesmo estudo, existe também em Angola uma crescente inadequação das competências ao mercado de trabalho o que implica a vinda da maioria dos trabalhadores qualificados de outros países, apesar das quotas existentes para o emprego de cidadãos angolanos (com algumas excepções de aplicação em sectores como construção, que tem uma grande parte de trabalho não qualificado chinês). Os contractos de trabalho são geralmente de curto prazo o que dificulta o seu cumprimento por grande parte das empresas, detendo Angola uma posição baixa no Relatório “*Doing Business 2012*”, do Banco Mundial (citado por BAD *et al*, 2012), ou seja, o 178º lugar no item “empregar trabalhadores”, que corresponde ao mais baixo de toda a

África Subsaariana. Algumas das medidas adoptadas pelo Governo para minorar esta situação incluem políticas públicas para estimular o emprego, criação de centros de formação profissional, em áreas urbanas e rurais, estabelecer a ligação ao tecido empresarial privado para programas de formação e estágio, operacionalização da lei *Strategy First Job*, e, também ratificou todas as oito convenções fundamentais da OIT (BAD, *et al*, 2012).

### 3.4. Economia

A economia angolana já conheceu vários e distintos momentos, ao longo da I República. O primeiro, com início logo após a Independência Nacional, em Novembro de 1975, prolongou-se até à realização do II Congresso do MPLA, em Dezembro de 1985 e distingue-se, essencialmente, pelo estabelecimento de uma economia centralizada e baseada no Plano Nacional. Segundo o professor universitário, Vicente Pinto de Andrade, docente da Universidade Católica de Angola, o período de 1986 à 1991, caracterizou-se pelo reconhecimento da necessidade de reformulação dos modos de direcção económica, orientando uma tomada de medidas que levaram à substituição da regulação administrativa da economia assente na planificação, pela regulação através dos moldes de uma economia aberta (Rocha, 2009).

No referido período, o ramo dos petróleos foi definido como o mais estratégico para o desenvolvimento económico e social do País, tendo-se salvaguardado a gestão sustentável das suas reservas, de modo a que a produção se mantenha durante muitos anos, assegurando e, por via das exportações, os fundos necessários ao financiamento da economia. Para Andrade (2008) essas premissas viriam a propiciar a criação da base material indispensável à construção de uma sociedade socialista, no que concerne ao problema, de modo a preconizar a constituição e desenvolvimento do sector público, assim como o fomento sob formas de cooperativas. Nos princípios do ano 2000, o Governo, à luz do seu Programa Económico e Social, considerava que a solidez entre a política monetária e a política cambial seria garantida, através da quantificação da meta para a variação das reservas internacionais líquidas do BNA (Jornal de Angola, 2004). A quantificação da política cambial ficou expressa com o intuito de variação das reservas líquidas do banco central, tendo ocorrido, de tal maneira que, por fim, o Governo começou a assegurar a consistência entre as políticas cambiais e monetária. Desta forma, segundo o referido académico, assiste-se à derrocada, entre 1991 e 2003, dos

principais instrumentos e instituições do sistema de direcção centralizada e planificada da economia, que viriam a ser substituídos por mecanismos mais eficazes de mercado.

Nos primeiros cinco anos da Independência Nacional, a influência da situação militar na economia não foi reconhecida como primordial. A preocupação central era a defesa da integridade territorial e da soberania do Estado, não obstante aos avultados prejuízos económicos registados no País, até 1980. Com base em cálculos do Governo Angolano, durante o triénio 1978-80, os prejuízos globais causados pelas agressões do exército sul-africano atingiram os sete mil milhões de Dólares Americanos. Nesse contexto, a defesa foi considerada como o sector prioritário, no conjunto das tarefas do MPLA e do Estado, devendo harmonizar-se, devidamente, o desenvolvimento socioeconómico do País com as exigências da estratégia político-militar (Rocha, 2008).

A manutenção da apreciação da taxa real de câmbio da moeda nacional, estimulada pelo incremento do excedente comercial, continuaria a danificar a posição competitiva da agricultura e da indústria transformadora, colocando em risco a recuperação, a médio e longo prazo, destes últimos sectores (Rocha, 2008).

No declinar dos anos 90, o Governo angolano anunciou a liberalização dos regimes de câmbio e de importações, gerando expectativas positivas no que diz respeito às suas intenções. Até 2002, para além dos efeitos directos que a guerra civil teve sobre as populações, o conflito impôs sobre o governo grandes limitações que fundamentaram, em certa medida, o seu mau desempenho económico expresso em indicadores como os altos défices orçamentais e as altas taxas de inflação e desemprego. A agricultura, a exploração dos recursos hídricos e o desenvolvimento da indústria, além da urgente melhoria das infra-estruturas, são algumas das prioridades do governo (Rocha, 2008).

Segundo Rocha (2008), a decisão estratégica de, faseadamente, se modificar o sistema económico de direcção centralizada, foi tomada em meados da década de 1980, e a sua tradução política estava contida no Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF). Entretanto, problemas de vária ordem impediram a sua implementação prática, tendo, da sua existência, ficado apenas a produção legislativa de base e a elaboração de determinados estudos económicos e financeiros fundamentais.

Depois desta opção pela economia de mercado, a política económica nacional desenvolve-se por uma série de ciclos interrompidos e que afectaram, profundamente, a sua efectividade prática. Estes ciclos incompletos e inacabados traduziram-se em diferentes programas de política económica de duração efémera. Entre 1989 a 2000, foram elaborados doze programas de política económica, essencialmente virados para a estabilização e nenhum com pretensões estratégicas de médio e longo prazo. As médias de 1,2 programas por ano ou de 10,6 meses por programa são bem a expressão da incidência de situações de instabilidade política e militar, justificando, assim, a transição para a economia de mercado. Neste particular aspecto, faltou claramente, um paradigma adequado às condições peculiares do país, no referido período, e uma vontade política determinante (Rocha, 2008).

Desde então, são anunciados diversos programas de reforma económica, designadamente, o Programa de Recuperação (PR: 1991 e 1992) e, o Programa de Emergência do Governo (PEG: Março de 1993), entre outros (por exemplo, o Plano de Recuperação Económica 1989/90, o Programa de Acção do Governo 1990 e o Plano Nacional 1991/92). Durante os primeiros 17 anos da independência, existiram 11 programas económicos diferentes, uns mais curtos do que outros, tendo um durado apenas algumas semanas. Além disso, o processo de transição foi caracterizado por frequentes mudanças de direcção e de ritmo, tendo obrigado períodos alternados de reforma e contra-reformas (Rocha, 2008).

O Plano de Recuperação Económica (PRE), 1989/90, correspondeu a uma primeira fase de implementação do SEF, suspenso em Maio de 1990 pela nomeação de uma nova equipa económica. Deste programa (PRE), muito pouco foi concretizado, durante a sua vigência, pelo que, praticamente todos os seus objectivos foram retomados pelo programa seguinte - Programa de Acção do Governo (PAG de 1990). Este revestiu-se, sobretudo, de um carácter de emergência, com uma grande incidência no combate à inflação, por comedimento da massa monetária em circulação e pela nomeação de uma nova equipa económica que deu início a um processo de viragem em relação ao passado com objectivos de retoma económica, num clima de abertura democrática e de eleições gerais, que despoletou a polémica reforma monetária (mais conhecida pela troca de moeda) em Setembro de 1990 (Rocha, 2008). No ano seguinte (1991/1992) surge o Plano Nacional, que afirmava ser o défice das finanças públicas consequência directa das anomalias no funcionamento do sistema económico, defendendo a sua correcção, sempre que necessário, visando restabelecer a normalidade. Sustentava uma actuação específica para tentar corrigir o défice fiscal, “com o firme propósito de o adequar ao



contexto vigente e às circunstâncias, propiciando a constituição futura duma poupança pública requerida ao financiamento das despesas de desenvolvimento” (Rocha, 2008). O mesmo autor considera muito importante que uma das principais metas do Plano seja “a correcção dos défices das finanças públicas e das contas externas, por via da contenção do consumo interno e pela expansão da base produtiva do país, assumindo papel relevante na recuperação tangível da oferta interna, e uma gestão metódica das principais fontes de financiamento”, considerando ser o equilíbrio das contas governamentais uma condição necessária, mesmo que não suficiente, para a normalidade económica do país (Rocha, 2008).

Para além do já referido, simultaneamente à mudança do paradigma socioeconómico, a partir do fim da guerra civil, uma profunda revisão de grande parte da legislação relacionada ao comércio e investimento foi realizada. O propósito era o de criar benefícios fiscais e aduaneiros aos investidores e teve como resultados o crescimento do investimento estrangeiro directo (IED) (Apex-Brasil, 2012). Assim, nova legislação foi produzida: i) sobre investimentos estrangeiros em 2003; ii) sobre o sector petrolífero e de diamantes em 2004; e, iii) sobre a adopção de um novo Código Aduaneiro e a revisão da pauta aduaneira em 2005, com o objectivo de cumprir o princípio da livre iniciativa económica e empresarial privada (Apex-Brasil, 2012).

A fim de promover maior transparência e responsabilização em suas operações, o governo angolano adoptou ainda uma série de medidas, entre elas: i) implementação do Programa de Gerenciamento das Finanças Públicas e do Programa de Modernização Aduaneira; ii) estabelecimento, desde 2003, de um orçamento unificado; iii) aprimoramento da auditoria do Banco Nacional de Angola (BNA); iv) criação de uma única Conta do Tesouro com o BNA; e, v) maior transparência na publicação de dados sobre os pagamentos efectuados em relação aos acordos de concessões de petróleo (Apx-Brasil, 2012). Ainda assim, em 2009, a economia angolana sofreu graves impactos da crise mundial, destacando-se o colapso dos preços e da procura do petróleo. O crescimento económico foi ainda lesado por atrasos governamentais em pagamentos de construção em infra-estruturas.

Apesar do contexto de crise internacional e de crise interna de liquidez, a economia de Angola tem mantido taxas de crescimento relativamente sólidas nos últimos anos embora com um ritmo de crescimento relativamente inferior, no triénio 2009/2011, ao dos períodos anteriores, os quais beneficiaram de maiores rendimentos do sector do petróleo (preços e quantidades)

(Banco de Portugal, 2011). Os principais indicadores económicos estimados e as projecções realizadas com base em diferentes metodologias e fontes, apresentam-se nos Quadros 4 e 5. Informação estatística complementar à apresentada e relativa a períodos anteriores, pode ser consultada no Apêndice C.

**Quadro 4 – Principais Indicadores Económicos 2009-2013**

	2009	2010	2011	2011	2012	2013
	Estimada	Estimada	Programada	Estimada	Programada	Programada
<b>PIB real (V.anual)</b>	<b>2,4</b>	<b>3,4</b>	<b>6,4</b>	<b>3,1</b>	<b>6,8</b>	<b>6,0</b>
<b>Inflação (t.v.a. homóloga)</b>	<b>14,0</b>	<b>15,3</b>	<b>10,8</b>	<b>11,4</b>	<b>9,6</b>	<b>7,6</b>
<b>Massa Monetária (t.v. anual)</b>	<b>21,5</b>	<b>7,1</b>	<b>37,8</b>	<b>34,0</b>	<b>14,7</b>	<b>38,1</b>
<b>Balança Corrente (%PIB)</b>	<b>-10,0</b>	<b>9,0</b>	<b>-4,8</b>	<b>10,8</b>	<b>7,3</b>	<b>4,4</b>
<b>Saldo Orçamental Global (%PIB)</b>	<b>-7,4</b>	<b>5,5</b>	<b>4,5</b>	<b>10,3</b>	<b>2,4</b>	<b>1,7</b>
<b>Dívida Externa (%PIB)</b>	<b>20,0</b>	<b>21,6</b>	<b>19,9</b>	<b>19,8</b>	<b>19,6</b>	<b>20,4</b>

Fonte: Banco de Portugal, 2011

**Quadro 5 – Indicadores Económicos Chave**

	2008	2009	2010	2011	2012
				(Estimativa)	(Estimativa)
Produto Interno Bruto (US\$ mil milhões)	84.2	75.5	82.5	100.9	117.0
Produto Interno Bruto Real (variação %)	13.8	2.4	3.4	3.4	9.7
Sector Petrolífero	12.3	-5.1	-3.0	-5.6	10.9
Sector Não-Petrolífero	15.0	8.1	7.6	8.8	9.0
Produto Interno Bruto per capita (US\$)	4,671	4,082	4,329	5,146	5,788
Inflação IPC (variação %, fim do período)	13.2	14	15.3	11.4	10.0
Balanço orçamental (% do PIB)	8.9	-4.9	6.8	12.6	10.5
Reservas internacionais líquidas (US\$ mil milhões)	17,499	12,621	17,327	25,030	33,848
Reservas internacionais brutas (meses de exportações)	5.1	4.4	5.1	6.3	7.9
<b>Dívida (% do PIB)</b>					
• Dívida pública externa (incl. FMI)	16.5	20.0	19.0	15.6	12.5
• Total da dívida (externa + interna)	31.5	36.3	35.0	28.7	22.3

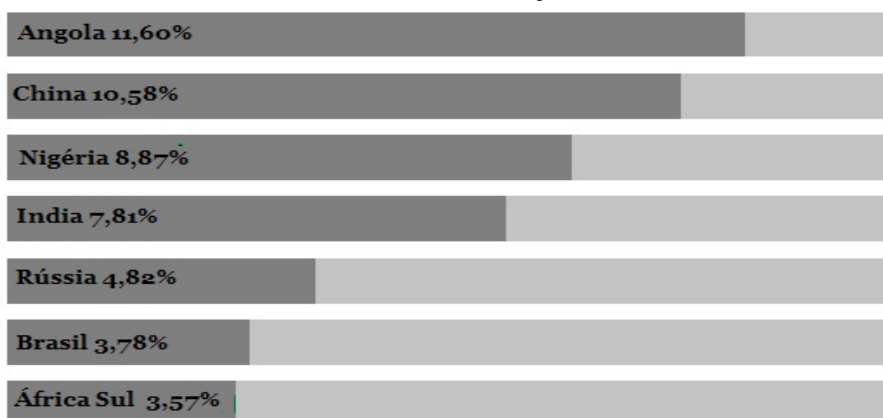
Fonte: Jover et al, 2012

A relação forte de Angola, a partir de 2002, com o comportamento da economia mundial e, em particular, da procura e do preço do petróleo, em termos de estabilização macroeconómica e crescimento da economia, tem sido considerado um caso de estudo (Rocha, 2010). Tal

resultou do esforço dos Ministros das Finanças e aos Governadores do Banco Nacional de Angola entre 2000 e 2008 e correspondentes políticas de ajustamento macroeconómico que, induziram o considerável crescimento económico ocorrido. Para o Banco de Portugal (2011), “o *abrandamento da inflação para mínimos históricos e a sustentação do crescimento económico a um ritmo relativamente robusto, com tendência para acelerar, marcaram a conjuntura económica recente. Ficou também patente um substancial reforço da situação orçamental externa, graças à recuperação das receitas petrolíferas e à execução satisfatória do programa de ajustamento apoiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que foi concluído com sucesso em Fevereiro de 2012*”.

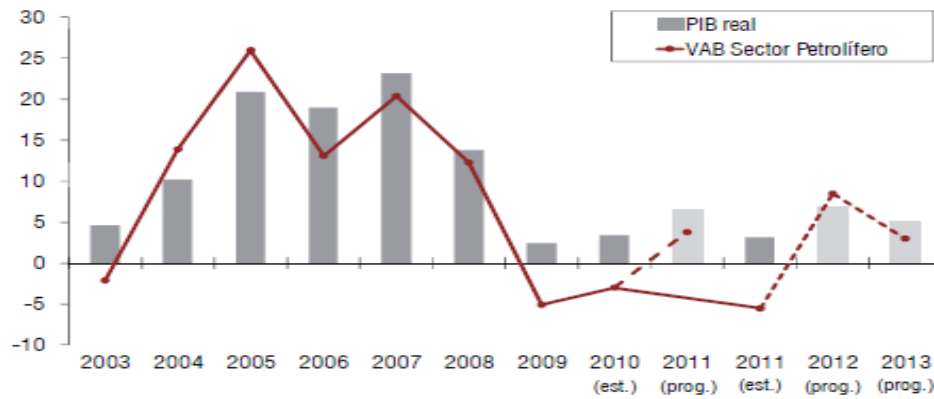
Tendo como desafio actual o da disseminação do crescimento económico e redução das assimetrias regionais, Rocha (2010), sustenta a estabilização com crescimento como os factores que levaram Angola a reforçar a posição económica e a conseguir o suporte do Fundo Monetário Internacional. O progresso económico evidencia-se no rápido crescimento dos índices, com uma taxa de crescimento média do PIB real de 11,6% na última década, superior à de outros países (Figuras 7 e 8). Evidentes são também as assimetrias regionais do PIB (Figura 9) e do emprego (Figura 10). Após a guerra, a estabilidade política aliada ao aumento da produção petrolífera e das exportações e à alta dos preços do petróleo induziram um rápido crescimento económico. Também a gestão macroeconómica teve importante papel na redução da inflação de mais de 100% em 2002 para cerca de 13% desde 2006 (Rocha, 2010).

**Figura 7 – Taxa de Crescimento do PIB 2002-2011 (variação % anual)**



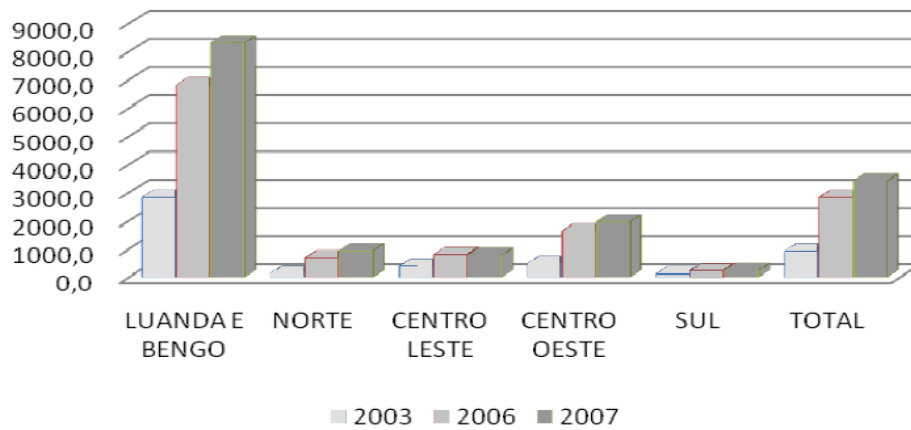
Fonte: Adaptado de Jover et al, 2012

**Figura 8 – Taxas de Variação Anual do PIB Real (%)**



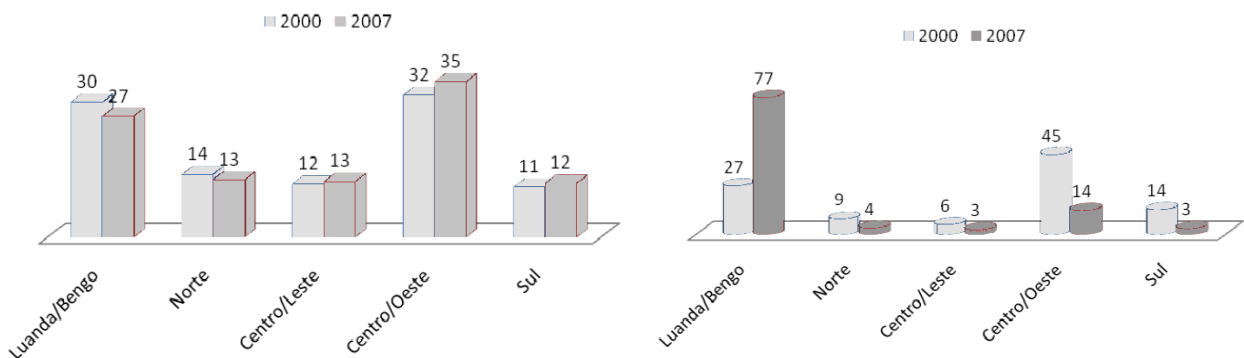
Fonte: Banco de Portugal, 2011

**Figura 9 – PIB per capita por Grandes Regiões (USD)**



Fonte: Rocha, 2010

**Figura 10 – Estrutura Regional do Emprego Público e Empresarial (% do emprego total)**



Fonte: Rocha, 2010

A entrada massiva de receitas do petróleo financiou os ambiciosos esforços de reconstrução de Angola (Pacheco, 2010) e estimulou o desenvolvimento de um sector privado não-petrolífero embora ainda tenha grande dependência das receitas do petróleo o que torna a economia do país muito sensível às condições dos mercados comerciais e financeiros externos (Jover *et al*, 2012). Os mesmos autores sustentam ainda que o petróleo agrega mais de 80% das receitas fiscais públicas, exhibe perto de 98% das exportações e é a fonte fundamental de investimento estrangeiro directo (IED).

A crise dos preços do petróleo na segunda metade de 2008 levou a uma baixa das receitas fiscais, um decréscimo das reservas em moeda estrangeira e conseqüentemente, levou à desvalorização da moeda nacional (Kwanza). A taxa de crescimento real do PIB sofreu também uma quebra, de 13,8% (2008) para apenas 2,4% em 2009 (BAD *et al*, 2012). No estudo da Apex-Brasil (2012), os factores determinantes da queda do PIB em 2009 foram o declínio das exportações angolanas, que passaram de 75,6%, no ano anterior, para 53,1% do PIB. Por outro lado, a procura interna evitou uma recessão ainda maior da economia de Angola, pois evoluiu de 33,1% para 44,9% do PIB entre 2008 e 2009. Contudo, face a este contexto e à necessidade de financiamento, o governo de Angola acordou com o FMI em 2009, um apoio até Março de 2012, no valor de US\$ 1.4 mil milhões. Este montante permitiu uma recuperação sustentável do país face aos tumultos dos preços mundiais do petróleo (sobretudo no final do ano de 2008) assim como liquidar pagamentos em atraso, estabilizar a taxa de câmbio, reduzir a inflação aproximando-a a um dígito e melhorar globalmente a posição orçamental (BAD *et al*, 2012). As reservas de petróleo estimadas em 2012 num valor recorde de US\$ 33.8 mil milhões, associadas aos constantes e elevados excedentes da balança de transacções, levaram a que o país prossiga o crescimento real do PIB estimado pelo FMI em 9,7% no período 2013-2015.

Quanto ao comportamento dos preços, ao pico inflacionário de 2004 (43,6%) sucedeu-se um percurso descendente até 2007 (12,2%), sendo os acréscimos de 2008 a 2010, explicados quer pela subida dos preços internacionais (petróleo e alimentos) quer pelo aumento do consumo privado, (Apex-Brasil, 2012). Segundo o referido estudo, a tendência inflacionária para 2011-2015 é de queda havendo projecções que apontam para um valor médio de 6,0% no final desse período.

Sustentando fundamentalmente na produção e exportação de crude, o crescimento económico ocorrido em Angola, induziu mudanças positivas na procura interna e possibilitou uma expansão orçamental (BAD *et al*, 2012, Jover *et al*, 2012). Em consequência, estes

movimentos dinamizaram sectores da economia, como os serviços financeiros, a construção, a indústria e a agricultura. É o quinto produtor de diamantes do mundo e possui reservas de minério de ferro, cobre, feldspato, ouro, bauxite e urânio. Energia hidroeléctrica, pesca, silvicultura e agricultura são alguns dos sectores menos explorados que apresentam um enorme potencial económico de desenvolvimento (BAD *et al*, 2012). O Quadro 6 apresenta o PIB por sector (em percentagem) para os anos de 2006 e 2012. A sua análise evidencia a manifestada importância para o PIB de sectores como as indústrias manufactureiras e a construção, mas também do comércio e do transporte. Entre 2006 e 2012, a contribuição para o PIB do sector agrícola não foi das mais relevantes.

**Quadro 6 – PIB por Sector em 2006 e 2012 (%)**

Sector	2006	2012
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	9,1	10,1
Mínas e extracção	69,7	46,9
Indústrias manufactureiras	0,9	6,4
Construção	0,6	8,1
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurantes	10,1	16,6
Transporte, armazenagem e comunicação	3,0	4,4
Outros	6,6	7,5
Produto interno bruto a preços base/factor custo	100	100

Fonte: Adaptado de BDA *et. al*, 2012

Apesar da reduzida participação do sector agrícola (agricultura, pecuária, silvicultura e pesca) no produto interno bruto angolano, este foi o único sector que apresentou 1,1 de crescimento percentual em relação ao ano anterior. O sector industrial manteve a mesma participação e o sector de serviços reduziu 1,1 % (Apex-Brasil, 2012).

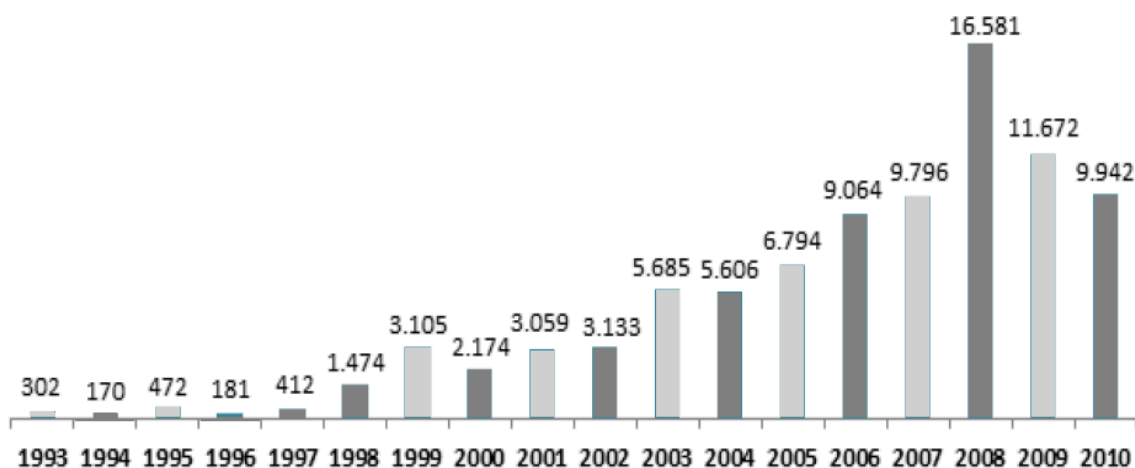
Numa perspectiva da oferta agregada que mede a produção interna do país mais as importações, as importações de bens e serviços de Angola decresceram 9,3 pontos percentuais em, 2009, em comparação com o ano transacto, correspondendo 41,5% do PIB. Os dez principais sectores das importações angolanas, por CNAE5 três dígitos, em 2010, foram: Fabrico de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão; Abate e preparação de produtos de carne e de pescado; Fabrico de máquinas e equipamentos de uso

na extracção mineral e construção; Siderurgia; Fabrico de tubos - excepto em siderurgias; Fabrico de máquinas e equipamentos de uso geral; Fabrico de bebidas; Fabrico de produtos diversos de metal; Fabrico de camiões e autocarros; e Fabrico de produtos derivados do petróleo. Esses sectores tiveram uma participação de 39,7% nas importações totais do país (Apex-Brasil, 2012).

De acordo com *UNCTAD Statistics* (citadas no estudo da Apex-Brasil, 2012), pelo lado da procura agregada (quantidade de bens e serviços que os consumidores adquiriram num determinado período), os gastos do consumidor em 2009 corresponderam a 44,9% do PIB, tendo a exportação de bens e serviços atingido 53,1% do PIB. Tal situação, por comparação com o ano de 2008, evidencia uma elevação dos gastos do consumidor de 11,8 pontos percentuais embora tal assim não seja em virtude dos 22,6% de decréscimo nas exportações em resultado do impacto da crise económica e financeira global. Em 2010, continua a verificar-se preponderância do sector de extracção de petróleo e gás natural (CNAE três dígitos) nas exportações de Angola (96,96%), decorrente quer do dinamismo económico interno quer da procura internacional pelos produtos do sector (Apex-Brasil, 2012, Jover *et al*, 2012).

Tal como outros países africanos (Moçambique, África do Sul, Namíbia e Zâmbia), Angola tem conseguido atrair investidores e investimentos externos. A evolução da captação de investimento externo directo (IED) no período 1993-2010, apresentada na Figura 11, evidencia uma forte entrada de IED na última década, em particular, no ano de 2008 com o montante mais elevado (US\$ 16581 biliões) (Apex-Brasil, 2012).

**Figura 11 – Investimento Estrangeiro Directo em Angola 1993-2010 (milhões de dólares)**



Fonte: Apex-Brasil, 2012

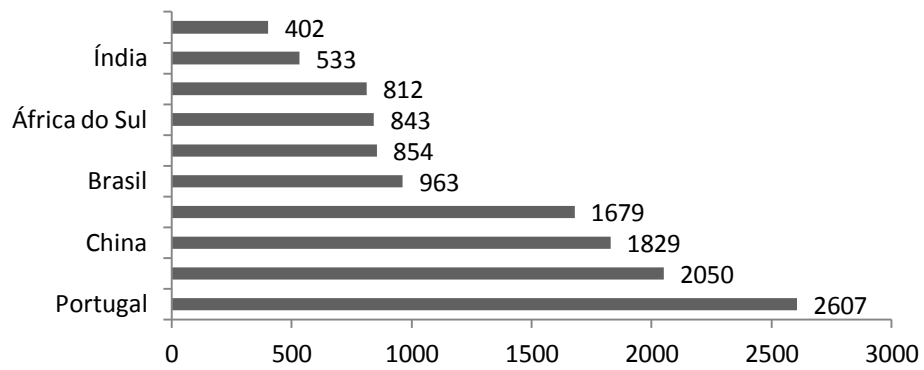
No estudo da Apex-Brasil (2012), as perspectivas de desenvolvimento social e económico para Angola nos próximos anos, sustentam a taxa de crescimento do PIB nos níveis actuais, o consumo privado com tendência a dilatar, a estabilização ou ligeiro aumento na formação bruta de capital fixo, a eventual recuperação do crescimento das importações assim como a manutenção do crescimento da participação da população urbana em relação à população total.

### **3.5. Comércio**

Como o mais importante e maior produtor da África subsaariana, o petróleo domina as exportações de Angola, a terceira maior economia da região, com uma parcela de 88% das exportações de bens e serviços e 54% do PIB (GLAA, 2011). Atendendo aos dados de 2009, as principais mercadorias exportadas, além de petróleo e seus derivados, são os diamantes, gás, café, sisal, pesca e derivados e madeira (GLAA, 2011) e o destino dessas exportações a China (36,4%), Estados Unidos (26,9%), União Europeia (19%), África do Sul (4,2%) e Chile (3,7%) (USA, 2011). Quanto às importações (dados de 2009) são originárias da União Europeia (43,1%), China (17,4%), Estados Unidos (8,5%), Brasil (8,3%), Coreia do Sul (6,7%) e África do Sul (4,2%) e incluem sobretudo equipamentos de maquinaria, material eléctrico, medicamentos, bens alimentares, veículos e partes componentes, têxteis e materiais militares (GLAA, 2011). O Petróleo domina as exportações que, segundo informação de 2010, se destina sobretudo à China (40%), aos Estados Unidos (18,9%) e à Índia (9,8%). Por outro lado, 95% dos bens de consumo são importados, incluindo o petróleo. Segundo dados do mesmo ano (2010), as principais importações são maquinaria e equipamentos, petróleo e metal. Os principais parceiros de importação são Portugal (14,3%), os Países Baixos (11,3%), a China (10%) e os Estados Unidos (9,2%). As Figuras 12 e 13 e o Quadro 7 ilustram a informação referida.

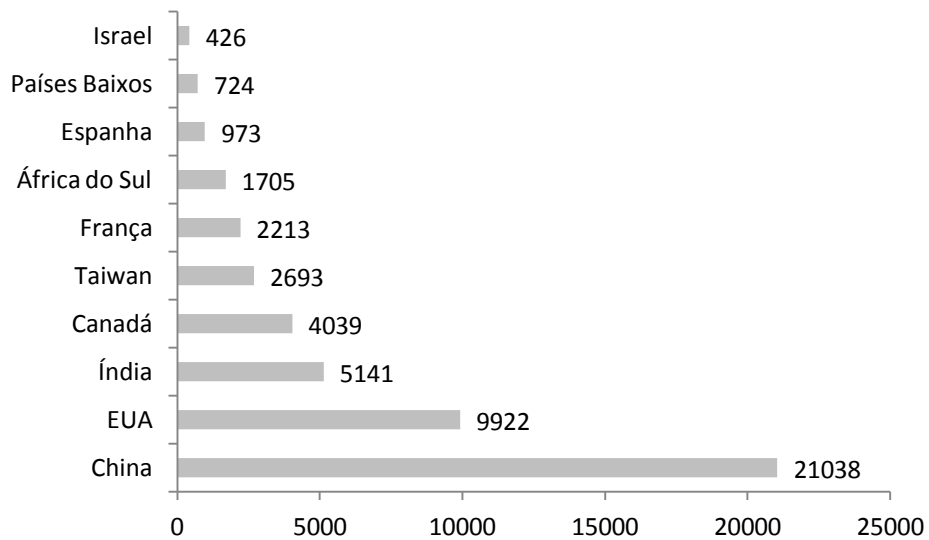


**Figura 12 – Principais Parceiros de Importação em 2010 (milhões de dólares)**



Fonte: Jover et al, 2012

**Figura 13 – Principais Parceiros de Exportação em 2010 (milhões de dólares)**



Fonte: Jover et al, 2012

**Quadro 7 – Composição das Importações (milhões de dólares)**

	2009	2010	2010 (em %)
<b>TOTAL</b>	<b>23,643</b>	<b>18,143</b>	<b>100%</b>
Maquinaria/Equipamentos	5,117	4,444	24.5%
Petróleo	3,639	3,105	17.1%
Metais	2,704	2,371	13.1%
Veículos/Peças	4,383	2,036	11.2%
Agricultura	1,846	1,749	9.6%
Alimentos	1,339	1,025	5.7%
Químicos	1,053	782	4.3%
Minerais e Mineração	707	597	3.3%
Plásticos e Borrachas	637	459	2.5%
Equipamento Óptico e de Precisão	316	300	1.7%
Têxteis e Vestuário	455	300	1.7%
Papel e Celulose	252	221	1.2%
Calçado e Couros	141	107	0.6%
Madeira e Cortiça	119	81	0.4%
Outros	937	566	3.1%

Fonte: Jover et al, 2012

Membro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Angola age independente e sem interesse em realizar Acordos de Parceria Económica com a União Europeia (UE) face à situação actual favorável e livre de responsabilidades do acordo preferencial de “Tudo Menos Armas”. Também com os EUA não existindo parceria de investimento bilateral, o Acordo-Quadro de Comércio e Investimento (TIFA), é-lhe benéfico (Jover et al, 2012). Com a China, o relacionamento intensificou-se a partir do ano 2000, com a criação do Fórum para a Cooperação China-África (Cork, 2011).

O excedente de capitais da China permitiu criar Linhas de Crédito em Angola para financiamento de inúmeras obras e políticas públicas, através sobretudo do China Development Bank, do Eximbank e da Companhia de Seguros e Créditos da China (Corkin, 2011). Por meio dos programas assinados destas linha de crédito com a China e a ajuda de

doadores internacionais, o investimento no país é considerável (mais de US\$ 10.5 bilhões em linhas de créditos garantidas em petróleo até 2010) (Corkin, 2011), dos quais cerca de US\$ 1,2 bilhão no sector agrícola entre 2009 e 2012 (Apex-Brasil, 2012). Para além do sector petrolífero onde o investimento privado externo está a aumentar (US\$ 1,3 bilhão em 2009) e da agricultura e pesca, são ainda sectores apelativos o da construção civil, da alimentação, do turismo e o imobiliário (Apex-Brasil, 2012).

Consequência de preços de petróleo dinâmicos, Angola apresentou, em 2011, um excedente comercial equivalente a US\$ 4563 mil milhões (Quadro 8), com expectativas de aumento em virtude dos elevados preços do petróleo e do aumento das exportações ultrapassando o valor das importações (Jover *et al*, 2012).

**Quadro 8 – Balança Comercial (mil milhões de dólares)**

	2007	2008	2009	2010	2011
Balança comercial	30,74	42,93	17,00	34,49	45.63
Exportações	44,40	63,91	40,64	52,63	66.43
Importações	13,66	20,98	23,64	18,14	20.80

*Fonte: Jover et al, 2012*

Uma das questões levantadas em consequência do período de guerra civil em Angola e das alterações estruturais ocorridas, é a exactidão dos dados estatísticos de uma forma geral e relativos às receitas fiscais, ao PIB e correspondentes participações sectoriais, em particular, já para não mencionar o sector informal da economia (Apex-Brasil, 2012). O referido estudo estima que, no respeitante ao emprego, o sector de serviços seja responsável por 8% do total de empregos, o industrial, de construção e energia, por 17% e o agrícola, por 75%. Quanto ao Valor Agregado Bruto (VAB), o sector de serviços tem tido importância crescente, correspondendo, em 2003, a 31,4% do VAB contra 8,2% do sector agrícola.

### 3.6. Relações Internacionais

Inicialmente centradas sobretudo na União Soviética e em Cuba (anos 1975-1989), as relações internacionais de Angola estenderam-se posteriormente ao mundo ocidental e aos países de língua oficial portuguesa, tendo o país sido aceite em 2006 no cartel da OPEP (ao qual presidiu em 2009) e participado na Cimeira do G8 em 2009. Em 2011, Angola assumiu a presidência do grupo económico regional com 15 membros, SADC. Actualmente é membro de cerca de vinte organizações internacionais e regionais, nomeadamente (Jover *et al*, 2012): o Banco Africano de Desenvolvimento (1980), a União Africana (1975), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (membro fundador, 1996), a Comunidade Económica dos Estados da África Central, o Fundo Monetário Internacional (1989), a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (2007), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (detém a presidência até Setembro de 2012), o Mercado Comum da África Oriental e Austral, a Comissão do Golfo da Guiné (sede em Luanda), a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, a Organização das Nações Unidas (1976), o Banco Mundial (1989) e, a Organização Mundial do Comércio (1996). O Quadro 9 resume as principais relações internacionais de Angola.

Principal parceiro de cooperação em vários projectos, a China tem ajudado a reabilitar as linhas ferroviárias e o aeroporto de Luanda, através da CIF (joint-venture entre a Sonangol e investidores privados de Hong Kong, ou grupo de 88 Queensway), sediada em Singapura. No sector petrolífero, domina o investimento directo. A Companhia Petroquímica da China (Sinopec) obteve a primeira participação no petróleo angolano, em Março de 2004 e, recentemente foram-lhe concedidas participações minoritárias em dois novos blocos de exploração petrolífera cuja concessão foi entregue à Cobalt e à BP em Dezembro passado (Apex-Brasil, 2012).

Portugal é o país dominante nas relações de Angola com a União Europeia embora exista ainda relacionamento com o Reino Unido e França. Com embaixadas instaladas, em Luanda desde 1978 e em Londres desde 1980, Angola é de importância estratégica para as necessidades energéticas britânicas, tendo a Sonangol e a TAAG escritórios em Londres. O governo britânico reabriu a sua linha de crédito para exportações em Março de 2009 (70 milhões de U\$ para investimentos inteiramente privados). A British Petroleum (BP) é uma das principais companhias petrolíferas presentes em Angola. O Standard Chartered, um dos maiores bancos britânicos, dispõe de uma posição privilegiada perante a Sonangol Finance Limited.

Quadro 9 – Principais Relações Bilaterais de Angola

País	Relações Internacionais
<b>China</b>	<p>Desenvolvidas como o fim da guerra (2002) e o lançamento da política de expansão da China e a procura das empresas chinesas privadas e estatais por novos mercados.</p> <p>Caracterizadas pela crescente procura chinesa por petróleo, pelo apoio financeiro à reconstrução e a crescente produção de crude de Angola.</p> <p>Cooperação dominada por empréstimos disponibilizados pelos principais bancos estatais de investimento para a construção ou reabilitação de infra-estruturas através de linhas de crédito a Angola (Eximbank e Fundo Internacional da China (CIF)).</p>
<b>Portugal</b>	<p>Portugal, dentro da União Europeia (UE) é o segundo maior parceiro económico e importante exportador de produtos alimentares e bebidas.</p> <p>Forte presença de empresas portuguesas nos sectores da construção e da banca.</p> <p>Angola é o principal investidor em Portugal em sectores da energia, telecomunicações e banca.</p> <p>Angola é um destino para os cidadãos portugueses em busca de emprego, existindo um protocolo bilateral para facilitar a emissão de vistos (2011).</p>
<b>Estados Unidos da América</b>	<p>Relações diplomáticas estabelecidas em 1993, centradas no sector da energia.</p> <p>Linha de crédito de apoio às exportações norte-americanas para Angola (Eximbank norte-americano) e Promoção do comércio e investimento entre os dois países (Câmara de Comércio Estados Unidos-Angola).</p> <p>Missão dos EUA em Angola inclui a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em Luanda desde 1996 e uma grande variedade de agências federais (ex. a do Departamento do Tesouro que aconselha o Governo de Angola na gestão da dívida).</p>
<b>Índia</b>	<p>Exportações da Índia para Angola e os investimentos cresceram muito desde 2002.</p> <p>Os principais itens de exportação são tractores, veículos, maquinaria e implementos agrícolas, produtos farmacêuticos e de cosmética, chá, arroz Basmati, alimentos, bebidas espirituosas e outras, couro acabado, papel e produtos madeireiros e, produtos petrolíferos. A principal importação da Índia proveniente de Angola é o crude.</p>
<b>África do Sul</b>	<p>Relações reforçadas nos últimos anos pela relação próxima entre os Presidentes.</p> <p>Tem diversos acordos comerciais assinados nos sectores petrolífero (parceria entre Petro SA e à angolana Sonangol) e mineiro.</p> <p>Importante cooperação para a região, na promoção do comércio regional.</p>
<b>Brasil</b>	<p>Existem fortes laços históricos, culturais e económicos com o Brasil.</p> <p>Existem mais de 30 empresas brasileiras a operar em Angola (exemplo Petrobrás, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão) sendo responsáveis por alguns projectos de infraestrutura importantes (barragem hidroeléctrica de Capanda no Rio Kwanza).</p> <p>Banco do Brasil tem representação em Luanda e linhas de crédito para financiar a exportação.</p> <p>A comunidade de cidadãos brasileiros em Angola é pequena (imigrantes e expatriados do Brasil). Angola, através da Sonangol, também investiu fortemente no sector petrolífero brasileiro, como parte da sua estratégia de expansão internacional.</p>

Fonte: Adaptado de Jover et. Al, 2012 e Apex-Brasil. 2012

Finalmente, o grupo investidor britânico Lonrho está presente nos sectores angolanos de transporte aéreo e de agricultura. De salientar ainda o facto de existir um elevado número de angolanos a estudar em instituições universitárias no Reino Unido, incluindo em Manchester como parte de um programa de formação da Sonangol.

Quanto à relação franco-angolana, habitualmente associada ao escândalo Angolagate que expôs negócios sombrios entre funcionários governamentais franceses e angolanos, foi reabilitada por Nicolas Sarkozy em 2008 e, desde então, a parceria entre os dois países tem-se fortalecido. Existem cerca de 70 empresas francesas instaladas em Luanda e aproximadamente 2500 cidadãos franceses a trabalhar em Angola. A companhia petrolífera francesa Total é um dos mais importantes produtores de petróleo presentes em Angola. Também a Castel, é um dos accionistas maioritários da empresa nacional de cervejas Cuca. O francês Calyon Bank emitiu um empréstimo a três anos de US\$ 1.5 mil milhões que foi avançado à Sonangol Finance em Julho de 2009. A marca Renault está igualmente a penetrar no mercado angolano (JOver *et al*, 2012).

Tal como no caso da China também para os EUA, o petróleo é o elemento estratégico das relações entre os países embora, nos acordos de cooperação se incluam a promoção e fortalecimento das instituições democráticas de Angola e da prosperidade económica, a melhoria da saúde e a consolidação da paz e da segurança (Jover *et al*, 2012). A importância do sector petrolífero para a política de segurança energética dos EUA pode ser demonstrada pela visita oficial da Secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton a Angola (2009) ou pela recepção do Presidente dos Santos pelo Presidente Obama na Casa Branca, em Washington DC (2010).

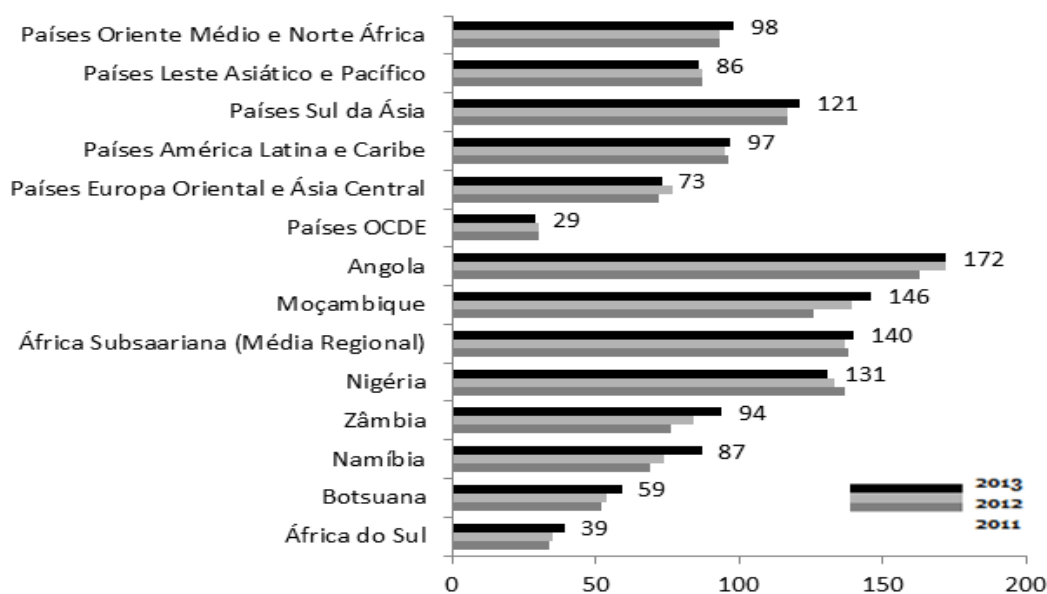
Para além dos mencionados, outros países de África, Europa e América Latina têm reforçado ou estabelecido relações de cooperação com Angola nos últimos anos. Tal é o caso da Alemanha. Onde algumas empresas trabalham, investem e financiam projectos em Angola, tendo sido criada em 2012, uma Comissão Bilateral de Cooperação entre Angola e a Alemanha com o propósito de rever a cooperação existente e de identificar outras áreas de cooperação. Também a Argentina tem estreitado o seu relacionamento bilateral com Angola tendo a presidente argentina visitado Angola em 2012, com uma representação empresarial de mais de três centenas de delegados e a visita sido retribuída pelo presidente angolano. A Argentina propõe-se oferecer conhecimento e competências na área da agricultura e do agronegócio,

prioridades no desenvolvimento de Angola em troca de fornecimento de gás por parte de Angola (Jover *et al*, 2012).

### 3.7. Clima Empresarial

A publicação anual da avaliação quantitativa das regulações relativas ao desenvolvimento da actividade empresarial, designada *Doing Business*, do Banco Mundial, coloca Angola, em 2013, na posição 172 de um total de 183 países e economias avaliados pela sua facilidade para fazer negócios. A classificação no *ranking* atende a distintos factores, nomeadamente, a abertura e encerramento de empresas, a obtenção de alvarás, a contratação de recursos humanos, a emissão de registos de propriedade, a obtenção de crédito, a protecção de investidores, o pagamento de impostos, o comércio exterior e, o cumprimento de contractos, entre outros aspectos. A Figura 10 compara a classificação de Angola com outros países e regiões do mundo. A análise evidencia um posicionamento no Índice Doing Business 2013 (Banco Mundial, 2013) inferior ao de outros países da África subsaariana, o que significa menos facilidade para fazer negócios no sector privado do que nesses países.

Comparando com países africanos, como a África do Sul, Botsuana, Zâmbia, Moçambique, Namíbia e Nigéria, Angola apresenta a pior classificação (Figura 14). Este ambiente para os negócios menos favorável de Angola que a média dos países que compõem a África Subsaariana, é sobretudo devido a dificuldades em obter alvarás de construção, de acesso à electricidade e ao crédito, de registo de propriedades, de pagamento de impostos, de execução de contractos, de resolução de insolvência de empresas e do comércio exterior (Quadro 10).

**Figura 14 – Classificação de Angola e de Outras Economias pela Facilidade em Fazer Negócios**

Fonte: Adaptado de Banco Mundial - Doing Business, 2011, 2012, 2013

O Quadro 10 apresenta a composição e a classificação de Angola nos diferentes itens que compõem o *ranking* realizado pelo *Doing Business* nos anos 2011 a 2013. A sua análise evidencia maiores dificuldades nos aspectos *Protecção de Investidores*, *Pagamento de Impostos e Abertura e Encerramento de Empresas*, com perdas em ambos os anos no *ranking*.

**Quadro 10 – Posição de Angola no Índice *Doing Business* 2011-2013**

Elemento do Índice	Posição 2013	Posição 2012	Posição 2011	Varição 2011-2012	Varição 2012-2013
<b>Facilidade Fazer Negócios</b>	<b>172</b>	<b>167</b>	<b>163</b>	-4	-5
Abertura de Empresas	171	167	164	-3	-4
Obtenção de Alvarás	124	115	119	4	-9
Obtenção de Electricidade	113	120	125	5	7
Registo de Propriedades	131	129	174	45	-2
Obtenção de Crédito	129	126	130	4	-3
Protecção de Investidores	70	65	60	-5	-5
Pagamento de Impostos	154	149	145	-4	-5
Comércio Exterior	163	163	162	-1	0
Cumprimento de Contractos	181	181	181	0	0
Encerramento de Empresas	162	160	155	-5	-2

Fonte: Adaptado de Banco Mundial, 2011, 2012, 2013



Outras componentes críticas para os negócios são as relativas ao *Cumprimento de Contractos* e ao *Registo de Propriedades*, esta última com perda de pontos em 2013 relativamente a 2012 e 2011. No que se refere ao cumprimento de contractos, Angola é o antepenúltimo país com o pior desempenho nesse aspecto, superando apenas a Índia e Timor Leste, que estão classificados na penúltima e última posição, respectivamente. O decréscimo constante no posicionamento relativo ao elemento *Protecção de Investidores* é um outro aspecto que pode preocupar potenciais investidores e empresários que pretendam expandir as suas operações em Angola (APex-Brasil, 2012).

Classificação análoga e comparativamente baixa (139 num total de 142 economias), foi também obtida por Angola no Relatório de Competitividade Global de 2011/12 (Fórum Económico Mundial). Ainda assim, o país tem melhorado o seu clima empresarial. Em 2011, do total de países avaliados pelo Banco Mundial na construção do índice *Doing Business*, Angola ficou na 54ª posição entre aqueles que mais realizaram medidas que realmente beneficiaram o ambiente de negócios e, em 2013, foi classificada em 24ª nas 50 economias que, desde 2005, mais reduziram a distância até a fronteira (Banco Mundial, 2011 e 2013). Apesar das melhorias no ambiente de negócios, há necessidade de tornar o ambiente ainda mais favorável induzindo o empreendedorismo e o desenvolvimento dos mercados (Apex-Brasil, 2012).

O país com o melhor ambiente de negócios no mundo, segundo o citado *ranking*, é Singapura, que se mantém nessa posição há três anos consecutivos o mesmo acontecendo com Hong Kong na segunda posição. Para além dos itens anteriormente apresentados, o relatório avalia ainda as economias segundo 12 pilares de competitividade, nomeadamente, instituições, infraestrutura, ambiente macroeconómico, saúde e educação básica, educação superior e formação, eficiência do mercado laboral, desenvolvimento do sector financeiro, disponibilidade tecnológica, dimensão do mercado, sofisticação empresarial e inovação (Banco Mundial, 2011, 2012, 2013).

Para Jover *et. al* (2012), não apenas o ambiente empresarial é difícil em países ricos em petróleo, também a corrupção é comum. No seu índice de 2011, a organização mundial anti-corrupção *Transparency International* classificou Angola entre os 16 países mais permeáveis à corrupção (na posição 168 de 178 países), posicionando o país abaixo do Zimbabué e ao mesmo nível que a República Democrática do Congo (RDC) (Jover *et. al*, 2012). Daí o

Presidente José Eduardo dos Santos ter declarado tolerância zero à corrupção no governo e ter tomado várias medidas para melhorar a transparência do sistema, entre as quais se destacam as primeiras auditorias anuais do Bando Nacional de Angola (BNA) e da Sonangol, assim como a realização, de relatórios de execução orçamental trimestrais, sua publicação e divulgação. Foram ainda promulgados em 2010 importantes pacotes legislativos sobre o branqueamento de capitais e correspondentes sanções e sobre a probidade pública e respectivas sanções penais pelo uso de bens públicos para proveito próprio, pelo recebimento de subornos e sobre conflitos de interesse (Jover *et. al*, 2012).

Ainda segundo o estudo de Jover *et. al* (2012), o custo das transacções é um dos aspectos mais penalizantes da participação do sector privado na economia, assumindo habitualmente a capital de Angola (Luanda) a classificação mais elevada quanto ao custo de vida dos expatriados. Para tal contribui um abastecimento deficitário de electricidade, frágeis redes rodoviárias e ferroviárias para transporte de pessoas e de bens e serviços e, recursos humanos pouco qualificados ou com qualificação desajustada às necessidades do país, elevam o custo da produção local. Tal implica que, em algumas situações, a importação é menos onerosa do que a produção ou fabrico domésticos. Em virtude disso, estima-se que 68% das empresas angolanas ainda dependam de insumos importados (MINEC, 2012). Sobretudo para as MPME, a falta de qualificação das pessoas que leva a uma baixa taxa de sucesso dos negócios e das iniciativas empreendedoras e os processos de licenciamento, prazos de pagamento e concursos públicos demasiado demorados e onerosos, são os principais limitantes à sua capacidade de realização e expansão (MINEC, 2012).

## Capítulo IV – Metodologia Aplicada

O capítulo apresenta, de forma circunstanciada, o percurso seguido na preparação do processo de pesquisa, naturalmente desenhado de acordo com o tema e os objectivos formulados e usando os procedimentos técnicos adequados de recolha e tratamento dos dados. Inicia-se com a escolha do método de pesquisa e o delineamento metodológico do estudo a que se seguem os instrumentos e métodos usados para a recolha e análise da informação.

### 4.1 Desenvolvimento da Pesquisa: Opção Escolhida

Pesquisa integra todas as actividades que procuram novos conhecimentos, em qualquer domínio científico (Houaiss, 2002), investigando quer o mundo quer o ser humano (Chizzotii, 2005). Tal implica planear, considerar experiências passadas, observar, reflectir e verificar dados e factos sistematicamente, definindo questões de investigação, objectivos rigorosos e/ou hipóteses a testar, com o propósito de os explicar (Gastão, 2007). Ou seja, pesquisar é uma acção racional e sistemática que tem como finalidade encontrar e apresentar soluções para problemas identificados (Gastão, 2007).

Diversas fases integram o processo de desenvolvimento de uma pesquisa, o qual pode ser determinado por vários motivos, pressupõe conhecimentos prévios sobre um problema e requer ponderado uso de métodos, técnicas e instrumentos científicos (Gil, 2002). Ainda segundo este autor, quanto à natureza, as pesquisas podem classificar-se como básicas ou puras, com o objectivo de produzir novos conhecimentos e avanço para a ciência envolvendo interesses universais e, aplicada, quando essa produção de conhecimentos tem uma aplicação prática concreta ou é orientada à busca de soluções para problemas reais.

Quanto à forma de abordagem do problema cuja resposta se procura encontrar, a pesquisa pode ser quantitativa ou qualitativa (Minayo, 2004, Iacobucci e Churchill, 2010), a primeira quando o objecto de estudo pode ser quantificado e, a segunda quando as questões de investigação não podem ser quantificadas, relacionando-se por exemplo, com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, ou seja, a relações, processos e fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2004). Considerada como não-ciência por muito tempo, a pesquisa qualitativa vai muito além do visível e do

concreto, procurando o significado próprio de acções e relações humanas as quais, na maioria das vezes, não podem ser traduzidas em expressões matemáticas e apresentadas em tabelas estatísticas (Gastão, 2007). Muitas vezes tem ainda o propósito clarificar conceitos ou conhecer e identificar problemas de investigação de forma mais precisa (Iacobucci e Churchill, 2010).

Enquanto estratégias de investigação diferentes, as pesquisas quantitativa e qualitativa sustentam distintos aspectos epistemológicos e ontológicos (Bryman, 2004, Barrañano, 2004, Iacobucci e Churchill, 2010). Em termos epistemológicos, a pesquisa quantitativa assenta no positivismo e a qualitativa no interpretativíssimo. Quanto à orientação ontológica, a pesquisa qualitativa ancora-se no construcionismo e a quantitativa no objectivismo. Consequentemente, numa (qualitativa), os aspectos teóricos emergem da mesma que é indutiva e geradora de teoria enquanto na outra (quantitativa), os fundamentos teóricos precedem a pesquisa, que é dedutiva e testa a teoria (Bryman, 2004). Esta dicotomia entre pesquisa quantitativa e qualitativa tem-se vindo a dissipar, havendo cada vez mais a percepção de que dados quantitativos e qualitativos se complementam e que uma pesquisa pode conter ambas as abordagens (Gastão, 2007).

Os principais tipos de pesquisa científica apresentam-se no Quadro 11.

**Quadro 11 – Tipos de Pesquisa Científica**

Pesquisa	Classificação	Modalidade
Tipo	Quanto à Forma de Abordagem	Quantitativa
		Qualitativa
	Quanto ao Objectivo Geral	Exploratória
		Descritiva
		Casual, Explicativa ou Analítica

*Fonte: Neves, 2007 e Iacobucci e Churchill, 2010*

Quanto ao objectivo geral, a pesquisa exploratória, baseada em revisão da literatura, análise de casos seleccionados, casos de estudo, entrevistas ou testes projectivos, entre outros, procura clarificar problemas, esclarecer conceitos, desenvolver hipóteses, estabelecer prioridades para pesquisa e, eliminar ideias impraticáveis (Iacobucci e Churchill, 2010). Já a

pesquisa descritiva, assente em estudos longitudinais e inquéritos por sondagem pretende descrever as características de um ou vários segmentos, estimar proporções de indivíduos que se comportam de uma certa forma e fazer previsões específicas. Finalmente, a pesquisa casual, fornece evidências sobre as relações causais (variação concomitante, ordem de tempo no qual as variáveis ocorrem, sendo muitas vezes realizada com recursos a experimentação e testes laboratoriais (Iacobucci e Churchill, 2010).

Normalmente utilizada em estudos com grandes amostras, a metodologia quantitativa pode exigir, de acordo com o objectivo geral do estudo, cálculos de tamanhos de amostras e testes estatísticos para aceitação ou rejeição de hipóteses (Neves, 2007). A determinação do tamanho da amostra é um procedimento muito importante, para o qual concorrem elementos decisivos como a amplitude do universo, o nível de confiança estabelecido, o erro máximo permitido e percentagem em que o fenómeno ocorre (Gil, 1999). As variáveis constituem elementos centrais desta investigação, estando sujeitas a medição e a explicação do seu significado no contexto da investigação (Iacobucci e Churchill, 2010). Em trabalhos cujo objectivo geral é descrever um evento ou um processo, podem usar-se questões de investigação em alternativa ao teste de hipóteses (Neves, 2007).

Na pesquisa qualitativa exige grande proximidade entre o investigador e o trabalho de campo, sobretudo na fase de planeamento que antecede a realização do estudo (Neves, 2007). Segundo este autor, a observação, envolvimento e participação do investigador, induz melhorias no delineamento das questões a colocar aos envolvidos, dos instrumentos de recolha de informação e do grupo a ser pesquisado. É uma fase muito importante que, alguns autores sustentam, se deve iniciar sempre com uma questão que procure saber o porquê das coisas (Minayo, 2004, Neves, 2007). Consideram ainda que há um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito, que não pode ser quantificado.

Para Chizzotti (2005) o pesquisador é não apenas um activo descobridor do significado das acções e das relações que se ocultam nas estruturas sociais, como uma peça fundamental no desenvolvimento do processo metodológico. Nesta abordagem de compreensão dos fenómenos e de relação entre sujeitos, portanto dialógica, o pesquisador é uma parte integrante do processo investigativo (Freitas, 2002).

Sintetizando as diferenças entre pesquisa qualitativa e quantitativa apresentadas no Quadro 12, pode dizer-se que a pesquisa qualitativa se refere a opiniões ou a significados de acções, em pequena escala, gera informação rica e profunda através do envolvimento entre o investigador e o ponto de vista dos participantes, numa aproximação não estruturada que procura contextualizar e apreciar os resultados de modo poder formular teorias. Estruturada pelo investigador que não se envolve no processo, a pesquisa quantitativa procura que os resultados obtidos possam ser generalizados, gerando informação robusta que possa ser replicável em larga escala, aplicando procedimentos quantitativos e testando hipóteses teóricas (Bryman, 2004).

A escolha da metodologia mais adequada a um estudo vai depender do objecto de estudo e do objectivo ou objectivos a alcançar (Neves, 2007). A fase de planeamento da pesquisa deve consubstanciar-se num projecto onde se identifiquem os objectivos, se justifique o tema e sua relevância, se defina a metodologia aplicada assim como o processo de recolha de informação. Pode ainda incluir o cronograma a ser cumprido e os recursos necessários (Gastão, 2007)

**Quadro 12 – Diferenças entre Pesquisas Qualitativa e Quantitativa**

Tipo de Pesquisa	
Qualitativa	Quantitativa
Palavras	Números
Ponto de Vista dos Participantes	Ponto de Vista do Investigador
Investigador Próximo	Investigador Distante
Formular Teoria	Teste de Teoria
Processo	Estática
Não Estruturada	Estruturada
Contextual, Apreciativa	Generalização
Rica, Profundidade Informação	Forte, Dados Consistentes
Micro	Macro
Significado	Comportamento
Realidade	Cenários, Simulações

Fonte: Bryman, 2004

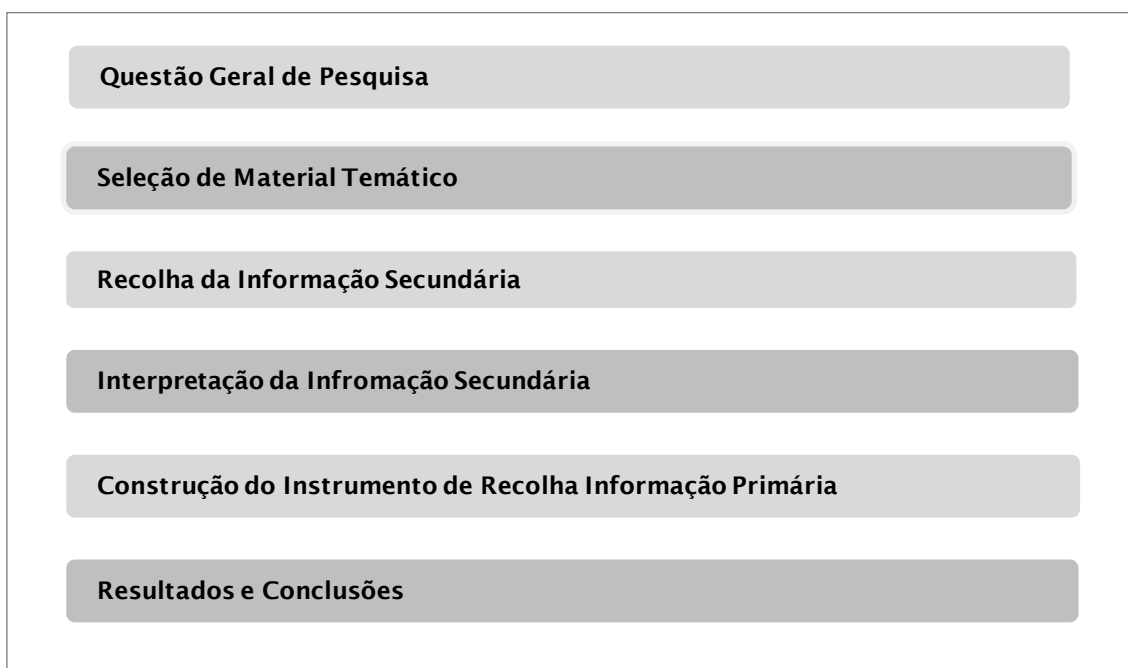
No presente estudo, a fase de planeamento coincidiu com a apresentação e aprovação do projecto de dissertação, no qual foram sintetizados os procedimentos metodológicos, considerando as vantagens e desvantagens apresentadas pelas distintas estratégias, técnicas e métodos disponíveis. A pesquisa qualitativa foi escolhida por se considerar a mais adequada à prossecução dos objectivos formulados (apreender a percepção do crescimento económico de Angola, Pós-Independência a partir da visão e interacção com distintos atores e especialistas), embora apresente algumas dificuldades e desvantagens, como sejam, o ser subjectiva, difícil de replicar, não generalizável e, eventualmente, pouco transparente (Bryman, 2004).

Articulando teoria e experiência para abordar um objecto (Caria, 2003), a metodologia envolveu a associação de diversas técnicas conforme sugerido por Costa (1999). Para além da realização das entrevistas com registo da percepção do crescimento que os intervenientes e especialistas tem da economia de Angola e a consequente análise detalhada do conteúdo e interpretação da informação recolhida (apreciação, descrições e narrativas), foram ainda articuladas outras práticas como a da observação científica participante e do diário de campo.

A observação permitiu aferir e validar algumas das impressões pessoais (percepções) recolhidas adicionando alguns outros elementos muitas vezes dissimulados no discurso. Conforme sugerido por Coelho (2007), o método de análise inerente ao paradigma qualitativo incluiu assim, não apenas a descrição, compreensão e interpretação do comportamento humano no seu contexto social, como também, uma dimensão intersubjectiva, centralizada no indivíduo e na procura do (s) sentido (s), das percepções, dos motivos e das intenções da acção humana.

## **4.2 Desenho da Investigação**

Como anteriormente referido, a investigação iniciou-se com a preparação do projecto de dissertação e a correspondente revisão da literatura que o suportou. Posteriormente, esta foi complementada e actualizada com o desenvolvimento da investigação. A Figura 15 resume as principais etapas da pesquisa qualitativa adoptadas, de acordo com Foster (1995) e Bryman (2004).

**Figura 15 – Etapas da Pesquisa Qualitativa**

*Fonte: Foster, 1995, Bryman, 2004*

A etapa 1 diz respeito à questão geral ou objectivo principal da investigação que, neste caso concreto se relaciona com a necessidade de conhecer a percepção do crescimento económico de Angola Pós-Independência. Inicialmente o objectivo foi perseguido através da selecção de material temático e da recolha de dados secundários, através de uma revisão bibliográfica de enquadramento ao tópico, da leitura de trabalhos sobre a problemática em estudo, bem como através dos documentos nacionais.

A identificação, selecção de trabalhos, pesquisas e temas relevantes constituem a segunda etapa enquanto a terceira diz respeito à recolha de dados secundários, ou seja, da informação constante de documentos anteriormente produzidos com propósitos diferentes daqueles que constituem os objectivos do presente estudo e se encontram disponíveis em diferentes fontes e referências na literatura (Malhotra, 2009). Foi assim realizada uma vasta revisão da literatura sobre a componente teórica e estudos empíricos relacionados ao crescimento económico, cuja interpretação constituiu a etapa 4 da pesquisa. Essa revisão, integrando a consulta de revistas e artigos científicos e académicos, livros de texto, artigos pedagógicos, bases bibliográficas, páginas Web e outros documentos acedidos na internet, possibilitou não apenas a redacção do capítulo II, de enquadramento teórico, como a definição da etapa seguinte, de concepção do instrumento de pesquisa ou de colheita da informação primária específica necessária para



conhecer a percepção e opinião dos vários atores sobre o crescimento económico de Angola, assim como responder aos objectivos específicos formulados:

- Analisar, através de dados secundários, a situação da economia angolana, no período 1975-2010 e as políticas macroeconómicas adoptadas pelo governo angolano;
- Avaliar o contributo do petróleo e dos diamantes no desenvolvimento económico;
- Conhecer a percepção de um conjunto de especialistas das razões que levam um país rico em petróleo a não conseguir, verdadeiramente, industrializar-se, desenvolver-se e diversificar em termos produtivos, dotando-se de infra-estruturas e outras estruturas essenciais; e
- Identificar os factores potenciadores e os entraves ao crescimento económico do país, no período considerado.

A escolha do modelo de análise não é uma tarefa fácil sobretudo para investigadores iniciantes e varia com o tipo de pesquisa (Neves, 2007). De modo geral, nas pesquisas qualitativas, a análise dos dados utiliza um discurso subjectivo por meio de análises semânticas ou de conteúdo dos textos e opiniões recolhidas que compõem um caminho coerente e lógico que permite esclarecer uma situação ou encontrar uma solução para o problema de pesquisa (Neves, 2007). No presente estudo, a etapa 6 integrou a leitura, análise e comparação das entrevistas recorrendo à técnica de análise de conteúdo, assim como a redacção dos resultados e conclusões. Esta técnica, permite não apenas a análise coerente de cada pergunta como conjugar a informação primária obtida com a secundária recolhida anteriormente e, desta forma, melhorar a compreensão do objecto de estudo. Assim, à transcrição das entrevistas, seguiu-se a leitura cuidadosa e profunda dos depoimentos, em busca da identificação das categorias empíricas presentes nas falas, para, em seguida, se realizar uma leitura mais transversal que possibilitou a identificação dos temas centrais e o aprofundamento de cada categoria. Em resumo, o modelo de análise é uma descrição completa do caminho percorrido pelo pesquisador, para entender as questões que envolvem seu objecto de estudo e responder ao problema de pesquisa (Neves, 2007).

Como já referido, a sustentabilidade das respostas obtidas pelos entrevistados foi também aferida através de outros documentos consultados na bibliografia para tentar compreender o crescimento económicos e, ainda, perceber como os intervenientes e responsáveis o percebem. Cabendo ao investigador compreender o significado da acção humana e não apenas descrevê-la, para a referida sustentabilidade, contribuiu ainda, uma aproximação à

realidade a partir do quadro referencial dos próprios sujeitos do estudo. No capítulo IV são apresentados os resultados que, para além da categorização e descrição das percepções, incluem a sua discussão, com base no referencial teórico construído, no mapeamento feito na observação sistemática com as percepções e nas escalas das entrevistas. Desta forma, é possível extrair considerações e conclusões finais a respeito do tema em estudo, expostas no capítulo V, que inclui ainda propostas e acções sugeridas para futuras pesquisas.

Face à natureza e amplitude do objecto em estudo, aos objectivos gerais e específicos formulados e às características da informação primária necessária, a orientação metodológica adoptada na pesquisa foi assim, de natureza qualitativa. Consequentemente, no processo de recolha de dados, para além dos métodos e técnicas habitualmente usados em estudos similares (pesquisa no terreno, dossier de campo, entrevistas, análise de documentos e observação participante), foi ainda usada a chamada triangulação (Yin, 2009), para benefício e credibilidade da investigação. O referido autor (Yin, 2009), destaca ainda as vantagens e inconvenientes de diferentes fontes de recolha de dados (Quadro 13).

Chegado o momento de decidir o instrumento de pesquisa, colocam-se duas opções, ou usar um instrumento já validado em estudos semelhantes ou, elaborar um instrumento específico orientado e dimensionado para a amostra em causa, normalmente, a alternativa mais comum em estudos qualitativos (Neves, 2007). Para tal importa levar em conta as características dos informantes e o seu nível de instrução, assim como o tamanho da amostra. Quanto mais entrevistados, mais estruturados e mais curtos devem ser os questionários enquanto estudos menores permitem maior flexibilidade (Neves, 2007).

Dependente dos objectivos a atingir e do universo a ser investigado, a escolha do instrumento de recolha de informação pode incluir questionários ou formulários, fichas de recolha de dados, observações, entrevista ou grupo de foco (Neves, 2007). Ponderadas as vantagens e desvantagens das diversas fontes e atendendo a que se pretende recolher uma quantidade significativa de informação de natureza qualitativa a uma amostra relativamente pequena, justifica-se a opção metodológica seleccionada de usar a entrevista, como instrumento principal de recolha da informação. Para além de permitir a interacção do pesquisador com o entrevistado, quando associada à técnica da observação participante, a entrevista possibilita ainda captar atitudes e reacções, principalmente, os sinais não-verbais, como gestos, risos e silêncios (Duarte, 2004, Minayo, 2004).

**Quadro 13 – Fontes de Recolha de Informação: Vantagens e Inconvenientes**

Fontes de Recolha de Informação	Vantagens	Desvantagens
<b>Documentos Escritos</b>	Estáveis, Exactos Disponíveis Cobertura ao Longo do tempo	Enviesamento Dificuldades Interpretação Acesso Difícil/Bloqueado
<b>Registo de Arquivos</b>	Estáveis, Exactos, Precisos Disponíveis, Quantitativos Cobertura ao Longo do tempo	Enviesamento Dificuldades Interpretação Acesso Difícil/Bloqueado
<b>Entrevistas</b>	Foco na Temática do Estudo Geram introspecção a partir de Inferências causais Flexibilidade na Obtenção Dados	Enviesamento se mal estruturas, com questões pobres ou inadequadas Recolha incompleta Baixo grau controlo sobre os dados recolhidos
<b>Observação Directa</b>	Contexto coberto em tempo Real Avalia toda a amplitude dos fenómenos	Demorada (muito tempo) Selectividade pode levar a enviesamento Enviesamento pela acção do observador Custo Elevado
<b>Observação Participante</b>	Contexto coberto em tempo Real Avalia toda a Amplitude dos Fenómenos Geram introspecção a partir do Comportamento Interpessoal Observado	Demorada (muito tempo) Selectividade pode levar a enviesamento Enviesamento pela acção do observador Custo Elevado
<b>Artefactos Físicos</b>	Geram introspecção através das Características Culturais Geram introspecção em Operações Técnicas	Seleção pode levar a enviesamento Acesso Difícil/Bloqueado

Fonte: Adaptado de Yin, 2009

O recurso a entrevistas como material empírico a integrar na pesquisa é uma opção contemporânea em estudos qualitativos (Coelho, 2007, Neves, 2007). A principal controvérsia no seu uso centra-se nos problemas associados à postura adoptada pelo pesquisador em situações de contacto, ao seu grau de familiaridade com o referencial teórico metodológico e à leitura, interpretação e análise do material recolhido. Como principais vantagens, a técnica de entrevista apresenta o facto de consentir aprofundar a percepção do sentido que as pessoas atribuem à importância de uma acção ou situação (crescimento económico), bem como a

flexibilidade, já que o contacto directo entre o entrevistador e o entrevistado facilita a explicitação das perguntas e das respostas. Contudo, segundo Coelho (2007) não é um instrumento tão útil para consumir generalizações, já que o que ganha em profundidade perde em extensividade.

### 4.3 População e Amostra

Atendendo ao objectivo do estudo (conhecer a percepção do crescimento económico de Angola Pós-Independência) foi considerado relevante obter informação de diversos atores locais com intervenção na economia de Angola, tendo-se atendido, na escolha dos intervenientes ou fontes de informação, a sua vinculação com o objecto de estudo (Neves, 2007), como sejam, profissionais de notório saber na área de conhecimento em questão que possam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. Minayo (2004) sustenta que, a amostra deve reflectir o conjunto das suas múltiplas dimensões, considerando-a suficiente desde que o material seja adequado aos procedimentos metodológicos previstos e os discursos se tornem recorrentes, ou seja, aquilo a que Lincoln e Guba (1985) designam por “ponto de redundância”. Já Reis (1997), considera que a amostra deve incluir a totalidade dos elementos sobre os quais se deseja obter determinado tipo de informações.

No presente estudo, na obtenção da amostra recorreu-se ao método de amostragem por conveniência, sendo escolhidos os elementos que se consideraram que dariam um melhor contributo” *em função da disponibilidade e acessibilidade dos elementos que constituem a população-alvo* “ (Reis, 1997). O Quadro 14 mostra a amostra seleccionada assim como a caracterização geral do perfil dos entrevistados, desagregados pela função que desempenham e a entidade a que estão associados.

Teria sido desejável para aumentar a robustez dos resultados da pesquisa, ter uma amostra maior e mais diversificada. Contudo, dificuldades associadas à sua realização, seja pela dificuldade de comunicação e de contacto e a reduzida disponibilidade dos entrevistados, seja pelo tempo exigido por cada entrevista e por alguma resistência em colaborar em trabalhos desta natureza, seja pela investigação empírica ser incomum em Angola ou pelas restrições de natureza logística ligadas ao trabalho de campo, tal não foi possível.

**Quadro 14 – Amostra seleccionada para a execução das entrevistas**

Sector	Entrevistado	Entidade	Cargo	Data Entrevista
<b>Público</b>	A	Dirigente dum Partido	Chefe da bancada parlamentar	06.05.2013
	B	Polícia Económica	Chefe departamento Nacional	10.05.2013
	C	Gabinete de inspecção do Ministério do Comércio	Inspector-chefe	13.05.2013
	D	Parlamentar	Deputado	17.05.2013
<b>Privado</b>	E	Bancária	Gerente	20.05.2013
	F	Industrial	Director	27.05.2013
	G	Empresarial	Empresário	03.06.2013
<b>Académico</b>	H	Universidade Agostinho Neto (Faculdade de Economia)	Docente	06.06.2013
	I	Universidade Católica	Investigador	07.06.2013
	J	Universidade Metodista	Docente	10.06.2013

*Fonte: Elaboração Própria, 2013*

#### 4.4 Recolha de Informação

A recolha de informação primária de natureza qualitativa iniciou-se com a pesquisa no terreno. Esta não é uma técnica isolada, mas um método, que implica a comparência continuada do investigador no contexto em estudo, assim como um contacto directo com os atores e situações envolvidos (Coelho, 2007). É uma metodologia moldada para a captação das experiências dos atores e dos sentidos que estes atribuem à realidade que os rodeia. A pesquisa de terreno implica que “à medida que a recolha de informação se vai processando, através do desencadeamento integrado das acções de pesquisa, o investigador esteja permanentemente a proceder a uma classificação e a uma interpretação dos dados” (Costa, 1999).

O diário de campo foi o processo de construção de sentido (Fernandes, 2002) seguinte. Composto por notas e lembretes, desenvolvimentos de imagens, ideias e experiências, demonstrou ser um instrumento de trabalho essencial no registo das notas, das observações e

das reflexões decorrentes do processo de pesquisa empírica, tal como refere Burgess (1997). Foi ainda um importante arquivo de ideias fundamental como apoio à efectivação da análise.

A observação participante foi usada isoladamente e em associação com a realização da entrevista. É uma técnica que se baseia na recolha de elementos de informação, a partir da observação feita pelo pesquisador que se encontra intencionalmente num determinado local e momento. Dado que a pesquisa foi desenvolvida num ambiente familiar, que faz parte do quotidiano dos participantes no estudo, o recurso à observação directa permitiu registar comportamentos e reacções que, por complementarem e esclarecerem os dados recolhidos através das entrevistas, enriqueceram as conclusões da pesquisa. Esta técnica tanto pode incluir uma participação distanciada e ligeira como uma mais profunda e integrada desde que se mantenha uma postura o mais neutral e vigilante possível (Coelho, 2007). A observação participada, permitindo usar os sentidos do pesquisador na obtenção da informação necessária (Neves, 2007), revelou-se essencial na prossecução dos objectivos do presente estudo, ao permitir aliar a familiaridade preexistente com o tema com a necessária demarcação face ao objecto de estudo.

A escolha da técnica da entrevista como instrumento fundamental de recolha de informação primária justifica-se por ser, de acordo com Yin (2009), uma das principais formas de obtenção de dados, sobretudo em estudos sobre relações humanas que devem ser relatadas e interpretadas através do olhar de intervenientes específicos e de outros entrevistados bem informados que forneçam informação pertinente sobre determinada situação. A entrevista pode ser padronizada ou estruturada, com as questões previamente formuladas possibilitando ao pesquisador dar o sentido desejado à questão ou, semi-estruturada, quando existe um roteiro simples, permitindo ao entrevistador fazer indagações de acordo com o desenrolar da entrevista (Neves, 2007). Para além da recolha de informações objectivas, Minayo (2004), considera que a entrevista semi-estruturada permite captar também a subjectividade embutida em valores, atitudes e opiniões. Igualmente Bleger (1993), sustenta a maior flexibilidade da entrevista semi-estruturada que permite ao pesquisador intervenções, de acordo com o seu desenvolvimento.

Em termos conceptuais, a entrevista corresponde a uma conversa estruturada que segue um guião e um objectivo pré-determinado. Desta forma, não é um mero exercício espontâneo nem uma reunião de pontos de vista habitualmente acessíveis. Trata-se de um guião pensado

de forma cuidada e estrutura delimitada, aplicado com a finalidade de se obter um conhecimento testável (Bryman, 2004). Esta técnica evidenciou ser um excelente instrumento ao presente estudo ao facultar o acesso a informação e a detalhes que dificilmente seriam obtidos ou que poderiam escapar ao observador. Por outro lado, possibilitou aprofundar os elementos de análise recolhidos.

As entrevistas semidirectivas foram usadas para obter informação detalhada sobre a percepção dos participantes acerca do crescimento económico pós-independência de Angola. O termo semi-directividade qualifica o tipo de entrevista quanto à liberdade consentida ao entrevistado. Nas entrevistas semidirectivas não há um esquema rígido de perguntas e respostas, mas antes uma grelha ou guião de assuntos que o entrevistado é convidado a abordar, competindo ao entrevistador a função de orientar o indivíduo para a temática que deseja aprofundar. A entrevista assumiu assim, nesta investigação, um lugar central enquanto técnica de recolha de informação.

A escolha dos atores sociais presentes no Quadro 14, enquanto interlocutores privilegiados, ocorreu pelo seu papel relevante no mercado de capitais e conseqüentemente, a sua importância na construção das directrizes da percepção.

Quanto às desvantagens anteriormente referidas relacionadas com o recurso a entrevistas semi-directivas como material empírico a integrar na pesquisa, não se consideraram limitativas. Sem desvalorizar os problemas associados à postura do pesquisador na situação de contacto, ao seu grau de familiaridade com o referencial teórico metodológico eleito e forma como faz a leitura, interpretação e análise do material recolhido, o fato desse mesmo entrevistador ser conhecedor do universo em estudo, facilitou o processo. A proximidade existente no ato da entrevista, e o à-vontade com os entrevistados, facultou conversas sem inibições e constrangimentos, sem que a familiaridade existente interferisse no nível de objectividade pretendido.

Segundo Velho (1999), subsistem sempre riscos quando um investigador lida com indivíduos próximos, muitas vezes conhecidos, com os quais compartilha preocupações, valores, gostos e concepções. No entanto, quando tal acontece e se trabalha com um grupo familiar como objecto de pesquisa, deve ter-se sempre em mente que a subjectividade do investigador é intransmissível embora se deva assumir uma procura constante pelo conhecimento o mais

objectivo possível. O autor sublinha ainda a necessidade de um posicionamento do investigador e uma preocupação teórica particular que determine o distanciamento necessário para que o seu pensamento e discurso nunca se confundam com o dos interlocutores.

A entrevista é um processo de interacção composto de quatro componentes, o entrevistador, o entrevistado, a situação da entrevista e o instrumento de captação de dados ou guião de entrevista. Qualquer um destes elementos pode levar a enviesamentos na informação recolhida. Algumas das possíveis limitações relacionam-se com o entrevistador, seja pela sua incapacidade de lidar com a flexibilidade do método (Quivy e Campenhoudt, 1998), seja pela completa espontaneidade do entrevistado e neutralidade do investigador (Quivy e Campenhoudt, 1998).

#### **4.4.1 Entrevista**

Como referido, a entrevista pessoal foi o instrumento metodológico considerado ajustado para responder aos objectivos de pesquisa e cumprir os propósitos assumidos no trabalho. Identificada a amostra e as características dos entrevistados, a preocupação coloca-se na elaboração das perguntas e/ ou do roteiro do instrumento assim como na sua estrutura direccionada de modo a permitir enquadrar a conversa com o interlocutor e atingir os objectivos. Essa conversa deve ser orientada e não apenas um exercício de naturalidade e impulsividade de opiniões pelo que, a concepção da entrevista foi uma das escolhas fundamentais.

As entrevistas foram realizadas a atores seleccionados que responderam de acordo com um guião de entrevista pessoal e estruturado com a finalidade de obter um conhecimento fidedigno e, se possível, testável. Os dados primários obtidos, complementados com a observação participativa e com a revisão do referencial teórico, permitiram recolher as informações necessárias para conhecer a percepção do crescimento económico em Angola.

De acordo com Creswell (2003), a entrevista deve ter um baixo grau de padronização e ser de questões abertas, para que a sua estrutura não limite o entrevistado. Sendo respeitados estes parâmetros, os dados obtidos pelas perguntas, respondem ao fenómeno escolhido. Neste caso foi bastante importante obter dos diferentes intervenientes a sua fiel opinião e não limitar as suas ideias sobre os temas escolhidos para as perguntas.



O guião de entrevista utilizado (ver Apêndice A), foi elaborado considerando, como já aludido, entrevistas semidirectivas, estruturadas e com perguntas abertas, para que os interlocutores não se sentissem limitados e pudessem falar abertamente sobre o crescimento económico de Angola pós-independência, sua caracterização, importância por sectores de actividades, relação com indicadores de desenvolvimento e, factores potenciadores e entraves. Previamente era enviada uma mensagem de texto a solicitar a entrevista (Apêndice B).

As entrevistas realizadas foram pessoais, o que, segundo Hague *et al.* (2004) permite ao entrevistador uma melhor compreensão das respostas obtidas e contribui para explicações mais completas e profundas. Acresce ainda o menor risco de incompreensão e de audição errada numa entrevista desta natureza, o que possibilita maior fiabilidade na entrevista e na recolha dos dados empíricos.

O guião da entrevista utilizado foi elaborado propositadamente para responder às necessidades da pesquisa muito embora tenham sido consultados estudos com idêntica metodologia embora de âmbito, problema de investigação e objectivos diferentes (Proença, 2003, Godoy, 2006, Walter, 2007, Sousa, 2008, Moura *et. al*, 2012). Foi estruturado em quatro grupos, como seguidamente se detalha:

- I. Caracterização da situação económica de Angola, de 1975 a 2012. A finalidade deste primeiro grupo de questões foi conhecer a visão dos entrevistados sobre a economia de Angola na actualidade e em distintos períodos, como o de economia centralizada, baseada no Plano Nacional (1975-1985), o de reformulação dos modos de direcção económica (1986-1991), o do Programa Económico e Social (1992-2003) e, o de Estabilidade cambial e monetária (2004-2012);
- II. Avaliar as principais políticas macroeconómicas implementadas em Angola, ao longo do período em referência (1975-2012). Neste segundo grupo de questões, o propósito foi o de obter informação sobre as principais políticas macroeconómicas (orçamental, monetária, fiscal), o seu papel no crescimento assim como o papel atribuído a cada sector e actividade nesse crescimento.
- III. Relação entre crescimento e desenvolvimento. As questões deste grupo têm o propósito de conhecer a opinião dos diferentes entrevistados sobre o impacto do crescimento económico de Angola no desenvolvimento da sociedade e dos territórios.

- IV. Factores que potenciam o crescimento económico e seus principais entraves. Este último grupo pretendeu conhecer os principais factores impulsionadores e os entraves ao crescimento económico. Pretendeu-se ainda conhecer a percepção dos participantes sobre o papel dos diferentes sectores e intervenientes no processo de crescimento e desenvolvimento de Angola.

De modo a evitar falhas no instrumento de recolha de informação que pudessem comprometer ou influenciar o resultado da investigação, foi realizado um pré-teste com elementos seleccionados. Este pré-teste teve como propósito verificar a existência de dúvidas na execução das entrevistas e a clareza das questões e, conseqüentemente, reduzir o risco de cometer erros ao avaliar as respostas. Ou seja, com o procedimento do pré-teste, procurou-se não somente evitar inadequações de determinado item do guião ou distorções nas respostas em função de interpretações variadas, mas também melhorar a confiabilidade do instrumento, corrigir grupos de questões, identificar com mais clareza o que se pretendia avaliar e, conseqüentemente, garantir a sua fidedignidade externa ao aumentar a sua capacidade de compreensão pelos interlocutores e reduzir as interpretações e distorções variadas.

Após a introdução das correcções decorrentes do pré-teste no guião e antes de iniciar a entrevista, foi solicitada a necessária autorização aos participantes para realizar a gravação em suporte magnético, havendo três dos entrevistados que não a concederam. Para a melhor compreensão e obtenção dos dados, a informação foi, posteriormente, transferida para suporte informático. Segundo Creswell (2003), o aparelho de gravação pode ser um obstáculo, já que em alguns casos pode constranger o entrevistado, limitando a sua verdadeira opinião. Ainda assim, a gravação das entrevistas apresenta vantagens, nomeadamente, a de assegurar a adequada interpretação da informação e, também, o esclarecimento de dúvidas, caso existam (Marshall e Rossman, 1999).

Inicialmente foram seleccionados 20 potenciais entrevistados para a realização das entrevistas, contudo pelos motivos já explicitados, nem todos se mostraram disponíveis para participar. Razões explicativas relacionam-se com dificuldades de agenda, pouca sensibilidade para trabalhos de investigação, receio de quebra de confidencialidade e também algum grau de alheamento do tema.

Dos dez seleccionados do sector público, apenas um se mostrou imediatamente receptivo, embora se tenham consumado mais três entrevistas, ao passo que dos seis seleccionados do sector privado apenas três se disponibilizaram. Em relação aos participantes académicos, dos quatro inicialmente seleccionados, apenas um se mostrou indisponível.

Alguns factores indutores de erro devem ainda ser referidos, relacionam-se com o facto das entrevistas não se terem realizado em simultâneo no tempo ou, pelo menos, em período muito próximo, em virtude de tal não ter sido possível. Por outro lado, cada entrevistado tem a sua percepção, visão e análise da situação e das questões colocadas, respondendo de forma diferente e conduzindo a maiores dificuldades na obtenção e interpretação de resultados.

As principais limitações à realização das entrevistas foram a organização e os custos. Para além da demora ou do tempo despendido na realização da entrevista porque se tem de programar atempadamente a sessão com o entrevistado, acresce ainda o custo da deslocação e o tempo usado para chegar ao entrevistado (Hague *et al.* 2004). Outra desvantagem relaciona-se com o facto de, indirectamente, a informação ser interpretada do ponto de vista dos entrevistados (Creswell, 2003).

Apesar das limitações, a recolha de dados primários através da entrevista foi uma boa opção no presente estudo, por várias razões. Por um lado, aprofundou a familiaridade já existente e estreitou o contacto directo entre o investigador e os entrevistados e, conseqüentemente, o relacionamento próximo e o envolvimento, tornando-o mais cooperante e participativo. Por outro, permitiu uma boa compreensão da situação e um ambiente propício à recolha e troca de informação entre as partes.

## **4.5 Análise da Informação**

Concluídas as entrevistas, o trabalho de tratamento das mesmas efectivou-se com recurso à análise de conteúdo temática (Bardin, 2009), concentrada na definição de categorias (ou temas) e na observação da respectiva ocorrência no discurso dos entrevistados. Esta corresponde a um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens. A informação daqui resultante foi complementada com a oriunda da observação participativa e do trabalho e caderno de campo.

A análise de conteúdo não é mais que um conjunto de instrumentos metodológicos de análise de comunicações desenvolvido nos Estados Unidos, cada vez mais subtis e em constante aperfeiçoamento que se aplicam a discursos extremamente diversificados (Bardin, 2009) e onde se procura a inferência de conhecimentos, baseada na dedução, relativa às condições em estudo. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois polos, o do rigor e da objectividade e o da fecundidade e da subjectividade (Bardin, 2009).

A análise de conteúdo, ao permitir o acesso ao simbólico, às percepções, aos significados, ao latente não deve ter apenas uma dimensão descritiva e classificativa (Coelho, 2007). O maior interesse deste instrumento polimorfo e polifuncional que é a análise de conteúdo reside nas suas funções heurísticas e verificativas e no alongar o tempo de latência entre as intuições ou questões de partida e as interpretações definitivas alcançadas (Bardin, 2009). Ainda segundo este autor, primeiro organiza-se a informação e depois codifica-se. Deste modo, a transcrição integral das entrevistas efectuadas, decompostas por questão, foi a primeira tarefa realizada. Todas as outras respostas foram sujeitas a esta técnica, à excepção daquelas em que tal não foi possível em virtude da informação exarada nas respostas ser diminuta ou insuficiente.

Inicialmente foi realizada uma leitura flutuante dos documentos a analisar, com o objectivo de definir as unidades de registo, para delimitar o segmento de conteúdo a considerar como unidade de base. A seguir, consideraram-se como “unidades de registo” as frases significativas que mencionassem temas, para assim se descobrir os *“núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição, podem representar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido”* (Bardin, 2009). As frases, já inseridas por unidades de registo, foram integradas em unidades de contexto, ou seja, *“unidades de compreensão para codificar a unidade de registo que corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às unidades de registo) são óptimas para que se possa compreender o significado exacto dessas mesmas unidades de registo”* (Bardin, 2009).

Considerou-se que cada unidade de registo teria uma subcategoria e que por sua vez daria origem a categorias mais latas, segundo os objectivos a atingir. Segundo Bardin (2009), *“o sistema de categorias deve reflectir as intenções de investigação, as questões do analista e/ou corresponde às características da mensagem”*, então as categorias são classes homogéneas que contêm um grupo de subcategorias com algo em comum.

Esta técnica permitiu redigir o capítulo IV e apresentar os resultados que, no essencial, respondem aos objectivos do estudo.

A análise de conteúdo apresenta um conjunto de vantagens a não desprezar numa pesquisa, seja por forçar a distância em relação a interpretações espontâneas (pois não se trata de julgar, mas sim de analisar critérios sobre a organização interna da percepção e do discurso), seja por abranger um conjunto de procedimentos muito metódicos e sistemáticos, sem que isso prejudique a profundidade do trabalho e a criatividade do investigador, seja sobretudo por funcionar como uma técnica não obstrutiva, um instrumento indirecto de recolha de informação que visa obviar os enviesamentos enunciados (Coelho, 2007).



## Capítulo V – Resultados

O capítulo dos Resultados tem como finalidade apresentar, interpretar e analisar os resultados, tendo em vista demonstrar que se explicitaram e cumpriram os objectivos propostos. Sendo esta uma pesquisa predominantemente qualitativa, a apresentação dos resultados resume a percepção, falas e observações obtidas dos entrevistados, após análise acurada do pesquisador, assim como a sua discussão à luz da informação obtida da pesquisa documental. Na primeira parte caracterizam-se os participantes no estudo e na segunda, apresentam-se e discutem-se os resultados relativos à sua percepção do crescimento económico de Angola pós-independência, desagregados por temática, obtidos a partir da aplicação do guião da entrevista desenvolvido especificamente para o efeito.

### 5.1 Caracterização dos Entrevistados

No que diz respeito à caracterização da amostra, a maioria dos entrevistados exerce cargos de chefia, direcção ou administração em instituições públicas e privadas, havendo três que se dedicam à docência e à carreira académica e um à carreira política (deputado). Integram diferentes faixas etárias, embora, na sua maioria, se situem acima dos quarenta anos e demonstrem ter experiência nas funções profissionais que exercem. Quanto ao nível de escolaridade, todos são licenciados, um é mestre e dois são detentores do grau académico de doutoramento.

Os diferentes entrevistados, de uma forma geral, manifestaram a sua opinião sobre todos os aspectos questionados, com um domínio bastante satisfatório dos conceitos. Alguns, quer pela sua formação académica, quer pela sua experiência profissional (actual ou anterior), demonstraram um conhecimento abrangente dos aspectos questionados e uma percepção clara da evolução do crescimento económico de Angola e das razões que lhe estão subjacentes, assim como da relação entre o crescimento económico e o desenvolvimento económico do país, dando a sua opinião sobre a mesma. Um dos participantes optou por

responder às questões em função da entidade que representava e não da sua opinião pessoal, numa atitude mais institucional.

## 5.2 Percepção do Crescimento Económico Pós Independência

Os resultados emergem das diferentes técnicas utilizadas, sobretudo das entrevistas semidirectivas e da observação participante, complementados pelo trabalho e as notas do caderno de campo. Para além das respostas às questões que integram o guião da entrevista, incluem-se ainda como dados qualitativos, a descrição de processos de trabalho, obtidos por meio da técnica da observação participante, os quais, são apresentados em texto corrido devidamente precedido da necessária explicação. Nalguns casos, recorre-se ainda à utilização de ilustrações com a valorização atribuída pelos respondentes, a cada questão.

De acordo com o previamente mencionado, a análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2009). Assim, foram inicialmente criadas unidades de contexto para cada inquirido com o propósito de construir as unidades de registo relativas a cada uma das questões, as quais, seguidamente foram agrupadas, em subcategorias e, posteriormente, em categorias. Foram quatro as etapas usadas na análise: 1) Transcrição das entrevistas, para suporte informático; 2) Organização e síntese das respostas *de acordo* com os grupos definidos no guião de entrevista; 3) Leitura das transcrições de modo a rever e organizar as codificações que até então tinham surgido; e, 4) Análise, comparação e relacionamento de padrões da lista e hierarquia de categorias definidas no passo anterior.

Numa fase final da análise, após terem sido criadas as categorias e conceitos mais salientes relativamente à percepção do crescimento económico pós-independência de Angola, caracterização das distintas fases de crescimento, contributos por sector de actividade e relação entre crescimento e desenvolvimento económicos, foram procuradas declarações nas transcrições que ilustrassem esses aspectos e que pudessem ser utilizados para apresentar os resultados. Esta informação foi complementada com a obtida através da técnica da observação participante e das notas do caderno de campo.

Seguidamente apresentam-se e discutem-se os principais resultados obtidos e organizados de acordo com a estrutura que compõe o guião da entrevista. Algumas considerações genéricas relativas a elementos transversais a essa configuração são expostas no final.

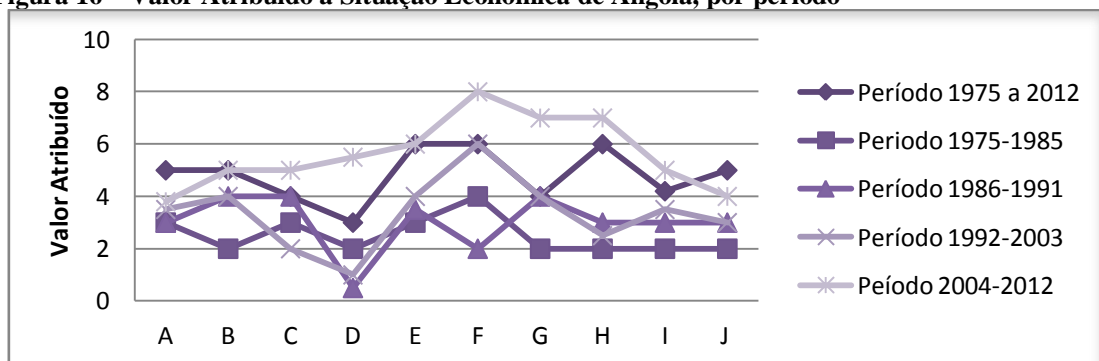


### 5.2.1. Caracterização da Situação Económica

Nas respostas de alguns entrevistados encontram-se contributos importantes para a percepção do crescimento económico de Angola pós-independência que, conjugados com os documentos estratégicos nacionais e com o referencial teórico presente na literatura, permitem verificar os objectivos de investigação.

No que se refere às características da situação económica de Angola, de 1975 a 2012, os entrevistados, assumiram posicionamentos diferentes em função da sua percepção, embora converjam no sentido de a considerarem centralizada, com o estado como principal agente económico (detentor da terra, capital e demais factores de produção, maior consumidor e importador) e dependendo quase que exclusivamente do petróleo e dos diamantes, em virtude da lentidão no processo de diversificação da economia. Avaliam ainda o processo de abertura da economia, com início em 1992 e se prolonga até hoje, como uma recta progressiva que ainda não atingiu os patamares desejáveis. Um dos entrevistados considera não se ter formulado um modelo macroeconómico para transição duma economia planificada para a de mercado. Outro sustenta que, o modelo centralizado prevalente limitou o exercício da actividade económica por parte de agentes privados assim como o desempenho económico. Dois outros respondentes coincidem na percepção de que o crescimento económico apresentado pelo país não se reflecte no bem-estar da população, nem nos indicadores de desenvolvimento humano o que, aparentemente, parece ser contraditório, havendo um que afirma mesmo haver mais preocupação com a recuperação de infra-estruturas do que da pessoa humana. A Figura 16 resume os valores atribuídos a cada período económico pelos respondentes.

**Figura 16 – Valor Atribuído à Situação Económica de Angola, por período**



Fonte: Elaboração Própria, 2013

A análise mais detalhada das respostas às entrevistas, desagregada pelos períodos considerados no guião, permite evidenciar o seguinte:

- No que respeita ao período 1975-1985, de economia centralizada, baseada no Plano Nacional, existe unanimidade de opiniões ao considerar a atenção prestada pelo estado, ao povo, como único aspecto positivo. Fora isso, consideram-no um período de guerra e de estagnação económica. Um dos respondentes (D) adianta ainda ser um período marcado por um modelo profundamente atípico, que fracassou, por não considerar o sector privado. Outro dos participantes (F) considera ainda relevante nesse período a total dependência de Angola das importações nas quais não havia controlo;
- No período 1986-1991, de reformulação dos modos de direcção económica, logo após os acordos de Bicesse, os entrevistados percebem-na como uma fase onde se ensaiaram os primeiros passos para a transição duma economia planificada para a de mercado com maior participação de privados e por uma certa resistência a essa transição, sobretudo no que respeita aos preços, anteriormente estipulados pelo governo e que passaram a ser estabelecidos pelos empresários obedecendo a uma certa margem legal de comercialização. Um dos participantes (D) considera contudo terem fracassado quase todas as reformas e aumentado a dependência das importações enquanto outro (H) afirma não terem a maior parte dos programas passado de meras intenções.
- No período de 1992-2003, a percepção é a de que foram muitos os programas considerados, visando essencialmente a recuperação de vários sectores afectados pela guerra, especialmente o Programa Económico e Social. Consideram ainda ter os conteúdos dos vários programas visado também avançar na transição para a economia de mercado. Um dos programas percebido como mais relevante nesse período foi a criação dum fundo de apoio social, com o objectivo de atender as necessidades dos mais carenciados. Contudo para um dos participantes (A), a maioria desses programas não foi substancial devido à corrupção, num dilema, o “cabrito come onde está amarrado”, mostrando claramente que embora o propósito fosse chegar às pessoas com mais necessidades, os programas acabavam beneficiando também aqueles a quem se confiava a responsabilidade de os operacionalizar e distribuir. Um dos entrevistados (C) evidencia os programas SEF (Saneamento Económico e financeiro) e o de redimensionamento empresarial, como relevantes no período considerado. Um dos participantes (D) percepçiona este período como caracterizado por diversas incertezas, tanto no domínio económico quanto político, em virtude das expectativas criadas para o fim do conflito armado que, ao não ocorrer, agravou a situação económica e social do país.

- 
- O Período de 2004-2012 é percebido como de começo da estabilização do mercado financeiro. Em anos anteriores a depreciação da moeda nacional havia atingido 3000% reflectindo-se sobre o preço dos bens, quase todos importados e sobre a importante procura da moeda estrangeira, facilitando o surgimento do mercado informal de compra e venda de divisa (designado por “kinguilas”). Um dos participantes (A) considera ainda hoje haver consequências da dependência das importações, afirmando haver duas formas de resolver a questão para que haja estabilidade cambial: a curto prazo, aumentando a oferta interna da moeda estrangeira (dólar), a médio prazo, substituindo algumas importações e, a longo prazo, diversificando as exportações. Outro interveniente (C), a estabilidade cambial era controlada pela imposição de uma taxa de câmbio administrativa, não havendo o mecanismo de “laissez faire”. Para outro (G), a estabilidade cambial foi muito benéfica para economia e sua evolução nos anos seguintes, resultando na apreciação da moeda (kz).

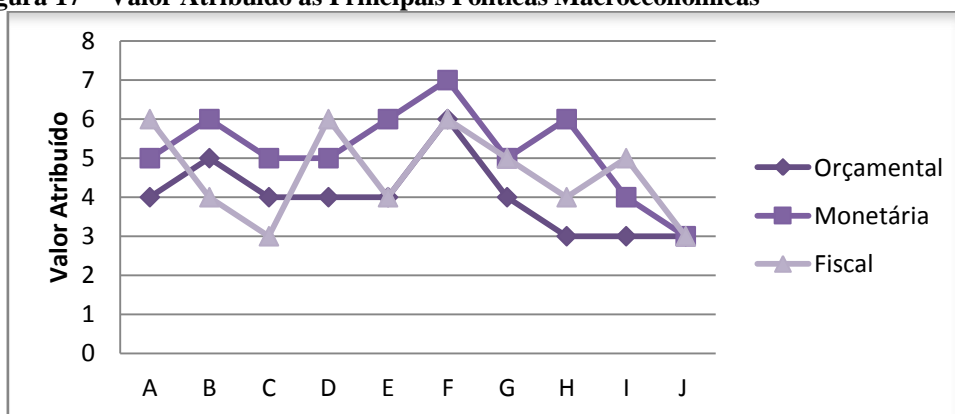
### **5.2.2. Principais Políticas Macroeconómicas**

Nesta vertente, os entrevistados fizeram referência às principais políticas macroeconómicas levadas a cabo em Angola, destacando as seguintes:

- SEF (Saneamento Económico e Financeiro), que teve como objectivo a estabilização económica para um período de três anos (1988-1990) e estabelecer pilares macroeconómicos visando o ajustamento estrutural de longo prazo;
- PREA (Programa de Reforma Administrativa), que vigorou em 1990, tendo como apogeu a criação de um quadro jurídico-institucional, dando lugar à separação do sector público administrativo do sector público empresarial e do privado;
- PR (Programa de Recuperação: de 1991-1992);
- PEG (Programa de Emergência do Governo: 1993), de entre outros; tendo deplorado, porém, o facto de esses programas nem sempre tenham sido suficientemente eficazes na blindagem da economia nacional

A Figura 17 expõe os valores atribuídos pelos entrevistados às diferentes políticas macroeconómicas, sendo a monetária considerada pela maioria como a mais importante.

**Figura 17 – Valor Atribuído às Principais Políticas Macroeconómicas**

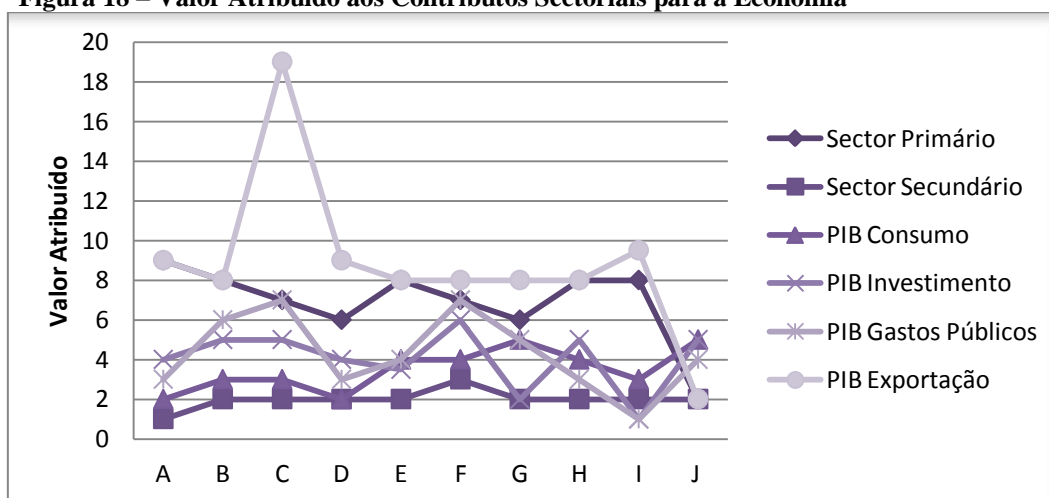


Fonte: Elaboração Própria, 2013

### 5.2.3. Contributos Sectoriais para a Economia

A percepção dos entrevistados vai no sentido de afirmar serem os sectores petrolífero e diamantífero os que asseguram a economia nacional. Segundo a sua opinião, a indústria extractiva encontra no petróleo o seu expoente máximo e alavanca que, de forma decisiva, sustenta o sistema económico do país, devendo-se a esse recurso o crescimento a que se assiste nos últimos anos, ao representar 52% do produto interno bruto. O sector diamantífero surge, em segundo lugar, representando com 3,5% do PIB nacional. A Figura 18 expõe o valor atribuído ao contributo dos distintos sectores para a economia de Angola, por cada um dos participantes da pesquisa, destacando-se o sector da exportação, que inclui o petróleo e os diamantes.

**Figura 18 – Valor Atribuído aos Contributos Sectoriais para a Economia**



Fonte: Elaboração Própria, 2013

Para a maioria dos participantes, no plano sectorial a economia angolana tem carecido de políticas de diversificação, sendo poucos os sectores que contribuem para a sua robustez. O desempenho dos sectores petrolífero e diamantífero no período 2009-2011, registou inclusivamente uma evolução negativa de (-8%) e (-11%), respectivamente, segundo dados do Ministério do Planeamento, referidos por dois dos entrevistados.

#### **5.2.4. Relação entre Crescimento e Desenvolvimento**

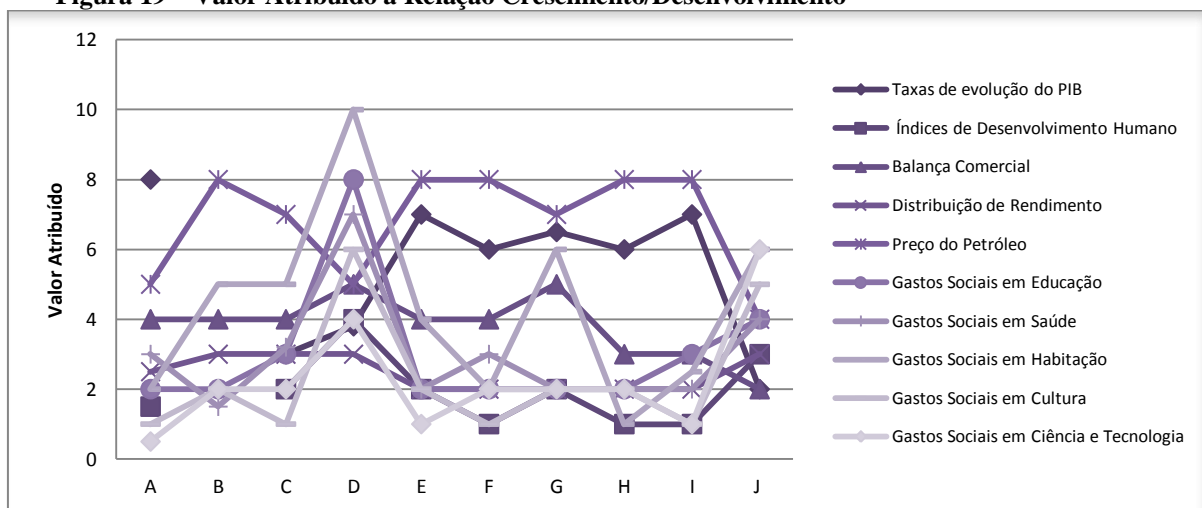
A maior parte dos entrevistados considera que crescimento dá lugar ao desenvolvimento, desde que implique progresso da sociedade, dando primazia, à satisfação das necessidades básicas e a um nível de vida com dignidade de todos cidadãos. Consideram que qualquer processo de desenvolvimento requer um crescimento que caminhe, de forma a corrigir os desequilíbrios sociais e económicos existentes, minimizando as desigualdades e, reduzindo, de forma contínua, progressiva e sistemática, as assimetrias, tanto a nível das regiões como a nível social. O crescimento é assim um meio ao serviço do desenvolvimento, de fórum quantitativo e material, ao passo que o desenvolvimento tem a ver com valores qualitativos, perspectivando, harmoniosamente, o alcance e a manutenção da justiça social, da liberdade, da qualidade de vida, do bem-estar e do consumo nacional dos recursos.

Baseando o seu argumento na “Revista African Magazine” de 2012, um dos entrevistados (G) afirma Angola como: 1) o país com maior crescimento do PIB a nível mundial, no período 2001-2010; 2) o segundo maior produtor do petróleo, em África com cerca de dois milhões de barris por dia; 3) o quarto melhor produtor de diamantes do mundo; e, 4) detentor de um grande potencial hídrico, de solos de elevada aptidão agrícola e de biodiversidade. Ou seja, considera o país com uma extensão territorial favorável a qualquer actividade.

Para outro dos entrevistados (C), apesar de no discurso inaugural de 2012, visando a construção de uma sociedade estável, justa e pouco dependente do petróleo, o chefe do executivo, ter afirmado que “A prioridade do seu governo era consolidar a estabilidade política, por via da promoção da justiça social e igualdade de oportunidades para todos, a realidade é bem diferente, porquanto os indicadores sociais continuam os mais baixos da África subsaariana e de outras nações. Refere ainda que se o PIB cresce e a população não vê a sua vida melhorar, é porque muita coisa não bate certo.

A Figura 19 sintetiza o valor atribuído pelos participantes à relação entre crescimento e desenvolvimento. Em termos médios e por ordem decrescente, o preço do petróleo, as taxas de evolução do PIB e os gastos sociais com a habitação, são elementos com maior valor atribuído pelos entrevistados.

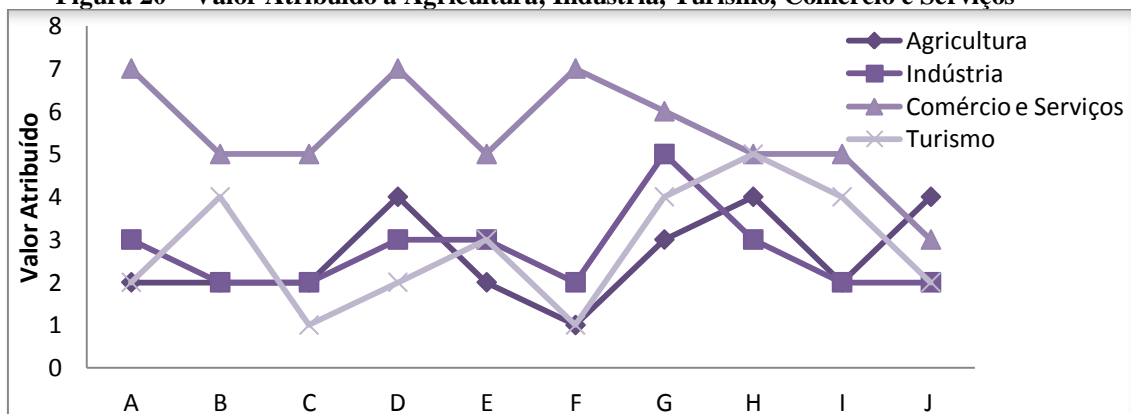
**Figura 19 – Valor Atribuído à Relação Crescimento/Desenvolvimento**



Fonte: Elaboração Própria, 2013

O grau de observância da visão do primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto, de que “A agricultura é a base do desenvolvimento e a indústria é o factor decisivo do nosso progresso”, apresenta-se na Figura 20, a qual inclui ainda valores atribuídos pelos participantes a outros sectores, como o do turismo e o do comércio e serviços, este último o mais valorizado. Para um entrevistado (G), difícil política de concessão de vistos dificulta a expansão do turismo.

**Figura 20 – Valor Atribuído à Agricultura, Indústria, Turismo, Comércio e Serviços**

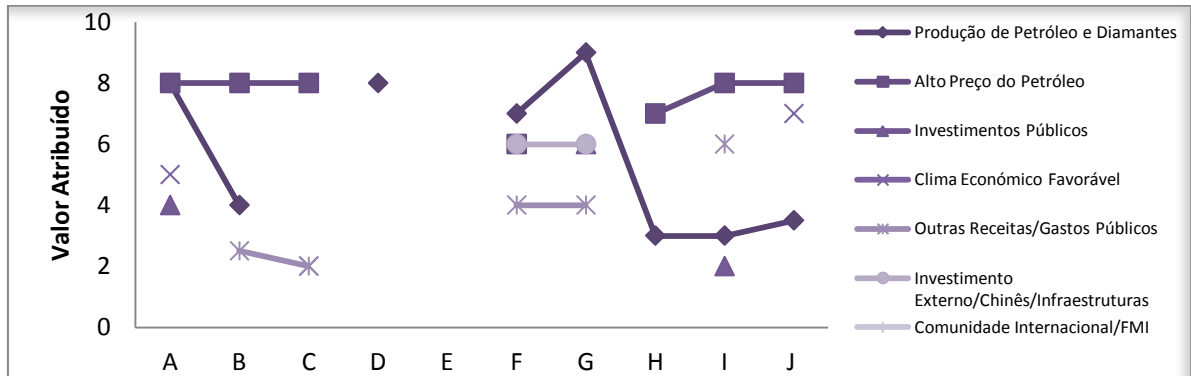


Fonte: Elaboração Própria, 2013

No que respeita aos factores considerados explicativos da taxa de crescimento e do nível de desenvolvimento de Angola, não existe convergência de opiniões conforme se apresenta na

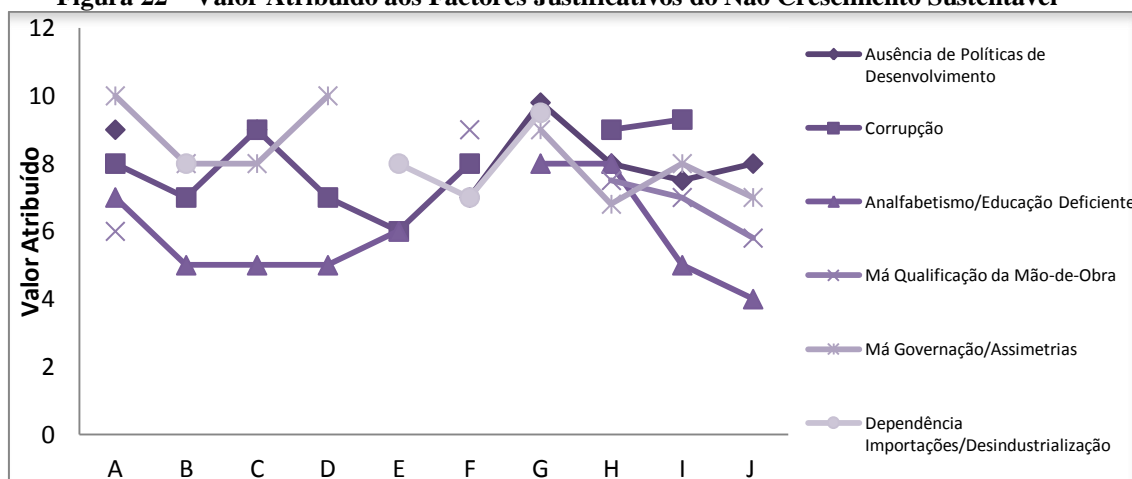
Figura 21. Ainda assim, pode afirmar-se que os entrevistados percebem os factores preço do petróleo, investimento externo, sobretudo chinês e, a pressão da comunidade internacional (FMI) como os mais explicativos do crescimento e desenvolvimento de Angola.

**Figura 21 – Valor Atribuído aos Factores Explicativos do Crescimento e Desenvolvimento**



Fonte: Elaboração Própria, 2013

Questionados sobre a percepção dos factores que justificam que um país rico em petróleo e outros recursos, como Angola, não alcance níveis de crescimento e de desenvolvimento sustentável, transcorridos 37 anos de independência, os respondentes afirmam, por ordem decrescente de importância, a ausência de verdadeiras políticas de desenvolvimento, a má governação, deficiente repartição do rendimento e assimetrias criadas, a dependência do petróleo, dos diamantes e das importações resultante da desindustrialização do país, a corrupção e, a má qualificação dos recursos humanos e o analfabetismo associado ao deficiente sector educativo. Um dos entrevistados (C) refere ainda o factor guerra (Figura 22).

**Figura 22 – Valor Atribuído aos Factores Justificativos do Não Crescimento Sustentável**

Fonte: *Elaboração Própria, 2013*

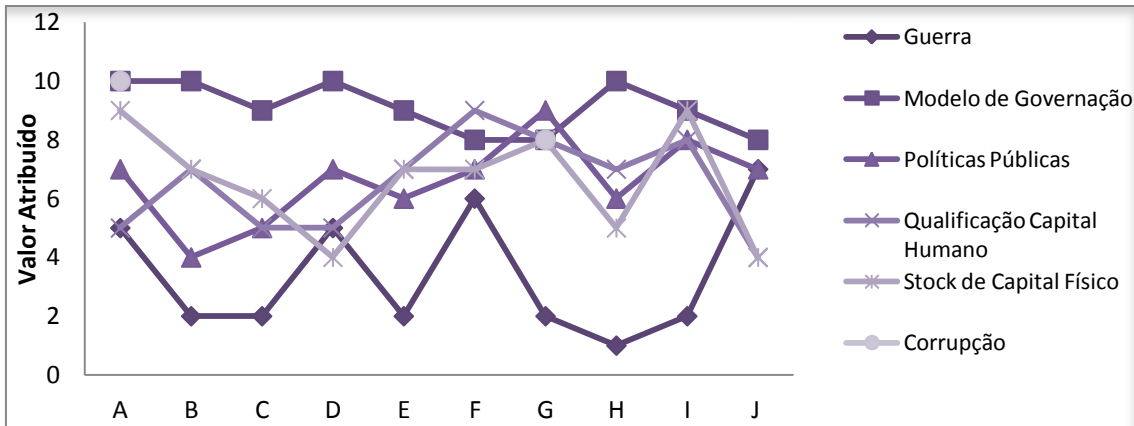
### 5.2.5. Principais Entraves ao Crescimento Económico

Para a maioria dos participantes, o crescimento dá lugar ao desenvolvimento, desde que implique progresso da sociedade, dando primazia, à satisfação das necessidades básicas e a um nível de vida com dignidade de todos cidadãos. Consideram que qualquer processo de desenvolvimento requer um crescimento que caminhe, de forma a corrigir os desequilíbrios sociais e económicos existentes, minimizando as desigualdades e, reduzindo, de forma contínua, progressiva e sistemática, as assimetrias, tanto a nível das regiões como a nível social. O crescimento é assim um meio ao serviço do desenvolvimento, de fórum quantitativo e material, ao passo que o desenvolvimento tem a ver com valores qualitativos, perspectivando, harmoniosamente, o alcance e a manutenção da justiça social, da liberdade, da qualidade de vida, do bem-estar e do consumo nacional dos recursos.

A Figura 23 resume os principais resultados relativos à percepção dos principais entraves ao crescimento económico de Angola e correspondentes valores atribuídos. O modelo de governação é considerado maioritariamente o principal entrave, seguido muito proximamente pelas políticas públicas, o stock de capital físico e a qualificação do capital humano. Mencionado por dois dos entrevistados (A e G) foi ainda o entrave da corrupção generalizada e endémica, quase institucionalizada constitui, considerada como um factor importante de desestabilização económica.



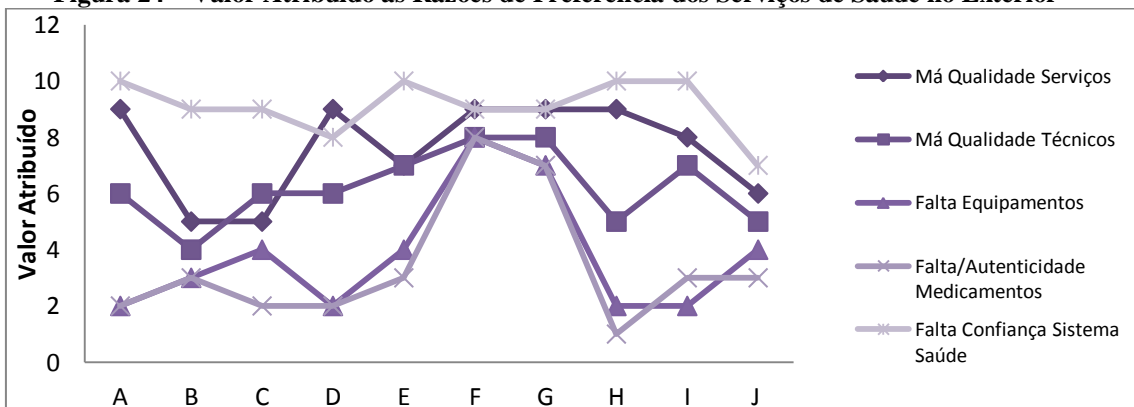
**Figura 23 – Valor Atribuído aos Principais Entraves ao Crescimento Económico**



Fonte: Elaboração Própria, 2013

Um outro entrave percebido e mencionado por três dos intervenientes no estudo (D, G, J), foi o desemprego, agravado pela elevada taxa de analfabetismo e que afecta mais de metade da população. Segundo os respondentes, tal situação inviabiliza não apenas o acesso à informação e a formação técnico-profissional, empobrecendo o mercado de trabalho como, a falta de preparação da mão-de-obra, se reflecte ainda no baixo nível cultural e de escolaridade das populações, expondo-as a uma situação de total dependência ao trabalho rudimentar da terra. A percepção dos entrevistados relativamente ao sector da saúde, nomeadamente, as razões que levam os angolanos a preferir os serviços de saúde no exterior, em detrimento dos nacionais, apresenta-se na Figura 24.

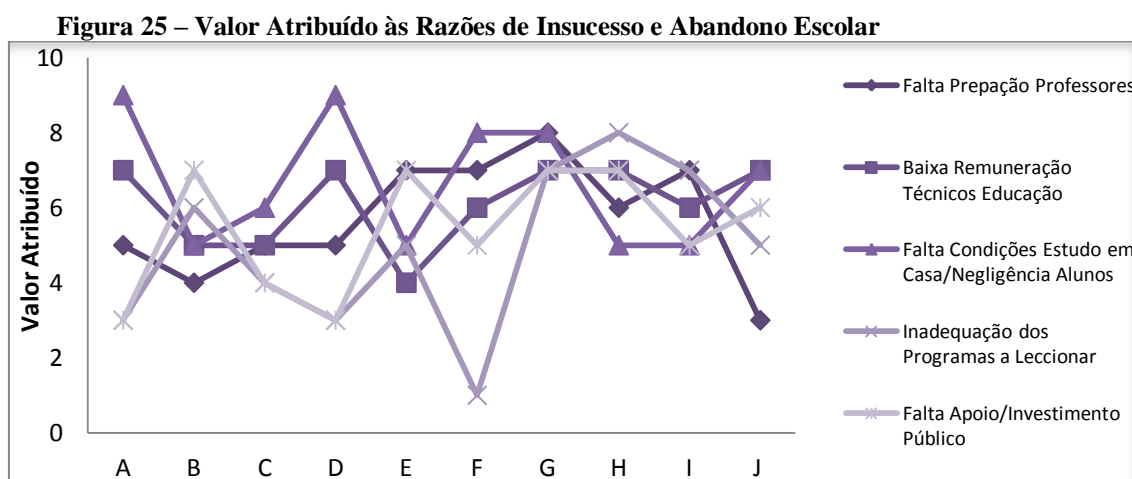
**Figura 24 – Valor Atribuído às Razões de Preferência dos Serviços de Saúde no Exterior**



Fonte: Elaboração Própria, 2013

No sector de saúde, a principal razão percebida pelos entrevistados como relacionada com o facto dos angolanos com recursos monetários preferirem os serviços de saúde no exterior do País, é, fundamentalmente, a falta de confiança generalizada no sistema de saúde. Seguem-lhe, a má qualidade dos serviços e dos técnicos.

Quanto ao sector da educação, os factores percebidos como estando na base do baixo índice de engajamento e aproveitamento escolar e de elevado nível de abandono no seio da população estudantil são fundamentalmente, a falta de condições de estudo em casa associada também a alguma negligência por parte dos alunos e famílias, a falta de preparação dos professores e a baixa remuneração dos técnicos educativos. Um dos entrevistados (C) refere ainda a fraca inspecção escolar (Figura 25).



Fonte: *Elaboração Própria, 2013*

### 5.2.6 Futuro

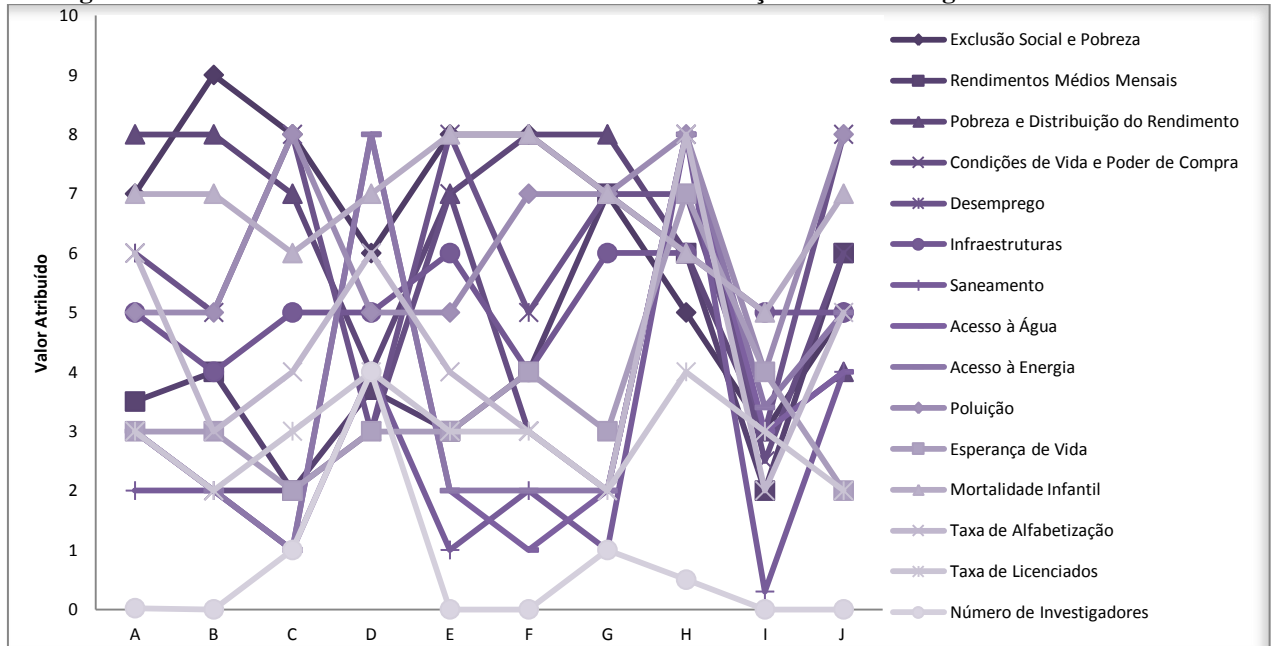
Quanto ao futuro, alguns entrevistados defendem a assunção incondicional das projecções que favoreçam um modelo de crescimento económico que se desvie da economia petrolífera e que dê mais espaço aos sectores estruturantes numa diversificação profunda, consistente e sustentável e mais vocacionados para a redução da pobreza.

A implementação de uma gestão rigorosa na fiscalização das despesas públicas e formação de quadros competentes que possam dinamizar o sector económico nacional, são defendidas por outros participantes no estudo como forma de combate à corrupção. Neste âmbito, sustentam

ainda que a cooperação com o exterior deverá privilegiar mais o equilíbrio, considerando que algumas das parcerias e formas de cooperação actualmente activas não o beneficiam.

Desejando os entrevistados que, no futuro, a cooperação com o estrangeiro seja suficientemente acautelada e resulte em vantagens recíprocas, valorizam ainda os indicadores básicos da situação social de Angola conforme exposto na Figura 26. Fazendo a leitura da Figura 26, retira-se que os indicadores exclusão social e pobreza, pobreza e distribuição do rendimento, desemprego, poluição e mortalidade infantil são os que apresentam maior valor atribuído pelos participantes no estudo, enquanto obstáculos ao crescimento e ao desenvolvimento económico de Angola.

**Figura 26 – Valor Atribuído aos Indicadores Básicos da Situação Social de Angola**



Fonte: Elaboração Própria, 2013

### 5.3 Factores Potenciadores e Entraves ao Crescimento Económico

Os resultados relativos à avaliação global do crescimento e desenvolvimento económicos (factores potenciadores e entraves) encontram-se transcritos no Quadro 15, de forma a garantir o anonimato das respostas.

Seguindo a indicação de Bardin (2009), inicialmente foi efectuada uma leitura dos documentos a analisar (textos das entrevistas, notas do dossier de campo e da observação participante), com o objectivo de definir as unidades de registo (Potenciador e Entrave) e para delimitar o segmento de conteúdo a considerar como unidade de base (unidade de descrição). Não foram consideradas subcategorias nas unidades de registo, por não se julgar necessário.

Os elementos descritos nas unidades de registo (Crescimento, Desenvolvimento) do Quadro 15, reflectem no essencial os resultados obtidos da realização das entrevistas à amostra patente no Quadro 14 e espelham a percepção dos entrevistados, a qual, é, em muitos aspectos, semelhante ao que consta na revisão bibliográfica.

**Quadro 15 – Unidades de Descrição e Unidades de Registo**

Entrevistados	Unidade de Descrição	Unidade de Registo
A,B,C,G,H,I,J	Abundância de recursos naturais diversificados	Potenciador
C,D,E,F,G,H,I,	População bastante jovem	
A,B,D,E,F,G,H,I,J	Preço do petróleo	
A,B,G,H,I,J	Analfabetismo e má qualificação técnico-profissional	Entrave
A,B,C,D,E,F,G	Dependência das importações	
A,B,C,D,E,F,H,I,J	Corrupção e falta de transparência da gestão pública	
A,C,D,F,H,J	Dependência do petróleo e diamantes	
A,B,C,G,H,I,J	Má governação	

*Fonte: Elaboração Própria, 2013*

Ambas as informações recolhidas, primária através das entrevistas realizadas e, secundária oriunda da revisão da literatura, indicam que as políticas macroeconómicas adoptadas pelo

governo angolano, não foram ainda capazes de satisfazer as expectativas dos cidadãos, nomeadamente na resolução dos problemas básicos e na melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano. A economia contínua dependente do petróleo e dos diamantes, é considerado um verdadeiro entrave para o desenvolvimento, assim como o analfabetismo elevado, havendo um paradoxo entre a economia que cresce e a pobreza que se acentua ou não reduz.

É ainda feita uma análise crítica em relação à falta de transparência na gestão dos recursos, sobretudo, petróleo, diamantes e gás, sendo a falta de transparência, a corrupção e a dependência das importações, considerados factores determinantes do país não alcançar os níveis de crescimento desejados. Um dos respondentes (C) considera ainda que para que a economia funcione, face à actual dependência das importações em cerca de 80%, a procura por moeda externa será sempre forte enquanto a situação prevalecer, daí a tendência da depreciação da moeda nacional o Kwanza. Apontam-se ainda as seguintes soluções para que haja estabilidade cambial: a curto prazo o aumento da oferta interna da moeda externa e a médio e longo prazo, a substituição de algumas importações e a diversificação das exportações, respectivamente.



## Capítulo VI – Considerações Finais

Esta dissertação reflecte um trabalho de investigação sobre a percepção do crescimento económico de Angola Pós-Independência. Neste capítulo, atendendo aos objectivos formulados, são apresentadas as conclusões desta investigação no contexto das pesquisas realizadas, a bibliográfica e a de campo. No final, identificam-se algumas limitações e questões implicadas ou potenciadas pelo trabalho desenvolvido que, podem, eventualmente, ser consideradas ou ter implicações em investigações e trabalhos futuros.

### 6.1 Conclusões do Estudo

Não são muitos os estudos académicos e científicos em torno do crescimento económico desenvolvidos em Angola, embora sejam de referenciar, entre outros, os realizados por investigadores da Universidade Católica de Angola.

Delimitado o problema, as questões de pesquisa e os objectivos, foi descrito o enquadramento teórico, baseando-se nas principais referências sobre o tema do crescimento económico e feito o diagnóstico político, social, económico, comercial e de cooperação Internacional de Angola. Neste diagnóstico foram analisadas e referidos estudos e pesquisas realizadas, servindo de evidências para comparações e interpretações com os dados obtidos.

O objectivo geral foi o de conhecer a percepção do crescimento económico de Angola pós-independência e os factores considerados explicativos desse crescimento económico, nomeadamente, o contributo do petróleo e dos diamantes. Como objectivos específicos foram formulados os seguintes: 1) Efectuar uma ampla revisão da literatura sobre a componente teórica e estudos empíricos relacionados ao crescimento económico; 2) Analisar, através de dados secundários, a situação da economia angolana, no período 1975-2010 e as políticas macroeconómicas adoptadas pelo governo angolano; 3) Perceber o contributo do petróleo e dos diamantes no desenvolvimento económico; 4) Conhecer a percepção de um conjunto de especialistas das razões que levam um país rico em petróleo a não conseguir, verdadeiramente, industrializar-se, desenvolver-se e diversificar em termos produtivos, dotando-se de infra-estruturas e outras estruturas essenciais; e 5) Identificar os factores potenciadores e os entraves ao crescimento económico do país, no período considerado.

Os dados recolhidos através da condução da pesquisa empírica permitiram tirar algumas conclusões interessantes. Verificando a importância do tema e a escassez de estudos sobre o mesmo, a primeira conclusão a retirar é que, apesar dos progressos substanciais conseguidos na melhoria das condições sociais desde 2002 e dos esforços actuais do governo, o país ainda enfrenta enormes desafios no que se refere à redução da pobreza, ao desemprego e ao desenvolvimento humano.

No que corresponde ao primeiro objectivo específico - efectuar uma ampla revisão da literatura sobre a componente teórica e estudos empíricos relacionados ao crescimento económico, de referir que, embora os mecanismos de mercado possam ser capazes e suficientes para assegurar, no essencial, uma afectação racional e eficiente dos recursos e dos factores de produção, o crescimento económico é, em si, um gerador de desigualdades e muitas vezes deficitário nos critérios de repartição do PIB e do rendimento nacional. Esta é a situação de Angola onde, em diferentes aspectos (funcional, factores de produção, pessoal e regional) se justifica a adopção de medidas correctivas, seja pela via da descentralização de decisões, da captação de factores, recursos e competências, da valorização das vantagens competitivas regionais, da democratização do acesso à informação, seja pelas oportunidades de negócios e de crédito à educação e à saúde. Estas podem ser formas de mitigar a pobreza e de rectificar disfuncionalidades na repartição do rendimento nacional.

Para responder ao segundo objectivo específico - analisar, através de dados secundários, a situação da economia angolana, no período 1975-2010 e as políticas macroeconómicas adoptadas pelo governo angolano- é de evidenciar que Angola tem sido apresentada como *case study* em termos de estabilização macroeconómica e crescimento da economia, a partir de 2002. A esta situação não foi alheio o comportamento da economia mundial nem a implementação das políticas de ajustamento macroeconómico assumidas pelo país perante o Fundo Monetário Internacional. O desafio actual que se coloca é o da disseminação do crescimento económico, face às evidências de uma excessiva, injusta e economicamente não desejável concentração desse crescimento numa reduzida percentagem da população, num diminuto número de sectores de actividade económica e de produtos exportáveis e, numa distribuição territorial limitada. Às grandes assimetrias regionais associa-se assim uma grande estratificação social, fome endémica em muitas zonas do país, desemprego e inexistentes acessibilidades materiais.



Quanto a perceber o contributo do petróleo e dos diamantes no desenvolvimento económico, existe grande dependência da economia destes sectores de actividade, sendo considerados estratégicos. Se é certo que, segundo a teoria económica, as economias crescem em torno de uma base exportadora, com efeitos de encadeamento sobre o mercado interno, no caso angolano, a exportação de petróleo e de diamantes embora permitindo adquirir factores de produção e gerar rendimento, também tem acomodado esse rendimento na classe dirigente e inibido a criação e o desenvolvimento do tecido empresarial. Por outro lado, as flutuações nos preços mundiais destes recursos, em particular do petróleo, podem induzir evasão de divisas, inflação e aumento da dívida pública, entre outros problemas, o que pode dificultar o crescimento económico sustentado de Angola. Para alguns, o crescimento de um país com petróleo que fica limitado a essa produção, não corresponde nem a crescimento nem a desenvolvimento económico, por não induzir mudanças estruturais, culturais e institucionais – as três instâncias a partir das quais se pode analisar uma sociedade.

A percepção dos distintos especialistas entrevistados, relativamente às questões que lhes foram colocadas, permite concluir o seguinte:

- Situação económica de 1975 a 2012, centralizada no estado como principal agente económico e muito dependente do petróleo, dos diamantes e das importações de bens e serviços o que limitou a actividade do sector privado. Na primeira década assentou no Plano Nacional, na guerra e na estagnação económica. Na segunda fase (1986-1991) ensaiou-se a transição da economia planificada para a de mercado. As principais reformas do estado e a recuperação de vários sectores afectados pela guerra, ocorreram entre 1992-2003, em especial o Programa Económico e Social. Finalmente, no período seguinte (2004-2012), deu-se a estabilização do mercado financeiro e cambial assim como o desenvolvimento da economia informal.
- Sectores que mais contribuíram para o Crescimento Económico foram o petrolífero e o diamantífero, por ordem decrescente de importância, dominando o sector da exportação. São poucos os sectores que contribuem para a robustez da economia, por o plano sectorial da economia angolana carecer de políticas de diversificação.
- Relação entre crescimento e desenvolvimento, implica progresso da sociedade e correcção de desequilíbrios sociais e económicos. Em Angola, este crescimento económico assenta, fundamentalmente no preço do petróleo e nas taxas de evolução do PIB e não se reflecte no bem-estar da população, posicionando-o de forma social e

economicamente débil em todas as variáveis fundamentais para a construção do indicador de Desenvolvimento Humano.

- A visão do primeiro Presidente Agostinho Neto, de que “A agricultura é a base do desenvolvimento e a indústria é o factor decisivo do nosso progresso”, não se comprova em virtude do sector do comércio e serviços sobressair. Factores como o preço do petróleo, o investimento externo (sobretudo chinês) e, a pressão da comunidade internacional (FMI) são os mais explicativos do crescimento e desenvolvimento de Angola.
- Justificações para o facto de um país rico em petróleo e outros recursos, como Angola, não alcançar níveis de crescimento e de desenvolvimento sustentável, são, por ordem decrescente de importância, a ausência de verdadeiras políticas de desenvolvimento, a má governação, a deficiente repartição do rendimento e assimetrias, a dependência do petróleo, dos diamantes e das importações resultante da desindustrialização do país, a corrupção e, a má qualificação dos recursos humanos e o analfabetismo associado ao deficiente sector educativo.
- Entraves ao crescimento económico são o modelo de governação, a falta de transparência na gestão dos recursos, nomeadamente petróleo e diamantes, a corrupção e a dependência das importações. Tais factores são identificados como explicativos das razões de um país rico em recursos como Angola, não ter ainda alcançado os níveis de crescimento desejados.
- No sector de saúde, a falta de confiança generalizada no sistema de saúde induz a procura preferencial por serviços de saúde no exterior do País.
- No sector da educação, o baixo índice de engajamento e aproveitamento escolar e de elevado nível de abandono no seio da população estudantil resulta essencialmente da falta de condições de estudo em casa, de alguma negligência por parte dos alunos e famílias, da falta de preparação dos professores e da baixa remuneração dos técnicos educativos.
- No Futuro, uma gestão rigorosa na fiscalização das despesas públicas e a aposta na formação de recursos humanos e quadros competentes que possam dinamizar o sector económico nacional e combater a corrupção, irão certamente melhorar a qualidade dos indicadores económicos.

Finalmente, o processo de desenvolvimento que supõe a redução significativa do atraso económico e social de um país como Angola em relação a outros depende, essencialmente,

das estratégias domésticas adoptadas pelo estado, em articulação com capitais públicos e privados e formas sustentáveis e equilibradas de cooperação internacional. Face às assimetrias existentes em termos globais – de controlo sobre a moeda e as finanças, de criação e concentração do progresso técnico e tecnológico e do poder militar – o crescimento económico pode ainda ser condicionado pelas condições dominantes na geopolítica e na geoeconomia internacional.

Algumas sugestões para tornar a economia angolana mais robusta passam por processar mais matéria-prima no país, elaborando produtos intermediários e acabados para exportação, com um maior valor agregado. Estão nestas condições alguns produtos petroquímicos e agrícolas, sobretudo os associados ao complexo agro-industrial. Investir uma parte substancial das receitas do petróleo em infra-estruturas que induzam desenvolvimento da economia, reduzindo custos e aumentando a produtividade, é uma outra possibilidade. Estão neste contexto os investimentos em transportes, como ferrovias, portos, construção naval e serviços públicos básicos como segurança pública. Outra opção é investir os recursos do petróleo em educação, saúde e inclusão social e cultural, de modo a criar uma base sólida de desenvolvimento e uma massa crítica de capital humano que induza melhorias substanciais na sociedade e fomente o desenvolvimento sustentável. Finalmente, o sector agrícola tem potencialidades que devem ser consideradas com consequências muito positivas, em termos gerais. O objectivo deveria ser o de aumentar a produção de alimentos e de empregos para a população, a redução da concentração demográfica nas zonas urbanas e, a diminuição da dependência das importações de bens de primeira necessidade.

## **6.2 Limitações**

Existindo limitações em todos os trabalhos de pesquisa, deve o investigador sabe-las identificar e, conseqüentemente, procurar ultrapassá-las ou atenuar os seus efeitos sobre os resultados alcançados.

A análise crítica e observação de todas as fases de desenvolvimento da investigação, desde a sua preparação inicial e formulação das questões de pesquisa, até à elaboração e à análise dos resultados, permitem demonstrar as suas limitações e levantar algumas questões que podem, casualmente ter implicações específicas em futuras investigações.

Na fundamentação teórico-empírica, houve a tentativa de escolher de forma rigorosa e precisa os trabalhos a rever e os conceitos teóricos a precisar, de modo a integrar os principais contributos para o tema do crescimento económico.

Na metodologia, cabe destacar que, sendo este um estudo exploratório, o universo estudado não é representado por uma amostra probabilística, pelo que, as inferências apresentadas não podem ser interpretadas de forma generalizada, devendo atender-se às suas condicionantes. Não existindo garantia de representatividade da amostra, não se podem assim extrapolar os resultados obtidos, com confiança para o universo.

Tendo o estudo sido realizado em Angola, mais propriamente em Luanda, as conclusões a retirar estão limitadas geograficamente, não podendo ser consideradas noutros contextos, sejam outras cidades ou regiões do país.

Por outro lado, o instrumento de recolha de dados utilizado na pesquisa, a entrevista, apresenta como limitação o tempo despendido na sua realização assim como o tempo da correspondente programação e aplicação e os custos da deslocação. De referir ainda limitações temporais, relacionadas com a falta de disponibilidade dos entrevistados e/ou dificuldade em agendar as entrevistas. Tal situação inviabilizou a realização de algumas entrevistas, em virtude de não ser possível aguardar mais pela sua disponibilidade e acessibilidade. Lamenta-se o facto de não ter sido possível conseguir conhecer a percepção do crescimento económico de Angola, de uma amostra de maior dimensão, nomeadamente no que diz respeito aos sectores privado, empresarial e académico, o que reforçaria a robustez dos resultados. Contudo, limitações de natureza económica e temporal, não o permitiram.

Na discussão dos resultados, houve uma preocupação para que os mesmos fossem apresentados de uma forma abreviada, facilitando a sua leitura e compreensão.

### **6.3 Sugestões de Pesquisa Futura**

Este trabalho pretendeu conhecer a percepção de um conjunto de especialistas de sectores diversificados, sobre o crescimento económico de Angola pós-independência. O tema, para além de importante num contexto académico e para o desenvolvimento do país, é um desafio

central quer nas economias desenvolvidas quer nas em desenvolvimento. Como perspectivas futuras de estudo deixam-se as seguintes ideias:

- Na sequência do presente trabalho, uma pesquisa que poderia ser efectuada seria um levantamento dos principais projectos existentes nas áreas governamentais e empresariais, potenciadores da diversificação da base exportadora do país e do desenvolvimento do mercado interno;
- Uma outra possibilidade de trabalho seria o de identificar os principais estrangulamentos e potencialidades ao crescimento de novos sectores na economia angolana;
- Face ao contexto financeiro internacional de alguma instabilidade para as economias em desenvolvimento e indutora de fugas de capitais, uma outra questão interessante é a de investigar se Angola consegue seguir um modelo de crescimento económico mais vinculado ao mercado interno.



## Referências Bibliográficas

- **Adauta**, Mário (1997). “*Contribuição para o Conhecimento do Sector Informal em Luanda, Angola*”, estudo não publicado, Luanda, pp. 12-14.
- **Aghion**, Philippe (2002). “Schumpeterian growth theory and the dynamics of income inequality”, *Econometrics* 70(3): 855-882. Disponível em: [http://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/3350067/aghion\\_schumpeterian.pdf?sequence=2](http://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/3350067/aghion_schumpeterian.pdf?sequence=2), Acesso em: 25 Maio 2013;
- **Andrade**, Vicente Pinto (2008). “Geopolítica”, Disponível em: <http://giuridicopolitico.blog.com/2008/10/02/para-especialistas-pasta-da-economia-deixa-angola-funcional/>, Acesso em Outubro de 2012;
- **Apex-Brasil (2012)**. “Angola, Perfil e Oportunidades Comerciais “, Brasília, Disponível em: [http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/PERFILANGOLADefinitivo\\_15012013100518.pdf](http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/PERFILANGOLADefinitivo_15012013100518.pdf), Acesso em 15 de Fevereiro de 2013.
- **BAD** - Banco Africano de Desenvolvimento, OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos, PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, CEA-Comissão Económica para África (2012), “Perspectivas Económicas em África 2012: Países Africanos da CPLP”, Disponível em: <http://www.gfn-acdd.com/angola/docs-angola/perspectivas-economicas-em-africa-pt> Acesso em 15 de Janeiro de 2013.
- **Barrañano**, Ana Maria (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão: Manual de Apoio à Realização de Trabalhos de Investigação*. 1.ª Ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- **Bardin**, Laurence (2009) *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.
- **Bleger**, J. (1993). *Temas de psicologia: entrevistas e grupos*. Trad. R. M. M. Moraes. São Paulo: Martins Fontes.
- **BM**-Banco Mundial (2011). “Doing Business, 2011”. Disponível em: <http://portugues.doingbusiness.org/reports/global-reports/Doing%20Business%202011>, Acesso em 25 Abril de 2013.
- **BM**-Banco Mundial (2012). “Doing Business, 2012”. Disponível em: <http://portugues.doingbusiness.org/reports/global-reports/Doing%20Business%202012>, Acesso em 25 Abril de 2013.
- **BM**-Banco Mundial (2013). “Doing Business, 2013”. Disponível em:

<http://portugues.doingbusiness.org/~media/GIAWB/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/Foreign/DB13-Overview-Portugues.pdf>, Acesso em 25 Abril de 2013.

- **BP-Banco de Portugal** (2011). “Relatório Angola”, Lisboa.
- **Bresser-Pereira**, Luís Carlos (1986) *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- **Bresser-Pereira**, Luís Carlos (2007). *Macroeconomia da Estagnação*, Editora 34, S. Paulo, p.25, Brasil.
- **Bryman**, Alan (2004). *Social Research Methods*, Oxford University Press, USA, 2<sup>nd</sup> edition.
- **Capul**, J. e **Garnier**, O. (1998). *Dicionário de Economia e Ciências Sociais*, Plátano Editora, Lisboa.
- **Caria**, Telmo H. (2003). *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- **Cavalcanti**, José Carlos (2007). “Modelos de Crescimento Económico”, Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.
- **Cervo**, Amado Luiz, **Bervian**, Pedro Alcino (1983). *Metodologia Científica*, 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.
- **Chenery**, H. B. e **Srinivasan**, T. N. (1988). *Handbook of Development economies*, Elsevier Science Publishers, Holanda.
- **Chenery**, H. B. (1974). *Redistribution with growth*, Oxford University Press, London, Reino Unido.
- **Chizzotti**, António (2005). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 7. Ed. São Paulo, Cortez.
- **Corkin**, Lucy (2011). “China and Angola: Strategic partnership or marriage of convenience?” *Angola Brief*, January, Vol. 1, No.1. Disponível online em <<http://www.cmi.no/publications/file/3938-china-and-angola-strategic-partnership-or-marriage.pdf>>. Acesso em 10 Maio de 2013.
- **Costa**, António Firmino (1999). “A Pesquisa de Terreno em Sociologia”, em *Metodologia das Ciências Sociais*, 10<sup>a</sup> Edição, Porto, Edições Afrontamento.
- **Couto, Flávio (2006)**. *Jornal de Angola*, Luanda, 4 de Outubro.
- **Duarte**, R. (2004). “Entrevistas em pesquisas qualitativas”, *Educar*, n. 24, p.213-225.
- **Figueiredo**, António Manuel, **Pessoa**, Argentino, **Silva**, Mário Rui (2008). *Crescimento Económico*, 2<sup>a</sup> Edição, Escolar Editora, Porto.
- **Filer**, Randall, **Hamermesh**, K., **Rees**, Albert (1996). *The Economics of Work and Pay*, The HarperCollins series in Economics). 6<sup>a</sup> Edição, Editora HarperCollins College.
- **Foster**, J. (1995). “Informal Social Control and Community Crime Prevention”, *British*



*Journal of Criminology*, 35:563-583.

- **Freitas**, M. T. A. (2000). “Abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa”, *Cadernos de Pesquisa*, n. 116.
- **Garcia**, Job (2012). “*Economia do Desenvolvimento*”, 1ª Edição, UCAN, Luanda – Angola.
- **Gastão**, M. (2007). “Conceitos básicos em Pesquisa” in Eduardo Neves e Clayton Domingues (org.). *Manual de metodologia da pesquisa Científica*, Rio de Janeiro: EB/CEP, 10-22.
- **Gil**, António Carlos (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas.
- **GLAA-Gabinete Legal Angola Advogados** (2011). “*Guia de Investimento em Angola*”, Carvalho, Vítor & Associados, Disponível em: [http://www.vca-angola.com/xms/files/Newsletters/Guia de Investimento em Angola 2011.pdf](http://www.vca-angola.com/xms/files/Newsletters/Guia%20de%20Investimento%20em%20Angola%202011.pdf), Acesso em 10 de Maio de 2013;
- **Godoy**, Giseli (2006). “Fatores de desenvolvimento econômico regional no Brasil”, Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Económicas, Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11003>, Acesso em: 25 Setembro 2012;
- **Governo de Unidade e Reconciliação Nacional** e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2005), *Angola – Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 2005*, Luanda: GURN e PNUD, pp. 9-12.
- **Guillaumont P.** (1985), *Economie du développement*. Tome III : *Dynamique internationale du développement*, Paris PUF.
- **Guillaumont P.** (1989), "Stratégie de développement et ouverture sur l'extérieur", *Revue africaine de développement et African Development Review*, Banque africaine de développement, vol. 1, n° 1, juin, p. 40-57.
- **Guillaumont, P.** (1999). “THE ECONOMIC VULNERABILITY OF LOW INCOME COUNTRIES”, World Bank- International Task Force on Commodity Risk Management in Developing Countries, Disponível em: . <http://cerdi.org/uploads/ed/1999/1999.16.pdf> , Acesso em 28 de Maio de 2013.
- **Guillaumont, P., S. Guillaumont, Jeanney, Brun, J-F.** (1999), ‘How Instability Lowers African Growth’, *Journal of African Economies*, 8:1, 87-107.
- **Hodges**, Tony (2002). *Angola do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, 1.ª Edição, Cascais: Principia Editora.
- **Houaiss**, António (2002). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva.

- **Howitt**, Peter, **Mayer-Foulkes**, David (2002). “R&D, Implementation and Stagnation: A Schumpeterian Theory of Convergence Clubs”, *Working Paper* 9104, National Bureau of Economic Research, Massachusetts, Disponível em: [http://www.nber.org/papers/w9104.pdf?new\\_window=1](http://www.nber.org/papers/w9104.pdf?new_window=1), Acesso em 25 Maio 2013.
- **Iacobucci**, Dawn e **Churchill**, **Gilbert** A. (2010). *Marketing Research, Methodological Foundations*, Cengage South-Western, 604 p.
- **INE** – Instituto Nacional de Estatística (1996). *Perfil da pobreza em Angola*, INE, Instituto Nacional de Estatística, Luanda, 1996, pp.3-6.
- **IPEA**- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010).“O Brasil em 4 décadas”, Texto para discussão, Brasília, nº 1500, p.1-104. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD\\_CHAVE=3238](http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=3238), Acesso em: 25 Novembro 2010.
- **Jornal de Angola** (2004). “Reservas internacionais líquidas do BNA”, Edição 08-01.2004.
- **Jover**, Estefânia, **Pinto**, Anthony Lopes, **Marchand**, Alexandra (2012). “Angola Perfil do Sector Privado do País”, African Development Bank, Setembro, UK.
- **Kim**, Linsu e **Nelson**, Richard R. (2005). *Tecnologia, aprendizado e inovação: as experiências das economias de industrialização*. Tradutor: Carlos D. Szlak. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- **Krugman**, P., **Wells**, R (2007). *Introdução à Economia*, Elsevier, Rio de Janeiro.
- **Lewis**, W. A. (1954), “Economic development with unlimited supplies of labor”, *Manchester School*, vol 22, Reino Unido.
- **Lincoln**, Y., **Guba**, E. (1985). *Naturalistic enquire*, Beverly Hills: Sage.
- **Lopes** (1997). *Teoria do Desenvolvimento Económico*, S. Paulo.
- **Lucas**, Maria Raquel, **Rego**, M. C. **Ramos**, I., **Carvalho**, M. L. Silva (2013), “Mulheres licenciadas e a promoção do desenvolvimento em Angola: que diferença faz o Ensino Superior?”, In Maria Leonor da Silva Carvalho, Marcos Olímpio Gomes dos Santos, Joaquim Caeiro (coord.) *Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural – Atas do 2º Encontro Luso-Angolano*, Comissão Executiva do 2º ELA e Universidade Metodista de Angola, pp. 151-161.
- **Mattar**, F. N. (1992). *Pesquisa de Marketing: Metodologia, Panejamento, Execução e Análise*, Volume 1. São Paulo: Editora Atlas, 350 pp.
- **Minayo**, Maria Cecília de Souza (2004). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23ª ed. Petrópolis: Vozes.
- **MINPLAN**, Ministério do Planeamento (2004). *Estratégia de Combate à Pobreza*, Direcção

de Estudos e Planeamento, MINPLAN, Ministério do Planeamento, Luanda, 2004, pp.-9-14, Luanda.

- **MINEC** – Ministério de Economia (2012). “Síntese do Programa de Desenvolvimento das MPME’s”, Janeiro, Disponível em: <http://www.minec.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=820>, Acesso em 5 de Janeiro de 2013;
- **Moura**, Carlos F., **Xavier**, Maria G., **Silva**, Alexsandro R. (2011). “As Fontes de Crescimento Económico e uma Análise Empírica da Economia da Coreia do Sul”, *Contextus*, Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol. 9 - Nº 2 – jul /dez.
- **MUA** - Ministério do Urbanismo e Ambiente (2006). “Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola”, Angola. Programa de Investimento Ambiental. Disponível em [http://www.angolanainternet.ao/documentos/minua\\_rel.pdf](http://www.angolanainternet.ao/documentos/minua_rel.pdf), Acesso em 16 de Agosto de 2011.
- **Murteira**, M. (1984). "Um panorama sobre a evolução das economias africanas de expressão oficial portuguesa", in *Economia e Socialismo*, Nova Série, Nº 60, Lisboa, Portugal.
- **Neves**, E. (2007). “Conceitos básicos em Pesquisa” in Eduardo Neves e Clayton Domingues (org.). *Manual de metodologia da pesquisa Científica*, Rio de Janeiro: EB/CEP, 45-67.
- **ONU** (1990-2002), Rapport Mondial sur le developpement humain, PNUD, Económica, Paris, França ou Tricontinental Editora, Lisboa (versão portuguesa).
- **ONU** (2004). “Relatório de desenvolvimento Humano” PNUD, Nova York, edição portuguesa, Lisboa. P. 143.
- **ONU** (2010), Relatório do Desenvolvimento Humano 2010: Análise das tendências de 40 anos revela que as nações pobres obtêm ganhos de desenvolvimento com maior rapidez, PNUD, (versão portuguesa), Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/PR1-HDR10-overview-PT-rev2.pdf>, Acesso em 25 de Maio de 2013.
- **Pacheco**, Fernando (2010). Prefácio in de Rocha, Manuel José Alves (2010). *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola – os factores de competitividade territorial*, Universidade Católica de Angola – Centro de Estudos e Investigação Científica, Luanda.
- **Parente**, F. e E. **Prescott** (2000). *Barriers to Riches*, the MIT Press. Cambridge, Massachusetts.
- **Perroux**, F. (1967). *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*, Gulbenkian, Lisboa, Portugal.
- **Portal Oficial do Governo de Angola**, Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/Organismos.aspx?op=P>, Acesso em 25 de Maio de 2013.

- **Proença**, C. E. (2003). “As políticas de ajustamento e o bem-estar das famílias, na cidade de Bissau, República da Guiné-Bissau, no período 1986-2001”, Dissertação de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, na especialidade de Política e Relações Internacionais em África, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa.
- **Reis**, Elisabeth (1997). *Estatística multivariada aplicada*, Edições Sílabo, Lisboa, p. 341 p., ISBN: 9726181658.
- **Resende**, G. e L. **Figueiredo** (2005). “Testes de robustez: uma aplicação para os determinantes das taxas de crescimento do produto Interno Bruto percapita dos estados brasileiros”, Texto para discussão, IPEA, Brasília, nº 1124, p.1-49. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td\\_1124.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1124.pdf), Acesso em: 25 Novembro 2010;
- **Riggs**, F. (1984), *Development in Social Science concepts: a systematic analysis*, Sage Publications, EUA.
- **Rocha**, Manuel José Alves (2008). “Relatório Económico de Angola, 2007”, Coordenador, edição UCAN - Centro de Estudos e Investigação Científica, Julho, p.57.
- **Rocha**, Manuel José Alves (2009). *Os Limites do Crescimento Económico em Angola*, Editorial Nzila, 2ª edição – Luanda.
- **Rocha**, Manuel José Alves (2010). *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola – os factores de competitividade territorial*, Universidade Católica de Angola – Centro de Estudos e Investigação Científica, Luanda.
- **Sachs**, Jeffrey D. (1992). “Privatization in Russia: Some Lessons from Eastern Europe”, *The American Economic Review* Vol. 82, No. 2, Papers and Proceedings of the Hundred and Fourth Annual Meeting of the American Economic Association (Maio).
- **Sachs**, Ignacy (1996). *Desenvolvimento sustentável*, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, Brasília.
- **Sachs**, J.D, **Warner**, A. M. (1997), ‘Sources of Slow Growth in African Economies’, *Journal of African Economies*, 6(3), 335-376.
- **SADC-Southern African Development Community** (2011). “Selected\_Indicators\_2011\_with\_charts06March2013\_FINAL”, Disponível em: [http://www.sadc.int/files/6213/6267/6607/Selected\\_Indicators\\_2011\\_with\\_charts06March2013\\_FINAL.pdf](http://www.sadc.int/files/6213/6267/6607/Selected_Indicators_2011_with_charts06March2013_FINAL.pdf), Acesso em: 15 Janeiro 2013;
- **Santos et al.**, 2002).
- **Sen**, Amartya (1988). “The concept of development” in Chenery, H. Srinivasan, H. N. *Handbook of development economics*, North Holland, Amesterdan, VI, Cap. 1, p-9-26.

- **Sen**, Amartya (2000). *Desenvolvimento económico como liberdade*. Companhia das Letras, S. Paulo, Brasil.
- **Silva Filho**, G. E., **Carvalho**, E. B. S. (2001). “ A teoria do crescimento endógeno e o crescimento endógeno regional: investigação das convergências de um cenário pós cepalino”, *Revista Económica do Nordeste*, v. 32, nº especial, p. 467-482, Novembro, Fortaleza.
- **Singer**, H.W. (1965). “The distribution of gains between investing and borrowing countries “, *The American economic Review*, Nº 40, New York, EUA.
- **Solow**, R. M. (1956). “A contribution to the theory of economic growth”, *The Quarterly Journal of economics*, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956
- **Sousa**, Romina (2008). “O desenvolvimento econômico da Venezuela, 1950-2006”, Dissertação de Doutorado em Economia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Económicas Porto Alegre, Brasil. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/15360>, Acesso em: 25 Novembro 2012;
- **Souza**, Nali J. (2005). *Desenvolvimento Económico*, 5ª Edição revisada e ampliada, Atlas, S. Paulo, Brasil.
- **Souza**, Maria Cristina (2009). “Crescimento económico, inovação e empreendedorismo”, Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Económicas, Porto Alegre, Brasil.
- **USA** - Department of State (2011) “Background Note: Angola”, Abril, Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/6619.htm>, Acesso em: 2 Agosto 2011.
- **Vecchiatt**, Karin (2004). “Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura”, *São Paulo em Perspectiva*, p. 90-95.
- **Vergara**, Sylvia Constant (2004). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 5.ª Ed. São Paulo, Atlas Editora.
- **Vidal**, Nuno e **Andrade**, Justino Pinto (2008). *Sociedade civil e política em Angola: Enquadramento regional e internacional*, Luanda.
- **Walter**, Luís Fernando (2007). “ Angola: O Papel e Contributo do Sector dos Petróleos de Angola no Desenvolvimento Sócio-Económico do País. Desafios e Expectativas (1975 – 2005) ”, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos – Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão; ISCTE, Lisboa.



## **Apêndices**





## Apêndice A: Guião de Entrevista

### GUIÃO DA ENTREVISTA

#### “PERCEÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA PÓS-INDEPENDÊNCIA”

Investigação realizada no âmbito da dissertação do Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, especialização em Economia e Gestão para Negócios - Universidade de Évora

Utilize nas suas respostas os valores da régua seguinte:



1) Como caracteriza a situação económica de Angola, de 1975 a 2012?

Resposta:

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

2) Como caracteriza a situação económica de Angola, nos seguintes períodos?

a. 1975-1985: economia centralizada, baseada no Plano Nacional

Resposta:

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

b. 1986-1991: reformulação dos modos de direcção económica

Resposta:

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

c. 1992-2003: Programa Económico e Social

Resposta:

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

d. 2004-2012: Estabilidade cambial e monetária

Resposta:

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

3) Quais são as principais políticas macroeconómicas implementadas em Angola, ao longo do período em referência (1975-2012)?

a. Orçamental

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

b. Monetária

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

c. Fiscal

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

4) Que sector da economia angolana mais contribui para o crescimento do país ?

a. Primário

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

b. Secundário

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**c. PIB**

**i. Consumo**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**ii. Investimento**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**iii. Gastos Públicos**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**iv. Exportação**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

5) No contexto económico de Angola, qual considera ser a relação existente entre crescimento e desenvolvimento?

**a. Taxas de evolução do PIB**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**b. Índices de Desenvolvimento Humano**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**c. Balança Comercial**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**d. Distribuição de Rendimento**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**e. Preço do petróleo**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**f. Gastos Sociais (% do Gasto Público) em:**

**i. Educação**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**ii. Saúde**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**iii. Habitação**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**iv. Cultura**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**v. Ciência e Tecnologia**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**vi. Outros? Qual:\_\_\_\_\_**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

6) Segundo Agostinho Neto, primeiro Presidente de Angola, “A agricultura é a base do desenvolvimento e a indústria é o fator decisivo do nosso progresso”. Qual é o grau de observância desta visão no atual contexto económico do País?

**a. Agricultura**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**b. Indústria**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**c. Comércio e Serviços**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**d. Turismo**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

**e. Outro, qual? \_\_\_\_\_**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

7) **Que factores justificam taxa crescimento e o nível desenvolvimento do país?**

a. **Factor:**\_\_\_\_\_

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

b. **Factor:**\_\_\_\_\_

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

c. **Factor:**\_\_\_\_\_

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

d. **Factor:**\_\_\_\_\_

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

e. **Outro, qual?** \_\_\_\_\_

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

8) **Que factores justificam que um país como Angola, rico em petróleo e outros recursos, não alcance níveis de crescimento e de desenvolvimento sustentável, transcorridos 37 anos de independência?**

a. **Factor:**\_\_\_\_\_

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

b. **Factor:**\_\_\_\_\_

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

c. **Factor:** \_\_\_\_\_

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

d. **Factor:**\_\_\_\_\_

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

e. **Outro, qual?** \_\_\_\_\_

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

9) **Quais são os verdadeiros entraves que considera existirem ao crescimento económico de Angola?**

a. **Factor Guerra**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

b. **Modelo de Governação**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

c. **Políticas Públicas**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

d. **Qualificação do capital humano**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

e. **Stock de Capital Físico**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

a. **Outros, Quais?**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

10) No sector de Saúde, quais as razões que considera relacionadas com o facto dos angolanos, com meios, preferir os serviços de saúde do exterior do País?

a. **Má Qualidade dos serviços**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

b. **Má Qualidade dos técnicos**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

c. **Falta de Equipamentos**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

d. **Falta de Medicamentos**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

a. **Falta de Confiança no Sistema, em geral**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

b. **Outros, Quais?**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

11) No que tange à Educação, que factores estão na base do baixo índice de engajamento e aproveitamento/abandono no seio da população estudantil?

a. **Falta preparação dos professores**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

b. **Baixa remuneração dos técnicos de educação**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

c. **Falta de condições de estudo em casa/Negligência dos alunos**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

d. **Inadequação dos programas a leccionar**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

b. **Falta de apoio/investimento público**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

c. **Outros, Quais?**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

12) **Como é que caracteriza e valoriza os indicadores básicos da situação social em Angola?**

a. **Exclusão Social e Pobreza**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

b. **Rendimentos Médios Mensais**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

c. **Pobreza e Distribuição do Rendimento**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

d. **Condições de Vida e Poder de Compra**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

e. **Desemprego**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

f. **Infra-estruturas**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

g. **Saneamento**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

h. **Acesso à Água**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

i. **Acesso à Energia**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

j. **Poluição**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

k. **Esperança de Vida**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

l. **Mortalidade Infantil**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

m. **Taxa Alfabetização**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

n. **Taxa de Licenciados**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

o. **Número de investigadores**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

p. **Outros, Quais?**

Valor atribuído:\_\_\_\_\_

## **Apêndice B: Texto da mensagem a solicitar a entrevista**

Exmo. Sr. ou Sr.<sup>a</sup>:

Sou estudante da Universidade de Évora, Portugal, do Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, especialização em Economia e Gestão para Negócios.

Para a realização da tese de Mestrado estou a desenvolver um estudo sobre a **PERCEÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA PÓS-INDEPENDÊNCIA** para o qual a recolha de dados está a ser feita através de entrevista aos principais intervenientes e especialistas sobre a temática em Angola, para a qual peço a sua colaboração. A entrevista deve ser pessoal (por respeito á metodologia científica a seguir) e a sua participação é muito importante para a realização deste trabalho e de grande valia para as conclusões a obter.

Atenciosamente,  
César Baptista

## Apêndice C: Informação Estatística Complementar

Quadro C1 – Evolução Anual da Balança Comercial (1999-2004)

Indicador	Anos						Variação (%)				
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04
Balança Comercial	2.048	4.881	3.356	4.568	4.028	4.806	138,3%	-31,2%	36,1%	-11,8%	19,3%
Exportações FOB	5.157	7.921	6.535	8.328	9.508	9.619	53,6%	-17,5%	27,4%	-14,2%	1,2%
Sector petrolífero	4.191	7.120	5.803	7.644	8.683	8.747	58,5%	-18,5%	31,7%	-13,6%	0,7%
Sector diamantífero	629	739	689	638	788	819	17,5%	-6,8%	-7,4%	23,5%	3,9%
Importações FOB	3.109	3.040	3.179	3.760	5.480	4.813	2,2%	4,6%	18,3%	45,7%	-12,2%
Coefficiente cobertura	165,9 %	260,6%	205,6%	221,5%	173,5%	199,9%	57,1%	-21,1%	7,7%	-21,7%	15,2%
Peso das Importações	37,6%	27,7%	32,7%	31,1%	36,6%	33,3%	-26,3%	18,0%	-5,0%	17,5%	-8,8%

Fonte: Bancos Nacional de Angola, Banco de Portugal, FMI e The Economist intelligence Unit  
Nota: valores estimados entre 1999 e 2003 e programados para 2004, pelo Banco de Portugal

Quadro C2 – Principais Indicadores Económicos de Angola (2000-2004)

Indicadores Económicos	Anos				
	2000	2001	2002	2003	2004
Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB pm) milhões de USD*	8.863	9.486	11.200	13.147	13.788
Varição anual do PIB pm real (%)	3,0	3,2	15,3	4,7	13,2
PIB per capita (USD)	675	702	806	740	ND**
<b>PIB por Sector de Actividade</b>	<b>Anos</b>				
Primário (% do PIB)	72,8%	67,4%	68,8%	59,3%	ND
Secundário (% do PIB)	5,8%	7,4%	7,1%	7,3%	ND
Terciário (% do PIB)	21,3%	25,2%	24,0%	30,9%	ND
<b>Outros Indicadores</b>	<b>Anos</b>				
Exportação de Mercadorias (% do PIB)	89,4%	68,9%	74,4%	72,3%	ND
Exportação de Mercadorias (milhões de USD)	7.920,7	6.534,3	8.327,9	9.508,2	9.619,0
Importação de mercadorias (% do PIB)	34,3%	33,5%	33,6%	41,7%	34,9%
Importação de Mercadorias (milhões de USD)	3.039,5	3.179,2	3.760,1	5.480,1	4.813,0
Investimento Directo Estrangeiro (% do PIB)	9,9%	22,6%	14,7%	26,5%	7,0%
Investimento Directo Estrangeiro (milhões de USD)	878,5	2.145,5	1.643,4	3.481,1	968,0
Balança de Transacções Correntes (milhões de USD)	795,5	-1.430,9	-150,1	-719,6	-572
Balança Capitais Médio/Longo Prazo (milhões de USD)	-766,2	-618,4	-679,1	-171,2	ND
Balança Capitais Curto Prazo (milhões de USD)	-580,4	-577,2	-1.742,9	-2.123,1	ND
Saldo da Balança de Pagamentos (milhões de USD)	295,2	-842,2	-778,3	101,0	ND
Taxa de inflação (IPC) (média anual)	268,35	116,06	105,60	76,57	31,02
Taxa de câmbio KZR/USD (KZ/USD em 2000 e 2001* média anual)	10.041	22.020	43.704	74.690	86.642 (prel)
Dívida Externa Total (milhões de USD)	8.916	8.172	7.695	8.406	ND
Dívida Externa Total (% de PIB)	100,6%	86,1%	68,7%	63,9%	ND
Serviço Dívida Externa Total (% de Exportações)	36,3%	41,2%	26,5%	25,9%	ND
Défice Financeiro Global -variação anual ( % )	10,0	-47,2	1.297,9	-100,1	ND
<b>Agregados Monetários e de Liquidez (C/ajust. Cambial)</b>	<b>Anos</b>				
Massa monetária-M3 milhões de KZ	15.840,0	41.613,0	107.633,0	180.283,0	204.450 (Jun)
Posição Externa (milhões de KZ)	30.516	47.768	93.520	144.439	160.019(Jun)
Disponibilidades líquidas sobre o exterior (milhões de KZ)	31.722	50.228	98.083	144.439	160.019 (Jun)
Disponib.líquidas externas Médio/Longo prazo (milhões de KZ)	-1.206	-2.461	-4.564	-2.182	-2.141 (Jun)
<b>Agregados de Crédito Interno (C/ajust. Cambial)</b>	<b>Anos</b>				
Crédito Interno Total (milhões de KZ)	-13.526	-1.380	-26.730	64.357,0	68.996 (Jun)
Crédito Sector Público Administrador (SPA) (milhões de KZ)	-15.715	-9.453	2.056	6.379	-8.800(Jun)
Crédito à Economia (milhões de KZ)	2.189,0	8.073,0	24.674,0	57.978,0	77.796(Jun)
População Total (mil habitantes)	13.134	13.512	13.890	ND	ND

Fonte: Bancos Nacional de Angola, Banco de Portugal e FMI  
Nota: Dados para 2004 programados pelo Banco de Portugal; \* Conversão à taxa de Câmbio oficial  
\*\*ND=Não Disponível

**Quadro C3 – Estrutura da Economia Angolana (1993-2003)**

<b>Rubricas</b>	<b>Anos</b>					
<b>Estrutura da Economia (% do PIB)</b>	<b>1993</b>	<b>1998</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Agricultura	11,6	13,0	5,8	8,0	8,1	8,2
Indústria	51,2	55,8	72,8	66,8	65,2	60,3
Indústria Transformadora	5,7	6,3	3,0	3,8	3,7	3,8
Serviços	37,2	31,3	21,4	25,3	26,7	31,5
Consumo Privado	35,1	35,6	16,5	ND	ND	ND
Consumo Público	38,7	31,9	39,2	ND	36,8	29,7
Importação de Bens e Serviço	57,2	48,4	64,6	60,5	65,6	62,9
<b>Preços e Finanças (% do PIB)</b>	<b>1993</b>	<b>1998</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Receitas Correntes	39,1	27,0	51,7	42,5	40,5	37,5
Saldo Orçamental Corrente	-15,1	-13,4	6,9	9,0	3,5	0,5
Saldo Global	-21,7	-15,1	-9,0	-3,7	-9,3	-7,2
<b>Comércio (milhões de USD)</b>	<b>1993</b>	<b>1998</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Exportações (fob)	2.908	3.543	7.885	6.534	8.328	9.515
Petróleo	2.757	3.018	6.951	5.690	7.539	8.537
Diamantes	63	432	738	689	644	788
Produtos Transformados	63	62	132	93	85	134
Importações (cif)	1.463	2.079	3.147	3.179	3.760	5.480
Bens Alimentares	203	ND	ND	ND	ND	ND
Bens de Capital	322	ND	ND	ND	ND	ND
<b>Balança de Pagamentos (milhões de USD)</b>	<b>1993</b>	<b>1998</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Exportações de Bens e Serviços	3.013	3.666	8.181	6.837	8.535	9.716
Importações de Bens e Serviços	3.025	2.464	5.728	5.735	7.082	8.701
Saldo da Balança Comercial	-12	1.202	2.453	1.102	1.453	1.015
Rendimento Líquido	-935	-3.385,0	-1.797	-1.60	-1.635	-1.906
Transferências Correntes Líquidas	166	160	229	247	32	99
Saldo Balança Transacções Correntes	-781	-2.023	885	-254	-150	-792
Financiamento (líquido)	-118	1.706	-254	-254	-57	1.093
Variações nas Reservas Líquidas	900	317	-631	508	207	-301
<b>Dívida Externa e Fluxos Financeiros (milhões de USD)</b>	<b>1993</b>	<b>1998</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Dívida Externa Total	10.486	10.903	10.146	9.600	9.700	10.878
AID - Associação Internacional Desenvolvimento	15	346	226	228	265	605
Serviço da Dívida	152	1.118	1.205	1.865	841	1.256
<b>Composição Fluxos Financeiros</b>	<b>1993</b>	<b>1998</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Garantias Oficiais	ND	ND	216	ND	191	ND
Credores Oficiais	34	292	-5,0	-324	-29	0
Credores Privados	596	-965	-492	-222	109	155
Investimento Directo Estrangeiro	302	360	878	1.119	1.312	1.036
Programa do Banco Mundial	20	ND	ND	0	0	0
Desembolsos	10,0	130	24	12	21	7
Principais Repagamentos	0	0	0	1	3	3
Fluxos líquidos	10	130	24	11	18	4
Pagamentos de Juros	0	0	0	0	2	2
Transferências líquidas	10	130	24	9	16	ND

Fonte: Banco Mundial, Banco Nacional de Angola e Banco de Portugal (com base em dados da Lei nº 14/04, de 28 de Dezembro - Programa Geral do Governo Angolano para 2005-2006 Portugal. Lei nº 15/04 de 28 de Dezembro – do Orçamento Geral do Estado para 2005).

Nota: Valores estimados para 2002 e 2003 e projectados para 2004, 2005 e 2006 pelo Banco Nacional de Angola.  
ND=Não Disponível

**Quadro C4 – Educação e Cultura (Disponibilidade de Recursos 1995-1996)**

Províncias	Recursos				Média	
	Instituições	Salas Aula	Alunos	Professores	Alunos/Sala	Alunos/Professor
Luanda	234	1995	375 933	6 032	188	62
Huambo	170	1 114	77 162	3 750	69	21
Bié	116	1 477	41 185	1 141	28	36
Malange	43	411	37 439	2 007	91	19
Huíla	625	1 660	162 945	5 267	98	31
Uíge	55	186	23 367	2 350	126	10
Kuanza Sul	320	1725	91 731	ND	53	-
Benguela	400	1 419	121 730	4 870	86	25
Kuanza Norte	150	515	32 386	996	63	33
Moxico	25	232	15 949	ND	69	-
Lunda Norte	27	108	17 457	1 029	162	17
Cunene	333	ND	28 963	ND	-	-
Zaire	43	146	11 907	134	82	89
Bengo*	73	ND	19 240	462	-	42
Cabinda	239	679	34 371	1 364	51	25
Lunda Sul	54	206	12 635	ND	61	-
Kuando Kubango	21	172	11 574	219	67	53
Namibe	72	292	22 199	556	76	40
<b>Total</b>	<b>3 000</b>	<b>12 337</b>	<b>1 138 173</b>	<b>30 177</b>	<b>86</b>	<b>36</b>

Fonte: INE, 1996

Nota: \* Inclui dados dos II e III Níveis; ND=Não Disponível